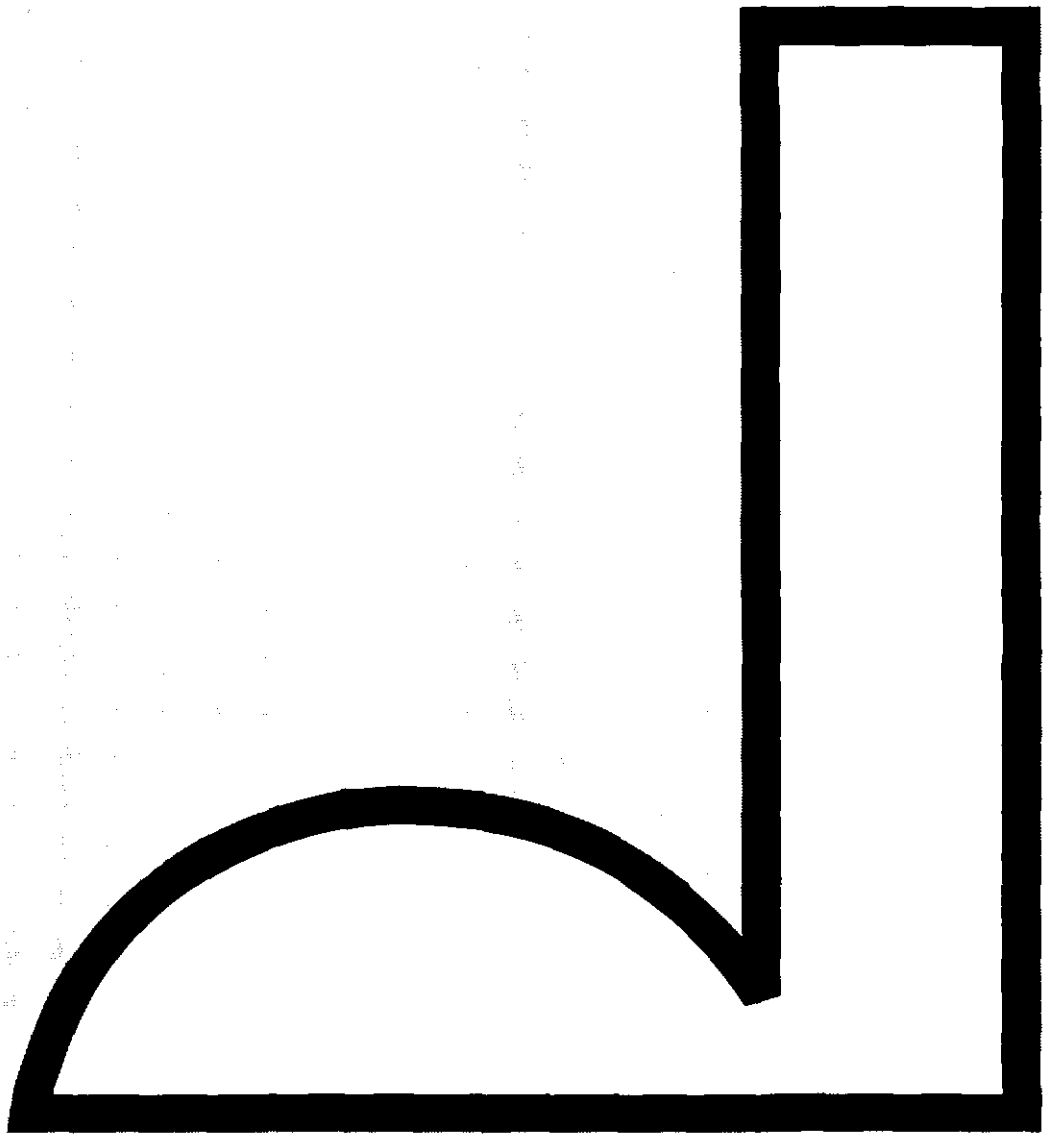
República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LV – Nº 164 – SEXTA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 2000 – BRASÍLIA – DF

MESA

Presidente	3º Secretário
Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA	*Nabor Júnior – PMDB – AC*
1º Vice-Presidente	4º Secretário
Geraldo Melo – PSDB – RN	*Casildo Maldaner – PMDB – SC*
2º Vice-Presidente	
Ademir Andrade – PSB – PA	Suplentes de Secretário
1º Secretário	*1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP*
Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB	*2º Lúdio Coelho – PSDB – MS*
2º Secretário	*3º Jonas Pinheiro – PFL – MT*
Carlos Patrocínio – PFL – TO	*4º Marluce Pinto – PMDB – RR*

CORREGEDORIA PARLAMENTAR	PROCURADORIA PARLAMENTAR
Corregedor[1]	Procuradores[2]
Romeu Tuma – PFL – SP	*Amir Lando – PMDB – RO*
Corregedores Substitutos[1]	*Ramez Tebet - PMDB - MS*
Ramez Tebet – PMDB – MS	*Alberto Silva - PMDB - PI*
Vago	*Djalma Bessa – PFL – BA*
Lúcio Alcântara – PSDB – CE	*Bernardo Cabral - PFL - AM*

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
José Roberto Arruda

Vice-Líderes
Romero Jucá
Moreira Mendes

LIDERANÇA DO PFL - 21

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Romeu Tuma
Eduardo Siqueira Campos (3)
Mozarildo Cavalcanti
Vago
Vago

LIDERANÇA DO PMDB – 26

Líder
Jader Barbalho

Vice-Líderes
José Alencar
Iris Rezende
Amir Lando
Ramez Tebet
Gilberto Mestrinho
Renan Calheiros
Agnelo Alves
Vago

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PV) – 10

Líder
Heloísa Helena

Vice-Líderes
Eduardo Suplicy
Sebastião Rocha
Jefferson Péres

LIDERANÇA DO PSDB - 14

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
Osmar Dias
Pedro Piva
Romero Jucá
Antero Paes de Barros

LIDERANÇA DO PPB – 2

Líder
Leomar Quintanilha

Vice-Líder
Vago

LIDERANÇA DO PPS – 3

Líder
Paulo Hartung

Vice-Líder
Vago

LIDERANÇA DO PSB – 3

Líder
Roberto Saturnino

Vice-Líder
Vago

LIDERANÇA DO PTB - 1

Líder
Arlindo Porto

(1) Reeleitos em 2/04/1997
(2) Designação: 30/06/1999
(3) Afastado em 30/03/2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo de Tocantins.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia	*Raimundo Carreiro Silva*
Diretor-Geral do Senado Federal	Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Claudionor Moura Nunes	*Márcia Maria Corrêa de Azevedo*
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	Diretora da Subsecretaria de Ata
Júlio Werner Pedrosa	*Denise Ortega de Baere*
Diretor da Subsecretaria Industrial	Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 13.10.2000

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 189, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora São Patrício Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres, Estado de Goiás. 20757

Nº 190, de 2000, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Mineira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. 20757

Nº 191, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo. 20757

Nº 192, de 2000, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal Cidade de Bauru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo. 20757

Nº 193, de 2000, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Navegantes de Porto Lucena para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na localidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul. 20758

2 – RESOLUÇÃO

Nº 3, de 2000-CN, que regula, a título excepcional, a apreciação do projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2001 20758

SENADO FEDERAL

3 – ATA DA 138ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE OUTUBRO DE 2000

3.1 – ABERTURA

3.2 – EXPEDIENTE (*)

(*) Leitura de parecer após a Ordem do Dia (Item 3.3.1)

3.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 208, de 2000 (nº 1.437/2000, na origem), de 16 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha da Senhora Anne Elisabeth Nunes de Oliveira, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral da União, com mandato de dois anos. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 20761

Nº 921, de 2000-CN (nº 1.452/2000, na origem), de 19 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 53, de 2000-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$1.557.641.000,00 (hum bilhão, quinhentos e cinqüenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e um mil reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 20763

3.2.2 – Comunicações da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Projeto

de Lei nº 53, de 2000-CN, constante de mensagem presidencial lida anteriormente..... 20766

Recebimento do Aviso nº 206, de 2000 (nº 6.963/2000, na origem), de 6 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 833, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à solicitação da CPI do Judiciário para que aquela Corte analise conclusivamente todos os procedimentos constantes do Processo nº TRT-PA-1.073/95, bem como aqueles investigados pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, relativos à Portaria AP nº 1, de 25-5-99, antes de julgar as contas do TRT da 1ª Região, relativas aos anos de 1993 e 1994. (Anexado ao Requerimento nº 118, de 1999). Encaminhado, em cópia, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Fiscalização e Controle..... 20766

Recebimento do Aviso nº 207, de 2000 (nº 7.108/2000, na origem), de 9 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 833, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no setor elétrico e na estrutura organizacional, com vistas a elaborar novos procedimentos a serem executados nas atividades de fiscalização daquele Tribunal (TC nº 003.163/2000-0). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 20767

Recebimento do Aviso nº 208, de 2000 (nº 7.210/2000, na origem), de 13 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 373, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada nas obras do Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho/PE, de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF (TC nº 007.568/2000-6). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 20767

Recebimento do Aviso nº 209, de 2000 (nº 6.980/2000, na origem), de 9 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 828, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Campinas, nas áreas de pessoal, licitações e contratos, abrangendo o período de janeiro de 1997 a março de 1998 (TC nº 700.053/98-0). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 20767

Recebimento do Aviso nº 210, de 2000 (nº 7.012/2000, na origem), de 9 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 829, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Hospital Getúlio Vargas, hospital público vinculado à Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, para apuração de possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do SUS (TC nº 006.240/2000-4). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 20767

Recebimento do Aviso nº 211, de 2000 (nº 7.140/2000, na origem), de 9 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 240, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Inspeção e Voto que o fundamentam, realizada junto à Empresa de Telecomunicações de Sergipe S/A – TELERGIPE a fim de verificar a situação do contrato de edição de lista telefônica (TC nº 675.109/96-5). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 20767

Recebimento do Aviso nº 212, de 2000 (nº 7.172/2000, na origem), de 9 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 346, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Hospital Santa Terezinha Ltda., em Uberlândia – MG, visando a apuração de possíveis irregularidades na aplicação de recursos do SUS (TC nº 004.668/2000-8). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 20767

Recebimento do Aviso nº 213, de 2000 (nº 7.245/2000, na origem), de 13 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 849, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na obra de duplicação da Rodovia BR-381/SP (Fernão Dias), que interliga as cidades de São Paulo e Belo Horizonte, no trecho entre a divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e o entroncamento com a Rodovia BR-116/SP (Presidente Dutra) (TC nº 009.003/2000-3). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 20767

Recebimento do Aviso nº 214, de 2000 (nº 7.277/2000, na origem), de 13 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 851, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação do Perímetro de Irrigação denominado Jenipapo, situado no Município de São João do Piauí, Estado do Piauí (TC nº 009.990/2000-8). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 20767

Recebimento do Aviso nº 215, de 2000 (nº 7.309/2000, na origem), de 13 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 852, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Audi-

toria e Voto que a fundamentam, realizada no Perímetro de Irrigação Pontal Norte Sul, localizado em Petrolina/PE, sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF (TC nº 010.806/2000-1). À Comissão de Fiscalização e Controle. 20767

Recebimento do Aviso nº 216, de 2000 (nº 7.076/2000, na origem), de 9 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 831, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, relacionada com Plano Especial de Auditorias em obras públicas, incluídas no Orçamento Geral da União, do exercício de 1999, que compreendeu a verificação de obras de responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, referentes à duplicação da BR-101/PE, no trecho compreendido entre Prazeres e Cabo (TC nº 007.931/99-9). À Comissão de Fiscalização e Controle. 20767

Recebimento do Aviso nº 217, de 2000 (nº 7.044/2000, na origem), de 9 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 830, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, relativo à construção do Centro de Detenção Provisória de São José do Rio Preto – SP (TC nº 008.819/2000-2). À Comissão de Fiscalização e Controle. 20767

3.2.3 – Ofícios

Nºs 24 a 26/2000, de 19 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 20768

Nº 189/2000, de 19 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol. 20768

3.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR *ROBERTO REQUIÃO* – Cobrança de resposta do Governo Federal às denúncias envolvendo o valor de aquisição da fazenda Ponte do Córrego, pela família do Presidente da República; e sobre as declarações do candidato do PSDB à prefeitura de Contagem referentes à distribuição de verbas do Correio, da Embratur e da Caixa Econômica Federal para as bases eleitorais daquele partido, em Minas Gerais. 20768

SENADOR *LUIZ OTÁVIO* – Importância das Forças Armadas na colonização da Amazônia. 20772

SENADOR *JOSÉ ROBERTO ARRUDA*, como Líder – Resposta às acusações do Senador Roberto Requião. 20780

SENADOR *ROBERTO SATURNINO*, como Líder – Protesto contra a isenção da CPMF para capitais estrangeiros aplicados nas bolsas de valores brasileiras. 20781

SENADOR *JOSÉ ALENCAR*, como Líder – Considerações sobre a resposta do Senador José Roberto Arruda relativa à eleição municipal em Belo Horizonte. 20783

3.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2000, de autoria do Senador Osmar Dias, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999, que permita às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 20783

3.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 538, de 2000, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2000, de sua autoria, que dá nova redação ao § 5º, e acrescenta parágrafo ao art. 39 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Será incluído em Ordem do Dia, oportunamente. 20784

Nº 539, de 2000, de autoria do Senador Sebastião Rocha, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 495, de 1999, de sua autoria, que dispõe sobre o benefício previdenciário às vítimas e aos dependentes dos motoristas profissionais de veículos automotores de carga ou de passageiros, vitimadas por ações tipificadas como crimes, e dá outras providências. Será incluído em Ordem do Dia, oportunamente. 20784

Nº 540, de 2000, de autoria do Senador Sebastião Rocha, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 496, de 1999, de sua autoria, que dispõe sobre o benefício previdenciário complementar às vítimas e aos dependentes dos motoristas profissionais de veículos automotores de carga ou de passageiros, decorrentes de acidente de trânsito, e dá outras providências. Será incluído em Ordem do Dia, oportunamente. 20784

3.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2000 (nº 2.445/2000, na Casa de origem), que acrescenta parágrafos ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa. **Aprovado.** À Câmara dos Deputados. 20784

Item 2

Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 1999 (nº 68/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo. **Aprovado**, com abstenção dos Srs. Lauro Campos e Tião Viana. À Comissão Diretora para redação final..... 20785

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 1999 **(Parecer nº 1.003, de 2000-CDIR). Aprovada**, com abstenção dos Srs. Lauro Campos, Tião Viana e Geraldo Candido. À promulgação..... 20785

Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 1999 (nº 146/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal Cidade Bauru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo. **Aprovado**, com abstenção dos Srs. Lauro Campos e Geraldo Cândido. À Comissão Diretora para redação final. 20786

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 1999 **(Parecer nº 1.004, de 2000-CDIR). Aprovada.** À promulgação. 20786

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2000 (nº 214/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Navegantes de Porto Lucena para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul. **Aprovado**, com abstenção dos Srs. Lauro Campos e Geraldo Cândido. À Comissão Diretora para redação final. 20787

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2000 **(Parecer nº 1.005, de 2000-CDIR). Aprovada.** À promulgação. 20787

3.3.1 – Leitura de parecer

Nº 1.006, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2000 (nº 477/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Municipal de Artes de Montenegro, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul. 20787

3.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR *NABOR JÚNIOR* – Esclarecimentos sobre as alegações do Senador Roberto Requião, em discurso proferido anteriormente, nesta Casa, que vinculou o nome de S. Exª à aprovação de operação de crédito em favor do Banestado. 20788

SENADOR *PEDRO SIMON* – Análise do relatório apresentado pelo Banco Mundial, no fórum sobre a pobreza, realizado em Brasília nesta semana. 20793

SENADOR *OSMAR DIAS* – Repúdio às acusações do Sr. Cássio Taniguchi, candidato à reeleição em Curitiba/PR, que responsabilizou os senadores da bancada do Estado pelo atraso na aprovação de empréstimo para o saneamento da cidade.... 20800

3.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *IRIS REZENDE* – Homenagem ao Dia da Juventude, transcorrido a 15 de outubro do corrente. 20801

SENADOR *LÚCIO ALCÂNTARA* – Análise do Relatório Anual de 1999, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. 20802

SENADOR *GERALDO CÂNDIDO* – Congratulações pelo transcurso do Dia Internacional do Controlador de Tráfego Aéreo..... 20804

SENADOR *CARLOS PATROCÍNIO* – Críticas ao excesso da incidência tributária sobre o preço dos medicamentos, o que compromete a saúde da população brasileira..... 20808

3.3.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 24, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 20809

3.4 – ENCERRAMENTO

4 – RETIFICAÇÃO

Ata da 133ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 11 de outubro de 2000 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subseqüente. 20810

5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 19-10-2000

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.065, de 2000, referente ao servidor Osmar Henriques da Silva..... 20811

Nºs 1.066 a 1.071, de 2000. 20812

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 189, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão outorgada a "Rádio Difusora São Patrício Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de julho de 1992, que renova por dez anos, a partir de 5 de julho de 1986, a concessão outorgada a "Rádio Difusora São Patrício Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de outubro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 190, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rede Mineira de Rádio e Televisão Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 996, de 30 de julho de 1993, que renova por dez anos, a partir de 17 de maio de 1986, a permissão outorgada a "Rede Mineira de Rádio e Televisão Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de outubro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 191, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 1998, que renova por dez anos, a partir de 8 de maio de 1995, a concessão de "Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de outubro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, pronulgou o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 192, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à "Rádio Jornal Cidade Bauru Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.214, de 26 de setembro de 1996, que renova por dez anos, a partir de 3 de agosto de 1991, a permissão outorgada à "Rádio Jornal Cidade Bauru Ltda," para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de outubro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães,** Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 193, DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão à "Fundação Navegantes de Porto Lucena" para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na localidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 253, de 4 de dezembro de 1998, que outorga permissão à "Fundação Navegantes de Porto Lucena" para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na localidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de outubro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães,** Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Heráclito Fortes, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2000 – CN

Regula, a título excepcional, a apreciação do projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2001.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º A apreciação do projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2001 observará, excepcionalmnete, as normas estabelecidas nesta Resolução e as fixadas pela Resolução nº 2, de 1995 – CN.

Art. 2º A discussão e a votação do projeto de lei orçamentária serão feitas diretamente no plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMPOF, desenvolvendo-se em duas etapas, a saber:

I – apreciação, em separado, dos relatórios a cargo dos dez Relatores Setoriais, nos termos desta Resolução, por área temática, conforme definidas no Anexo; e

II – apreciação do relatório final elaborado pelo Relator-Geral.

§ 1º A Comissão Mista, mediante deliberação da maioria absoluta de seus membros, com vistas à agilização dos trabalhos, poderá adotar procedimentos simplificados para apreciação do projeto de lei orçamentária, preservada a discussão e a votação em separado das áreas temáticas.

§ 2º Não se aplicam as disposições do art. 11 da Resolução nº 2/95-CN.

§ 3º Os pareceres das emendas à receita, à reserva de contingência e ao texto da lei ficam a cargo do Relator-Geral, observado o disposto no art. 3º desta Resolução.

Art. 3º O Relator-Geral preparará no Parecer Preliminar, relatório de avaliação de estimativas de receitas orçamentárias, assessorado por um comitê consultivo composto por até 7 (sete) membros da Comissão, nomeados pelo Presidente da Comissão.

§ 1º Os Relatores deverão observar os limites fixados para as receitas nos termos do **caput**, vedada a utilização de quaisquer recursos cujas fontes não tenham sido previstas no Parecer Preliminar e suas alterações nos termos do parágrafo seguinte.

§ 2º O Relator-Geral poderá, no decorrer dos trabalhos, propor à Comissão alteração do Parecer Preliminar caso identifique erro ou omissão na receita orçamentária, com a devida comprovação técnica e legal.

Art. 4º Serão criados, pelo menos, três comitês, de caráter consultivo, integrados, cada um deles por, no mínimo, três membros da CMPOF, designados pelo Relator-Geral, para, sob sua coordenação, avaliar e propor medidas acerca dos seguintes temas respectivos:

I – dotações dos orçamentos fiscal e da seguridade social constantes do grupo "outras despesas correntes", grupo de natureza de despesa (GND) 3;

II – informações constantes do relatório do Tribunal de Contas da União encaminhado à CMPOF, nos termos do art. 86 da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000 – LDO para 2001;

III – admissibilidade das emendas à luz das normas vigentes.

§ 1º O Comitê encarregado de avaliar e propor medidas sobre o tema constante do inciso III levará em consideração as informações de que trata o parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 2/95-CN.

§ 2º As conclusões e recomendações dos comitês de que tratam os incisos II e III do **caput** estarão previamente disponíveis para subsídio aos trabalhos dos Relatores Setoriais e integrarão o relatório final do Relator-Geral.

Art. 5º A apresentação de emendas observará o disposto nos arts. 19 e 20 da Resolução nº 2/95-CN, ficando o limite de que trata o inciso II do citado art. 20 alterado para 15 emendas.

§ 1º O parecer preliminar observará o disposto neste artigo, vedada a previsão de novas categorias de emendas.

§ 2º Os Relatores somente poderão apresentar emendas com a finalidade de:

I – corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal;

II – agregar proposições com o mesmo objetivo ou viabilizar o alcance de resultados pretendidos por um conjunto de emendas.

§ 3º É vedada a apresentação de emendas de relator tendo por objetivo a inclusão de subtítulos novos, bem como o acréscimo de valores a dotações constantes no projeto de lei orçamentária, ressalvado o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º As emendas de relator serão classificadas de acordo com a finalidade, nos termos do Parecer Preliminar.

Art. 6º Nenhuma emenda poderá ser atendida em valor superior ao da proposição original, ressalvados os casos de remanejamento entre emendas individuais de mesmo autor, preservado o limite global.

Art. 7º Somente serão admitidos destaques, no âmbito da CMPOF, a requerimento de qualquer de seus membros, observado o apoiamento, quando cabível, para:

I – inclusão de dotação, por meio de aprovação total ou parcial de emenda com parecer pela rejeição;

II – aumento de dotação, por meio de aprovação de emenda com parecer pela aprovação parcial;

III – redução ou cancelamento de dotação;

IV – remanejamento de valores entre emendas de um mesmo autor;

V – recomposição total ou parcial de dotação constante da proposta orçamentária, que tenha sido suprimida ou reduzida;

VI – supressão, total ou parcial, de dispositivo do texto da lei orçamentária;

VII – restabelecimento de dispositivo suprimido do texto da lei orçamentária;

VIII – aprovação de emenda à receita ou a dispositivo do texto da lei orçamentária, que tenha sido rejeitada ou parcialmente aprovada.

§ 1º Ressalvadas as hipóteses desse artigo, não serão admitidos destaques de acréscimo de recursos sem que exista emenda previamente apresentada.

§ 2º Os destaques que tenham como finalidade inclusão, aumento ou recomposição de dotação orçamentária somente serão aprovados pela Comissão caso sejam previamente identificadas as origens dos recursos suficientes para seu atendimento.

§ 3º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, somente serão admitidos os recursos previamente aprovados e provenientes de:

I – cancelamentos propostos na própria emenda;

II – remanejamentos entre emendas do mesmo autor;

III – cancelamentos decorrentes da aprovação dos destaques de que tratam o item III do **caput**;

IV – indicações de cancelamentos de iniciativa dos respectivos Relatores.

Art. 8º Constarão dos Relatórios, no mínimo, demonstrativos:

I – dos pareceres às emendas apresentadas, por autor, contendo número da emenda e denominação do subtítulo, com a decisão e o valor concedido, quando for o caso;

II – dos acréscimos e cancelamentos das dotações por unidade orçamentária e por subtítulo, indicando expressamente aqueles constantes do relatório encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, por força do art. 86 da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000 – LDO para 2001;

III – dos acréscimos e cancelamentos das dotações por unidade da Federação.

Parágrafo único. Os relatórios citados no **caput** serão emitidos por intermédio de sistema informatizado de elaboração orçamentária do Congresso Nacional.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 19 de outubro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ANEXO

Relação das áreas temáticas

I – Poderes do Estado e Representação, com as matérias relativas ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, à Presidência da República, exceto Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, e das Relações Exteriores, seus órgãos, entidades e fundos.

II – Justiça e Defesa, com as matérias relativas aos Ministérios da Justiça e da Defesa, seus órgãos, entidades e fundos.

III – Fazenda e Desenvolvimento, com as matérias relativas aos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, seus órgãos, entidades e fundos, os Encargos Financeiros da União, as Operações Oficiais de Crédito, as Transferências de Recursos sob a supervisão de Ministérios e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal.

IV – Agricultura e Desenvolvimento Agrário, com as matérias relativas aos Ministérios da Agricultura e do Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, seus órgãos, entidades e fundos.

V – Infra-Estrutura, com as matérias relativas aos Ministérios dos Transportes, das Comunicações, e das Minas e Energia, seus órgãos, entidades e fundos.

VI – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo, com matérias relativas aos Ministérios da Educação, da Cultura, da Ciência e Tecnologia e do Esporte e Turismo, seus órgãos, entidades e fundos.

VII – Saúde, com matérias relativas ao Ministério da Saúde, seus órgãos, entidades e fundos.

VIII – Previdência e Assistência Social, com matérias relativas aos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência e Assistência Social, seus órgãos, entidades e fundos.

IX – Integração Nacional e Meio Ambiente, com matérias relativas aos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, seus órgãos, entidades e fundos.

X – Planejamento e Desenvolvimento Urbano, com matérias relativas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, seus órgãos, entidades e fundos.

Ata da 138ª Sessão Deliberativa Ordinária em 19 de outubro de 2000

2º Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Geraldo Melo, Carlos Patrocínio, Nabor Júnior e Júlio Eduardo

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Albino Boaventura – Alvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Tavola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocinio – Carlos Wilson – Djalma Bessa – Edison Lobão – Fernando Matusalém – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Henrique Loyola – Iris Rezende – Jader Barbalho – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Roberto Arruda – Julio Eduardo – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maria do Carmo Alves – Marluce Pinto – Moreira Mendes – Nabor Júnior – Osmar Dias – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Julio Eduardo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 208, DE 2000
(Nº 1.437/2000, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea **f** da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora Anne Elisabeth Nunes de Oliveira, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral da União, com mandato de 2 anos.

A indicada é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo currículo.

Brasília, 16 de outubro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 375-MJ

Brasília, 11 de outubro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o nome da Drª Anne Elisabeth Nunes de Oliveira, atual Subdefensora Pública-Geral da União, para, na conformidade do disposto no art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, organizadora da Defensoria Pública da União, suceder o Dr. Reinaldo Silva Coelho, cujo mandato se encerra no dia 22 do fluente mês, depois de sua recondução ocorrida em 1998.

O referido dispositivo legal prevê que o Defensor Público-Geral seja "[...] nomeado pelo Presidente da República, dentre os integrantes da Carreira, maiores de trinta e cinco anos, após aprovação de nome pela

maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos [...]".

Participo a Vossa Excelência que o Conselho Superior da Defensoria Pública da União, em sessão do dia 21 de julho último, ata publicada no **Diário Oficial** – Seção I, de 25 de julho de 2000, consciente de que a ilustre Defensora Pública da União preenche os requisitos exigidos por lei, recomendou, à unanimidade de seus membros, a indicação da Drª Anne Elisabeth Nunes de Oliveira para ocupar o cargo de Defensor Público-Geral da União no biênio 2000-2002. – **José Gregori,** Ministro de Estado da Justiça.

CURRICULUM VITAE

ANNE ELISABETH NUNES DE OLIVEIRA

Síntese de Qualificação

Carreira desenvolvida na área jurídica iniciando em Escritório de Advocacia no Rio de Janeiro, desde os anos acadêmicos.

Antidades profissionais exercidas em Departamentos Jurídicos de Impresas de grande porte.

Ingressou por Concurso Público de Provas e Títulos a Advocacia de Ofício da União, na Justiça Militar Federal, tendo sido promovida na carreira por merecimento, três anos após a investidura no cargo.

Por transformação legal passou ao cargo de Defensora Pública da União, Categoria Especial. Como Defensora tem múltiplas atribuições processuais, tanto na área do crime como disciplinar, defendendo não só os integrantes das Forças Armadas como, também, os necessitados economicamente nos termos da Lei.

Exercendo desde janeiro de 1997 a função de Subdefensora Pública-Geral da União.

Formação Acadêmica

1975/1978 superior em Direito – Janeiro/RJ "Universidades Integradas Estácio de Sá" – Rio de Janeiro – RJ.

Cursos Complementares

1980 – Curso de Extensão Universitário em Direito Agrário – SNA.

1980/1983 – Curso de Inglês e Francês – UERJ. 1991 – Simpósio de Direito Penal Militar – Faculdade de Direito da UFRJ.

1992/1993 – Mestrado em Direito Penal – PUC/SP (Não Concluído)

1997 – Seminário Regional sobre La Formacion de Defensor Público em Tanja/Bolívia, participando como representante da Defensoria Pública do Brasil, a convite da OEA como conferencista.

1997 – Ciclo de Palestras sobre a Justiça Militar Brasileira no contexto de projeto de intercâmbio entre os ramos Castrenses Angola/Brasil.

1998 – Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCC.

1999 – Seminário "Direito Global e o Brasil" – Sociedade Brasileira de Direito Público.

1999 – II Congresso Internacional de Defensores Públicos em Países do Mercosul como Congressista.

Dados Pessoais

Data de Nascimento: 12-4-54

Naturalidade: Rio de Janeiro

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Solteira

CPF: 607.162587-49

Identidade: 35.394 – OAB/RJ

Filiação: Alberto Ayres de Oliveira

Annie Nunes de Oliveira

Endereço Residencial: SQS 207, Bloco G ap. 102 – Asa Sul – Brasília – DF

CEP 70.253-070

Endereço Comercial: Esplanada dos Ministérios – Ministério da Justiça, Bloco I, Anexo II – Sala 205

CEP 70.064-900

Esperiência Profissional

– Drefensora Pública da União – desde 1986

– Construtora Noberto Odebrecht – 1980/1986

– Advogada no Departamento Jurídico No Rio de Janeiro.

– Responsável pela área trbalhista reiferente a obras no Rio de Janeiro, São Paulo e Angola.

– Esusa S.A. – 1980.

– Advogada no Departamento Jurídico nas áreas cível e trabalhista.

– Escritório de Advocacia Dr. Carlos Alberto Resende – 1979

– Escritório de Advocacia Dr. Fernando Barros 1976/1978 – Estagiária.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 921, DE 2000 – CN
(Nº 1.452/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$1.557.641.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

Brasília, 19 de outubro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 283/MP

Brasília, 19 de outubro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito suplementar, ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no valor de R$1.557.641.000,00 (um bilhão, quinhentos e cinqüenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e um mil reais), em favor do Ministério da Saúde – MS, para reforçar dotações orçamentárias do Fundo Nacional de Saúde.

2. O crédito proposto, a ser viabilizado mediante a incorporação ao Orçamento vigente de recursos oriundos de superávit financeiro do Tesouro Nacional, visa a permitir o desenvolvimento das ações listadas a seguir:

R$ 1,00

Programa/Ação	Suplementação	Origem dos Recursos
Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar	1.557.641.000	
Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde - SUS	428.000.000	-
Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar prestado pela Rede Cadastrada ao Sistema Único de Saúde - SUS	1.129.641.000	-
Superávit Financeiro do Tesouro Nacional	-	1.557.641.000
Total	1.557.641.000	1.557.641.000

3. O crédito em questão decorre de solicitação apresentada por intermédio dos Ofícios Eletrônicos nºs 124/2000-MS e 154/2000-MS, e visa a possibilitar a consolidação do processo de descentralização das ações de Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar do Sistema Único de Saúde, prestadas pela Rede Cadastrada ou pelo Regime de Gestão Plena, bem como a permitir a recomposição dos tetos estaduais destinados a atender aos procedimentos de média e alta complexidade.

4. A abertura do presente crédito viabilizar-se-á por meio de projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por se tratar de suplementação não autorizada na Lei nº 9.969, de 2000, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

5. Nessas condições submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, **Martus Tavares**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PROJETO DE LEI Nº 53, DE 2000 – CN

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$1.557.641.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$1.557.641.000,00 (um bilhão, quinhentos e cinqüenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e um mil reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de superávit financeiro do Tesouro Nacional, apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 1999.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO — CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	IDU	FTE	VALOR
0023		**ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR**						**1.557.641.000**
		ATIVIDADES						
10 302	0023 4306	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS						428.000.000
10 302	0023 4306 0009	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DA BAHIA						34.000.000
			S	3-000	40	0	192	34.000.000
10 302	0023 4306 0011	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO CEARA						65.000.000
			S	3-000	40	0	192	65.000.000
10 302	0023 4306 0013	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO DISTRITO FEDERAL						7.000.000
			S	3-000	30	0	192	7.000.000
10 302	0023 4306 0015	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO						5.000.000
			S	3-000	40	0	192	5.000.000
10 302	0023 4306 0019	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO MARANHAO						16.000.000
			S	3-000	40	0	192	16.000.000
10 302	0023 4306 0027	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO PARA						34.000.000
			S	3-000	40	0	192	34.000.000
10 302	0023 4306 0029	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DA PARAIBA						9.000.000
			S	3-000	40	0	192	9.000.000
10 302	0023 4306 0031	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO PARANA						102.000.000
			S	3-000	40	0	192	102.000.000
10 302	0023 4306 0033	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO						2.000.000
			S	3-000	40	0	192	2.000.000
10 302	0023 4306 0037	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						100.000.000
			S	3-000	40	0	192	100.000.000
10 302	0023 4306 0047	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA						53.000.000
			S	3-000	40	0	192	53.000.000
10 302	0023 4306 0053	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE TOCANTINS						1.000.000
			S	3-000	40	0	192	1.000.000
10 302	0023 4307	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS						1.129.641.000
10 302	0023 4307 0001	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO ACRE						3.200.000
			S	3-000	90	0	192	3.200.000
10 302	0023 4307 0005	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO AMAPA						1.300.000
			S	3-000	90	0	192	1.300.000
10 302	0023 4307 0007	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO AMAZONAS						7.700.000
			S	3-000	90	0	192	7.700.000

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO — CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	SND	MOD	IU	F-E	VALOR
10 302	0023 4307 0009	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DA BAHIA						110.500.000
			S	3-ODC	90	0	192	110.500.000
10 302	0023 4307 0011	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO CEARA						1.000.000
			S	3-ODC	90	0	192	1.000.000
10 302	0023 4307 0015	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO						12.000.000
			S	3-ODC	90	0	192	12.000.000
10 302	0023 4307 0017	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE GOIAS						29.000.000
			S	3-ODC	90	0	192	29.000.000
10 302	0023 4307 0019	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO MARANHAO						4.000.000
			S	3-ODC	90	0	192	4.000.000
10 302	0023 4307 0021	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO MATO GROSSO						18.000.000
			S	3-ODC	90	0	192	18.000.000
10 302	0023 4307 0023	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL						9.000.000
			S	3-ODC	90	0	192	9.000.000
10 302	0023 4307 0025	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						99.000.000
			S	3-ODC	90	0	192	99.000.000
10 302	0023 4307 0029	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DA PARAIBA						13.000.000
			S	3-ODC	90	0	192	13.000.000
10 302	0023 4307 0033	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO						88.300.000
			S	3-ODC	90	0	192	88.300.000
10 302	0023 4307 0035	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO PIAUI						22.000.000
			S	3-ODC	90	0	192	22.000.000
10 302	0023 4307 0037	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						84.000.000
			S	3-ODC	90	0	192	84.000.000
10 302	0023 4307 0039	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						15.000.000
			S	3-ODC	90	0	192	15.000.000
10 302	0023 4307 0041	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						116.000.000
			S	3-ODC	90	0	192	116.000.000
10 302	0023 4307 0043	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE RONDONIA						500.000
			S	3-ODC	90	0	192	500.000
10 302	0023 4307 0049	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SAO PAULO						494.841.000
			S	3-ODC	90	0	192	494.841.000
10 302	0023 4307 0051	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SERGIPE						10.000.000
			S	3-ODC	90	0	192	10.000.000
10 302	0023 4307 0053	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE TOCANTINS						7.300.000
			S	3-ODC	90	0	192	7.300.000

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO — CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	IU	FTE	VALOR
		TOTAL - FISCAL						0
		TOTAL - SEGURIDADE						1.557.641.000
		TOTAL - GERAL						1.557.641.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.

.....

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. *(Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964.)*

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: *(Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964.)*

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; *(Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964.)*

II – os provenientes de excesso de arrecadação; *(Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964.)*

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; *(Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964.)*

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. *(Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964.)*

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. *(Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964.)*

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. *(Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964.)*

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. *(Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964.)*

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicas e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Do Expediente lido que vai à publicação, consta mensagem presidencial encaminhando o Projeto de Lei n.º 53, de 2000-CN, que vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução n.º 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 24-10 publicação e distribuição de avulsos;

Até 1º-11 prazo final para apresentação de emendas;

Até 6-11 publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 16-11 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, o Aviso nº 206, de 2000 (nº 6.963/2000, na origem), de 6 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 833/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à solicitação da CPI do Judiciário para que aquela Corte analise conclusivamente todos os procedimentos constantes do processo TRT-PA-1.073/95, bem como aqueles investigados pelo Ministério Público Federal no Rio de Ja-

neiro, relativos à Portaria AP nº 1, de 25-5-99, antes de julgar as contas do TRT da 1ª Região, relativas aos anos de 1993 e 1994.

O expediente será anexado ao processado do Requerimento nº 118, de 1999, e encaminhado, em cópia, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União os seguintes Avisos:

– Nº 207, de 2000 (nº 7.108/2000, na origem), de 9 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 833, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no setor elétrico e na estrutura organizacional, com vistas a elaborar novos procedimentos a serem executados nas atividades de fiscalização daquele Tribunal (TC 003.163/2000-0);

– Nº 208, de 2000 (nº 7.210/2000, na origem), de 13 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 373, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada nas obras do Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho/PE, de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF (TC 007.568/2000-6);

– Nº 209, de 2000 (nº 6.980/2000, na origem), de 9 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 828, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Campinas, nas áreas de pessoal, licitações e contratos, abrangendo o período de janeiro de 1997 a março de 1998 (TC 700.053/98-0);

– Nº 210, de 2000 (nº 7.012/2000, na origem), de 9 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 829, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Hospital Getúlio Vargas, hospital público vinculado à Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, para apuração de possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do SUS (TC 006.240/2000-4);

– Nº 211, de 2000 (nº 7.140/2000, na origem), de 9 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 240, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Inspeção e Voto que o fundamentam, realizada junto à Empresa de Telecomunicações de Sergipe S/A – TELERGIPE a fim de verificar a situação do contrato de edição de lista telefônica (TC 675.109/96-5);

– Nº 212, de 2000 (nº 7.172/2000, na origem), de 9 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 346, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Hospital Santa Terezinha Ltda., em Uberlândia-MG, visando a apuração de possíveis irregularidades na aplicação de recursos do SUS (TC 004.668/2000-8);

– Nº 213, de 2000 (nº 7.245/2000, na origem), de 13 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 849, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na obra de duplicação da Rodovia BR-381/SP (Fernão Dias), que interliga as cidades de São Paulo e Belo Horizonte, no trecho entre a divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e o entroncamento com a Rodovia BR-116/SP (Presidente Dutra) (TC 009.003/2000-3);

– Nº 214, de 2000 (nº 7.277/2000, na origem), de 13 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 851, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação do Perímetro de Irrigação denominado Jenipapo, situado no Município de São João do Piauí, Estado do Piauí (TC 009.990/2000-8);

– Nº 215, de 2000 (nº 7.309/2000, na origem), de 13 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 852, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Perímetro de Irrigação Pontal Norte Sul, localizado em Petrolina/PE, sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF (TC 010.806/2000-1);

– Nº 216, de 2000 (nº 7.076/2000, na origem), de 9 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 831, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, relacionada com Plano Especial de Auditorias em obras públicas, incluídas no Orçamento Geral da União, do exercício de 1999, que compreendeu a verificação de obras de responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, referentes à duplicação da BR-101/PE, no trecho compreendido entre Prazeres e Cabo (TC 007.931/99-9);

– Nº 217, de 2000 (nº 7.044/2000, na origem), de 9 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 830, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, relativo à construção do Centro de Detenção Provisória de São José do Rio Preto – SP (TC 008.819/2000-2).

As matérias vão à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Julio Eduardo.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 024/PLEN

Brasília, 19 de outubro de 2000

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exª a fim de indicar, como titular, o Deputado Jorge Bittar, PT/RJ, em substituição ao Deputado Gilmar Machado, PT – MG, que ocupará a suplência deixada pelo mesmo na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **Aloízio Mercadante**, Líder do PT.

Ofício nº 025/PLEN

Brasília, 19 de outubro de 2000

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular, o Deputado Virgílio Guimarães, PT/MG, em substituição ao Deputado JOÃO Fassarella, PT/MG, que ocupará a suplência deixada pelo mesmo na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **Aloízio Mercadante**, Líder do PT.

Ofício nº 026/PLEN

Brasília, 19 de outubro de 2000

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular, o Deputado Carlito Merss, PT/SC, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, PT/RS, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, como suplente, na vaga deixada pelo Deputado Carlito Merss, PT/SC, indico o Deputado Geraldo Magela, PT/DF.

Atenciosamente, – Deputado **Aloízio Mercadante**, Líder do PT.

OF. GLPMDB nº 189/2000

Brasília, 19 de outubro de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o Senador Carlos Bezerra será substituído pelo Senador Gerson Camata, como membro titular, e esse substituído pelo Senador Valmir Amaral, como membro suplente, na Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 497, de 2000, "destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol", ficando a mesma assim constituída:

Titulares	**Suplentes**
Renan Calheiros	Ney Suassuna
Maguito Vilela	Valmir Amaral
Gilvam Borges	Agnelo Alves
Gilberto Mestrinho	
Gerson Camata	

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Jader Barbalho**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao eminente Senador Roberto Requião, por permuta com o Senador Ricardo Santos, por 20 minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a minha intervenção nesta manhã será muito curta.

Nos dias que antecederam esta sessão, trouxe dois fatos ao Plenário do Senado Federal. Um deles, amplamente documentado, foi a aquisição da fazenda Pontes pelo Presidente da República pelo preço de US$1,98 o hectare. É evidente que esse não foi preço pago pela fazenda. A fazenda inteira, de 1.047 hectares, foi comprada, segundo a declaração do Presidente Fernando Henrique e de seu sócio Sérgio Motta, por US$2 mil. À época, porém, não valia menos que US$500 mil. A Prefeitura de Buritis, para fins de taxação do imposto, avaliou a fazenda em Cr$131 mil. Na verdade, na época, o pagamento foi de Cr$6 mil, ou seja, US$2 mil. É óbvio, portanto, que foi comprada com dinheiro não declarado, o chamado dinheiro mal-havido, porque não pode freqüentar a declaração do Imposto de Renda. Posteriormente, essa mesma fazenda foi transferida para uma empresa fundada pelo Sr. Sérgio Motta e pelo Presidente da República, por US$20. É a repetição do crime de sonegação.

Eu trouxe todos os documentos: a cadeia dominial, desde o momento em que a fazenda foi vendida pelo Governo de Minas Gerais para o seu primeiro proprietário até quando foi transferida pelo Presidente

da República para os seus filhos. Esta fazenda mal-havida foi declarada símbolo nacional para justificar a presença de tropas do Exército brasileiro diante da ameaça de invasão pelo MST. Declarei, nesta tribuna, que só poderia ser símbolo nacional da Nicarágua, na época do Tachito Somoza.

Fiz as acusações e trouxe os documentos, que foram publicados na íntegra no **Diário do Senado**. Contudo, a Liderança do Governo não me trouxe nenhuma resposta. Não houve defesa do Governo. Portanto, com a ausência da contestação, continuo convencido de que as denúncias que trouxe são absolutamente verdadeiras e de que só em um país como o Brasil um Presidente da República se mantém depois de uma sonegação explícita como essa.

A segunda denúncia que trouxe, inclusive com uma fita gravada por um jornalista de Contagem, foi acerca do fato do candidato do PSDB à Prefeitura de Contagem ter dito ao jornalista – e isso tudo foi gravado – que se havia reunido com o Ministro Pimento da Veiga, que estaria distribuindo verbas dos Correios, da Embratur e da Caixa Econômica para as bases eleitorais do PSDB em Minas Gerais. Ou seja, os veículos de comunicação receberiam os recursos dessas empresas públicas para apoiar os candidatos do PSDB à Prefeitura. Ademir Lucas era o nome do Deputado Federal do PSDB candidato à Prefeitura de Contagem. A gravação dizia ainda que a Globo, provavelmente a Globo local, não a Globo nacional, já teria recebido o numerário. Trouxe a denúncia...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ou me engano ou V. Exª está repetindo o discurso que já fez?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Estou reiterando o discurso que fiz e deixando claro que a ausência da resposta da Liderança do Governo faz com que isso se transforme em uma espécie de confissão.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu não estava entendendo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Fiquei estupefato. Não há resposta. Coloquei as informações, a gravação, esperando que a Globo se manifestasse, que a Liderança do Governo se manifestasse. Mas não houve manifestação nem a respeito da questão da fazenda do Presidente Fernando Henrique, nem a respeito da utilização de recursos de empresas públicas para financiar a cobertura publicitária de campanhas eleitorais do PSDB em Minas Gerais.

Mas ontem o Senador Lauro Campos me passou uma informação interessantíssima. S. Exª disse: "Requião, a resposta não vem do Plenário. Parece que há uma encomenda para uma revista nacional tentar te caluniar, denegrir e detratar." Perguntei: "Que revista?" Ele respondeu: "Eu soube que você vai ser assunto da próxima **Veja**."

Sórdida a **Veja** é. O Victor Civita, seu Presidente, é um picaretaço da imprensa marrom brasileira. Mas será que há esse nexo causal assim tão rápido? Será que o Senador Arruda está sendo substituído pelo Civita na Liderança do Governo, respondendo com agressões denúncias sérias feitas da tribuna do Senado? Não sei. Não acho que a **Veja** chegaria a esse absurdo, a essa confissão explícita da sua utilização como diário oficial marrom do Governo Federal. Entretanto, o Senador Lauro Campos me disse que obteve essa informação de repórteres da **Veja**. Estou aguardando a próxima edição da revista ou, talvez, a outra, mas já antecipo o mecanismo que pode ter gerado mais essa agressão.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu não estava entendendo, porque ouvi o pronunciamento de V. Exª há uns dois dias...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Documentado.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – ... e achei o assunto da maior seriedade, embora a gravação não estivesse boa. Mas, na verdade, tenho um pensamento sobre isso, Senador. O Governo, as autoridades, as entidades ignorarem o Plenário do Senado é algo muito sério. Atualmente, o Governo Federal publica artigos na imprensa, diz o que quer, e a imprensa investigatória – o que é normal, bom até – publica, denuncia fatos. Mas é como se esta Casa não existisse. V. Exª, por exemplo, vai à tribuna e faz duas denúncias muito sérias. É verdade? É mentira? O Governo tem que responder. É verdade o que V. Exª falou sobre a TV Globo? Tem que haver uma resposta. É verdade o que V. Exª fala sobre o Ministério da Fazenda? Tem que haver uma resposta. No entanto, não responder a um pronunciamento do Senador da República na tribuna do Senado Federal é injustificável. Duvido que, nos Estados Unidos ou em qualquer parlamento de uma democracia moderna, um pronunciamento feito

da tribuna do Senado não tenha uma resposta. Ora o Senador é leviano, está inventando, está mentindo, ora esse Senador está interpretando de uma maneira errada, mas uma resposta deve ser dada. Quando fui Governador, a RBS era radicalmente contra mim, fazia críticas permanentes, constantes, diárias, mas eu não me preocupava muito com aquela rede. Havia pessoas ligadas a mim no Palácio Piratini ouvindo permanentemente a sessão da Assembléia Legislativa, pois eu queria tomar conhecimento das denúncias que ali eram feitas. E eu, imediatamente, respondia se era verdade ou mentira. E, se fosse verdade, eu mandava apurar. Quando o Parlamentar descia da tribuna, um representante do Governo que fazia a assessoria parlamentar dizia-lhe: "O Palácio Piratini quer cópia da sua denúncia, porque temos ordem de fazer a investigação imediatamente". E, na mesma sessão, o Deputado recebia uma resposta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Mas hoje, Senador Pedro Simon, o silêncio é ensurdecedor.

E eu trouxe documentos. Por exemplo, na questão de Minas Gerais, existe a hipótese de o Deputado estar vendendo o que não tinha, de não ter existido a reunião com o Ministro Pimenta da Veiga e de a Globo não ter recebido nada, e ele ter utilizado isso para constranger os órgãos locais de imprensa. Mas o silêncio da Liderança do Governo me faz acreditar, de forma firme e definitiva, que houve a reunião com o Sr. Pimenta da Veiga – e temos hoje a tal propaganda regionalizada.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Vou ser sincero: não acredito que tenha havido essa reunião com o Ministro Pimenta da Veiga. Estou com a primeira hipótese que V. Exª levantou. Acho que o Deputado bancou o bacana e vendeu o que não tinha. Mas é como V. Exª diz: tem que haver uma resposta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – No entanto, essa hipótese desaparece diante da ausência de contestação da Liderança do Governo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Exato, tem razão V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Pessoalmente, conheço há muito tempo o Ministro Pimenta da Veiga.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Quando fui Líder do Governo nesta Casa, não havia discurso da tribuna que eu não respondesse. Não havia! Eu levantava, falava, buscava e trazia a resposta. Da mesma maneira que, no tempo em que fui Líder do Governo Itamar Franco, nunca procurei um Senador na véspera de uma votação. Nunca! Quer dizer, na hora de votar, eu ia à tribuna, encaminhava o meu voto e não falava com Líder algum. Nunca! Mas eu respondia todas as questões, e na hora. E, se eu não tinha a resposta, eu buscava-a junto ao Governo. E várias vezes fui ao Governo declarar: "Isto está errado". E voltava dizendo: "V. Exª tem razão, Senador, isso deve ser modificado". Acredito que o Ministro não fez isso.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – A história do Ministro Pimenta da Veiga é boa.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Mas a tese da Liderança do Governo no Senado – que deve ser orientação do próprio Governo – é não responder. Esse é o problema! E é uma maquinação. Por que o Governo não responde? Se o discurso de V. Exª tivesse sido publicado na **Folha de S.Paulo** – o que também é estranho, porque é um jornal tido como independente, que publica praticamente todas as coisas, mas não publica nada –, o Líder do Governo já teria respondido a V. Exª. Concorda comigo? Porque fica muito mal ser publicada na **Folha de S.Paulo** ou em qualquer outro jornal uma manchete com as denúncias de V. Exª sem que tenha resposta. Mas, como a imprensa não divulga, o Líder do Governo não se acha na obrigação de responder. Está errado a imprensa não publicar, já que publica tantas denúncias e investiga tantos fatos no Brasil. Não estou criticando esse trabalho; às vezes, executa-o bem, em outras, mal. Se olharmos o jornal de hoje, verificaremos que há muitas matérias sobre o que está errado no Governo. Isso é publicado, mas não se publica o que diz o Parlamentar da tribuna. Como não o faz, o Líder do Governo não se acha na obrigação de responder. Considero um absurdo a imprensa não publicar tais matérias. Pode publicar e criticar. Houve uma ocasião em que nós dois debatemos um assunto aqui e fomos criticados pelo **Estado de S.Paulo**. Justiça seja feita, esse jornal nos criticou, mas publicou o acontecido.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Publicou o fato, mas nunca nos deu espaço de resposta.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Mas, pelo menos publicou. Em relação a mim, tudo o que disse foi publicado. Fui bastante criticado no editorial, mas foi divulgado o que eu disse. Publicar é importante, mas, mesmo que a imprensa não o faça – o que é um absurdo -, o Líder do Governo tem a obrigação de responder.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Senador Pedro Simon, concordo com V. Exª que a história do Ministro Pimenta da Veiga é boa. Nós do

PMDB o conhecemos há muito tempo. Mas a história do Presidente Fernando Henrique Cardoso também era boa, Presidente em exercício do Senado, Senador Nabor Júnior. Porém, o Presidente tirou o diabo para dançar e, como o diabo não muda, quem mudou foi Sua Excelência. Não sei se o mesmo não aconteceu com o Ministro Pimenta da Veiga. Como o Líder do Governo não veio à colação, vou ficar sem saber e na crença de que o que ocorreu com o Ministro Pimenta da Veiga também ocorreu com o Presidente Fernando Henrique.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Exª pode estar cometendo uma injustiça. Eu não diria com a mesma convicção com que V. Exª disse que "o Presidente Fernando Henrique tirou o diabo para dançar". Desconfio de que foi o diabo que tirou o Presidente Fernando Henrique para dançar. É importante essa diferença.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – É uma hipótese.

Veja bem. Vimos outro dia o que ocorreu com as tais Adins no mundo inteiro, a distorção da Adin no Peru – o velho SNI em nova embalagem –, subornando parlamentares, com o serviço secreto funcionando de uma forma infame. Nós, no Senado, demos força para a criação desta agência, deste Serviço Nacional de Informações em nova embalagem.

Entretanto, mais sério ainda, Senador Pedro Simon, é o que publicaram os jornais ontem, ou seja, que o chefe do novo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – que era o Departamento de Imprensa da Ditadura – o Ministro Andrea Matarazzo, declara que, agora, o Governo está viabilizando sua publicidade por meio das manchetes dos jornais. As notícias são colocadas nos jornais televisivos das grandes redes e reforçadas pelas manchetes dos jornais. Isso significa que os jornais brasileiros não têm mais opinião e que estão vendendo suas manchetes para o Governo para reforçar as idéias otimistas jogadas na imprensa. Isso é rigorosamente terrível. Temos, então, a desinformação nas manchetes dos principais jornais brasileiros. Li essa informação, porque as contradições do sistema possibilitam isso, em um dos jornalões que circularam anteontem no Brasil.

Preocupa-me muito o que está acontecendo no País. O Presidente da República diz que tudo o que se falou sobre o Sivam é calúnia. Sua Excelência se suporta no quê? Na falta de memória da população e na desinformação. O Sivam foi uma grande patifaria: o envolvimento da Raytheon e da Martin Marietta; os franceses em contradição com os americanos; o Presidente da República assumindo um compromisso com Bill Clinton, durante a eleição, de favorecer a empresa americana, viabilizando economicamente um grupo de indústria militar norte-americano; e o envolvimento claríssimo do Senador Gilberto Miranda, principalmente dentro do Senado da República, que recebeu um avião e, posteriormente, o devolveu. Agora o Presidente da República, suportado pela certeza do esquecimento, do olvido e da falta de memória, diz que tudo que falaram sobre o Sivam era calúnia contra o Sivam e contra o Presidente.

Será que quando eu trouxe a cadeia dominial da fazenda do Presidente eu o estava caluniando ou documentando uma denúncia com extrema clareza?

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – E não deixaram criar a CPI do Sivam.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Não, absolutamente não.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Àquela altura, criaram, inventaram uma grande Comissão: a junção das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania. Essa grande Comissão apuraria tudo, e o Presidente do Senado, à época, garantia que Gilberto Miranda seria cassado por corrupção, tendo em vista as denúncias gravíssimas que havia contra ele. Ele, que tinha um parecer totalmente contra os americanos, posicionando-se ao lado dos franceses, argumentava que tinha pego o seu jatinho e ido à Rússia, à França e aos Estados Unidos e provava que o que estávamos fazendo aqui, aquilo que estávamos adotando no Projeto Sivam estava superado, era sucata nos Estados Unidos. Ele trouxe a gravação e as declarações americanas, provando-nos o que afirmava. Dizia-se que ele seria cassado; entretanto, o que aconteceu? Ele mudou o seu parecer, antes favorável ao projeto francês, dando um parecer favorável para a empresa americana – houve inclusive um telefonema do Presidente americano para o Presidente brasileiro pedindo que isso fosse feito. Ele mudou o seu parecer, foi favorável ao projeto americano, saiu como herói da Comissão, não foi cassado e ainda foi o grande coordenador de uma derrota que o PMDB teve aqui no plenário, quando o Presidente do Senado deveria ser do nosso Partido. Ele saiu do PMDB para outro Partido e terminou sendo herói da eleição, passando a ser uma grande vedete.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – No entanto, teve de devolver o jatinho. Já havia uma troca com o pessoal da Líder, mas o jatinho foi devolvido.

Agora, o Presidente da República, com essa cara-de-pau, diz que havia sido caluniado. Caluniadores, certamente, somos nós, os Senadores Pedro Simon e Roberto Requião. Sua Excelência joga com o silêncio, com a total desinformação da imprensa, com esse silêncio ensurdecedor da imprensa brasileira em torno da corrupção absoluta no Governo Federal.

Na verdade, Presidente Nabor Júnior, a minha intenção era muito mais de dizer da minha expectativa em relação à resposta do Governo, suportada na calúnia, na injúria e na difamação, não no Plenário, frente a frente, face a face com as suas Lideranças, mas encomendada a órgãos nacionais de comunicação. Vamos ver se a encomenda será aviada ou não. Por enquanto, fico na expectativa, depois da informação que recebi do Senador Lauro Campos, obtida de um jornalista da revista **Veja**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, a colonização da Amazônia, ensina Artur César Reis, foi consolidada pelo tripé: colono, missionário e soldado. A cada vilarejo que prosperava, a partir do Forte do Castelo, com a fundação de Belém em 1616, logo sucediam aos colonos portugueses os padres, no seu ministério de catequização, e os militares, para a segurança de todos. Pedro Teixeira, saindo de Cametá em 1637, com poucas centenas de soldados e milhares de índios, ao contrário do que fizera Orellana, em 1541, navegou o Rio Amazonas, chantando padrões de posse em nome da coroa portuguesa até Napo, só se detendo ao ser barrado pelo "adelantado" de Espanha, já em Quito. Foi, pois, uma ação militar que permitiu a Portugal a conquista do oeste amazônico, levando a fronteira ao rio Javari e anulando o Tratado de Tordesilhas, que concedia toda a imensa região aos espanhóis.

Os fortes construídos para defesa contra qualquer invasão a partir dos Andes ou do Orenoco constituíram proteção para todo o Arco Oeste da Amazônia, desde o Forte de São Joaquim, no hoje Estado de Roraima, até o Forte Príncipe da Beira, às margens do rio Guaporé, na divisa com a Bolívia. Operações militares se sucederam no período colonial, no Norte, até a conquista definitiva do forte de Macapá, onde os franceses foram derrotados.

A ação militar, pois, atravessa os séculos no desenho de nossas fronteiras amazônicas, complementada pela diplomacia brasileira na solução por arbitragem: no Amapá, com a França; e em Roraima, com a Inglaterra. Eu diria que a Amazônia, ontem como hoje, teve o seu destino umbilicalmente ligado aos militares, quer os portugueses, quer os brasileiros, de quem herdamos a soberania sobre a grande planície florestal.

Esse passado é, hoje mais que nunca, um símbolo que devemos cultuar, fazendo-nos dignos dele no momento em que nos cabe a sua guarda. Numa homenagem a esse passado, os quartéis mantêm como legenda a frase que diz: "Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a dos nossos antepassados de conquistá-la e mantê-la".

Em 1956, começou o Exército a prestigiar a Amazônia. Criou o Comando Militar da Amazônia (CMA), mais tarde desdobrado em CMA, em Manaus – ponto lógico de qualquer instalação de defesa do Arco Oeste da Amazônia –, e Comando Militar do Norte (CMN), em Belém. Levou os Batalhões de Engenharia de Construção para a floresta, rasgando estradas. Os tradicionais Batalhões de Caçadores, sediados em Manaus e Belém, passaram a integrar os Batalhões de Infantaria de Selva, desde Marabá – onde tive o privilégio de servir como tenente R/2 convocado – até as mais recônditas paragens da Floresta Amazônica. Seu efetivo, hoje, inclui quatro Brigadas de Infantaria de Selva, um Grupamento de Engenharia, uma unidade da aviação do Exército, o famoso Centro de Instrução de Guerra na Selva, de Manaus, e o pessoal de apoio. Tropas antes sediadas no Rio Grande do Sul foram instaladas no âmago da floresta, em São Gabriel da Cachoeira, Normandia, Surucucu (um pelotão na terra indígena ianomâmi), Maturacá, Brasiléia e Assis Brasil, no Acre; enfim, uma seqüência de unidades ao longo dos 12 mil quilômetros de fronteira. Para Boa Vista, veio a tropa anteriormente aquartelada em Petrópolis.

Não foi apenas o Exército que modificou o paradigma antes voltado para o leste e o sul do País. Na Amazônia, a Aeronáutica e a Marinha de Guerra também estão presentes no 1º Distrito Naval e no 1º COMAR (antiga 1ª Zona Aérea), sediados em Belém. Promovendo as mudanças necessárias e condizentes com os dias atuais, essas forças emprestam o apoio indispensável às atividades do Exército e promovem um inestimável trabalho de assistência social às populações da hinterlândia amazônica.

A FAB ampliou suas bases e instalações, interiorizando-as. Sabemos que a tecnologia aeronáutica desenvolveu-se no século XX, mas, sem ela, não teria

sido possível manter o controle sobre tamanha extensão territorial. O Ministério da Aeronáutica foi criado em 1941, mas apenas em 12 de dezembro de 1956 viu-se efetivado o interesse sobre a Amazônia, com a instalação da Comissão para a Criação de Aeroportos na Região Amazônica – COMARA. E os aviões Catalina (anfíbios) continuaram por muitos anos como sinônimo de esperança de vida, pois, por meio deles, as populações ribeirinhas tinham acesso a médicos, remédios, missionários, alimentos, roupas e educação.

Com a construção de pistas de pouso, foram criadas também bases aéreas e destacamentos de proteção ao vôo. O apoio da Aeronáutica passou a ser de extrema importância para a manutenção das unidades do Exército instaladas nas fronteiras, para a localização e coibição de queimadas, em conjunto com o Ibama, e no apoio à Funai, na assistência às comunidades indígenas.

Além dessas ações, a Aeronáutica vem sendo de fundamental importância no trabalho com a Polícia Federal na repressão ao garimpo ilegal. Mais recentemente, com o desenvolvimento do Projeto Calha Norte, que consiste na ocupação racional dos espaços vazios ao longo dos rios Solimões e Amazonas, visando a propiciar a essa extensa área as condições mínimas para o desenvolvimento, ficou demonstrado que é praticamente impossível para o Brasil manter a soberania sobre a Amazônia sem a participação efetiva da Aeronáutica. Em 1990, a FAB já voava mais de 1000 horas anuais para atendimento a missões desse projeto.

No meu modo de ver, merece destaque especial a implantação do Projeto Sivam – Sistema de Vigilância da Amazônia –, cuja concepção e cujo gerenciamento de implantação foram atribuídos à Aeronáutica por determinação presidencial. Esse sistema tem propósitos muito amplos, servindo de base para a coleta, tratamento e distribuição de dados para o Sistema de Proteção da Amazônia – Sipam, projeto que contará com a participação de vários ministérios, secretarias, governos estaduais e prefeituras.

A estrutura do Sivam se apoia em três Centros Regionais de Vigilância – CRVs, localizados em Belém, Manaus e Porto Velho, atendidos por um Centro de Apoio Logístico instalado em Manaus e gerenciados por um Centro de Coordenação Geral, em Brasília. Dispõe, ainda, de 32 sítios de comunicações para proteção ao vôo, sendo 25 deles equipados com radares, dos quais seis são transportáveis, para atender a necessidades em áreas de maior interesse operacional ou para substituir unidades que se encontrem em manutenção.

Além desses equipamentos, há o sensoriamento por satélites, com apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, complementado pelas informações colhidas por três aeronaves EMB-145, dotadas de visualização óptica e infravermelho, além de quatro aeronaves Caravan para apoio às equipes de manutenção. Apesar dos problemas apontados à época da implantação, hoje é inquestionável a necessidade dos sistemas Sipam/Sivam para a soberania brasileira sobre a Amazônia. A esses sistemas se atribuem dois grandes ramos de atividades: primeiro – vigilância e controle (espaço aéreo, navegação fluvial, fronteiras, pistas de pouso clandestinas, plantio/cultivo de espécies proibidas, extração de recursos naturais, áreas indígenas, rotas de narcotráfico e contrabando, reservas naturais, comunicações clandestinas); e segundo – apoio a iniciativas de meio ambiente e saúde (mapeamento de bacias hidrográficas, condições atmosféricas, queimadas e desflorestamentos, classificação de flora, poluição de rios, mapeamento de endemias e epidemias).

Os serviços prestados pela Aeronáutica na Amazônia devem ser reconhecidos por toda a sociedade, pois, devido às distâncias e às dificuldades de locomoção, muitas localidades ficariam totalmente esquecidas, não fosse o empenho dos integrantes dessa força.

Também a Marinha do Brasil tem uma presença marcante na Amazônia –presença que, aliás, remonta aos tempos do Brasil Colônia. Em 1728, o Governador da Província do Maranhão e Grão-Pará, Alexandre de Souza Freire, criou a Divisão Naval do Norte, com sede na cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, para controlar a entrada de navios no rio Amazonas. Em 1729, com a finalidade de construir e reparar canoas de guerra para prestarem serviços nessa região, foi criada a Casa das Canoas, que teve a denominação alterada para Arsenal de Marinha do Pará a partir de 1761, tendo este sido desativado em 1950, quando a base naval de Val-de-Cães iniciou suas atividades.

Com a abertura da navegação do rio Amazonas às nações amigas, em 1868, foi criada a Flotilha do Amazonas, que hoje dispõe de navios de patrulha fluvial e de navios de assistência hospitalar. Em 1994, foram criados o Comando Naval da Amazônia Ocidental e o 3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral. São onze mil milhas de vias fluviais, com a importância estratégica de fazer limite com sete países:

Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Seria muito difícil, Srªs e Srs Senadores, manter a identidade nacional e a integridade territorial do Brasil sem a participação da Marinha, pois, para as populações ribeirinhas da região, o único sinal da presença do Estado são os navios e lanchas dessa força.

Para se ter uma idéia da importância do controle oficial sobre os meios de transporte da Amazônia é bom saber que cerca de 70 mil embarcações de todos os tipos e tamanhos trafegam pelos seus rios anualmente. Com capacidade para mais de 100 passageiros, são 1.100 barcos cadastrados na Amazônia Ocidental e 800 cadastradas na Amazônia Oriental. A solução encontrada para dar mais eficiência às ações da Marinha foi a criação das "Capitanias Flutuantes", unidades que viajam para localidades extremas do território amazônico registrando embarcações, ministrando aulas aos ribeirinhos e expedindo certificados para condutores e marinheiros de barcos. Embora a maioria das embarcações cumpra as normas de segurança, o baixo poder aquisitivo dos habitantes da região, que leva ao achatamento das tarifas, constitui-se em estímulo ao excesso de carga e de passageiros, para cobrir os custos de operação das empresas, exigindo uma atenção especial da Marinha para coibir os abusos e fazer com que sejam cumpridas as normas de segurança.

A Marinha do Brasil realiza, ainda, operações de Assistência Cívico Social e Assistência Hospitalar. As operações de assistência social aproveitam as atividades de adestramento para possibilitar a chegada de profissionais da área da saúde a locais de difícil acesso, para prestar atendimento médico e odontológico e distribuir medicamentos e gêneros de primeira necessidade à população. As operações de assistência hospitalar são realizadas em convênio com o Ministério da Saúde e duram aproximadamente 20 dias. A atividade dos "navios da esperança", como são carinhosamente chamados, está representada em palestras sobre higiene pessoal, medidas profiláticas e de tratamento da água, vacinação, atendimento médico-odontológico, além do apoio a programas como o Amazônia Solidária, que fornece cestas básicas às famílias dos seringueiros, e o Amazônia Visão 2000, de atendimentos clínicos e cirúrgicos na especialidade oftalmológica.

É bastante ilustrativo da importância social dessa atuação um relatório colocado à nossa disposição, reportando que, em uma viagem de 21 dias, partindo de Manaus para atendimento ao Pólo Javari, um navio da Marinha realizou 1179 ações básicas de saúde, sendo 817 de assistência médica e 362 de assistência odontológica. Quase 1200 atendimentos em três semanas, incluído, aí, o tempo gasto em locomoção. Outro demonstrativo aponta para uma quantidade que beira os 30 mil atendimentos no ano de 1999, nos 12 pólos em que está dividida a região. É possível avaliar a importância dessa assistência para os habitantes dos mais inóspitos rincões deste País continental, que talvez ficassem esquecidos pelos formuladores das políticas públicas, não fosse a atenção que lhes conferem as Forças Armadas.

Para que tenhamos uma idéia do volume de trabalho, é necessário apresentar alguns números colocados à nossa disposição pela própria Marinha do Brasil. Em 1998, para um total de 62.898 embarcações inscritas na Amazônia, foram abordadas 28.915, demonstrando que não se trata de simples amostragem, mas de uma ação efetiva e abrangente: quase metade das embarcações foram fiscalizadas –, chegando-se ao quantitativo de 3.656 multas aplicadas.

Seria necessário, Sr. Presidente, que houvesse a necessidade de investimento para gerar atividades com retorno econômico e, assim, manter a região, além de atrair outros trabalhadores.

O SR. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador, V. Exª me permite um aparte?

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA) – Pois não, Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – O discurso de V. Exª faz justiça ao trabalho fantástico que as Forças Armadas realizam na Amazônia. Sou testemunha de todo o esforço na realização e execução desses programas na nossa imensa região. A Amazônia sempre teve nas Forças Armadas um aliado e defensor, que tem sido de uma persistência extraordinária: a Aeronáutica, desde a época do Correio Aéreo Nacional; a Marinha, especialmente na fase dos navios hospitais, da assistência médica e social nos beiradões; e o Exército, nos postos mais avançados das fronteiras. As Forças Armadas na Amazônia têm um papel civilizador, agregador e integrador da soberania nacional e da Amazônia no contexto nacional. Assim, o discurso de V. Exª é justo ao mostrar que as Forças Armadas têm uma importância extraordinária na Amazônia. Mas, lamentavelmente, as Forças Armadas brasileiras são as que recebem menos recursos em toda a América Latina. Cada vez mais há o empobrecimento orçamentário das Forças Armadas. O esforço maior deve-se à dedicação, ao patriotismo e à vontade de servir o País que têm os integrantes de

nossas Forças Armadas. Parabéns a V. Exª pelo discurso!

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA) – Agradeço a V. Exª o aparte, que incluo em meu pronunciamento.

Aproveito a oportunidade para lembrar que a **Folha de S. Paulo**, neste mês, publicou uma matéria do Ministro Geraldo Quintão, em que S. Exª aborda a necessidade e já a decisão de serem criadas cidades ao longo da fronteira. Já estão, inclusive, definidas cinco cidades a serem criadas agora, ao longo da nossa fronteira amazônica.

Aliás, talvez a melhor forma de defesa da região seja mesmo sua ocupação ordenada, capaz de gerar progresso e desenvolvimento auto-sustentado. É difícil entender que uma área territorial equivalente à metade do território nacional seja habitada por apenas 10% da população brasileira.

Claro está, Sr. Presidente, que há necessidade de investimentos para gerar atividades com retorno econômico e, assim, manter o nativo na região, além de atrair outros trabalhadores para lá. No início deste ano, o Banco Axial celebrou um convênio com a Associação Brasileira para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Bioamazônia), visando a assegurar a propriedade das riquezas naturais da região antes que todo o conhecimento seja contrabandeado por meio da biopirataria. Essas duas instituições constituíram um consórcio para administrar o Fundo Permanente para a Biodiversidade da Amazônia, iniciando com um capital de US$1 milhão, doados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo Fundo das Nações Unidas.

Imaginem os senhores o potencial de desenvolvimento a partir desse Fundo e a implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, que a Bioamazônia está construindo em Manaus. Os setores industriais de fármacos, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumaria e suplementos nutricionais utilizam-se cada vez mais de produtos naturais e de seus derivados sintetizados, o que resulta no aumento da procura de novos compostos orgânicos bioativos da natureza.

Quanto à biodiversidade da Amazônia, é simplesmente impossível abrangê-la em tão poucas linhas como as que estou utilizando para esta minha modesta fala. De 30 milhões de espécies de insetos que se estima existirem no mundo, de 10 a 15 milhões estão presentes na região. Também se podem encontrar aí cerca de 22% das espécies vegetais do planeta, num total aproximado de 55 mil espécies. E poderíamos continuar a enumeração inacreditável: 524 espécies de mamíferos, 517 de anfíbios, 1.622 de pássaros, 3 mil de peixes de água doce.

Outro segmento de grande potencial a ser explorado para induzir um desenvolvimento não-prejudicial à Amazônia pode ser o turismo de natureza, que já movimenta, em todo o mundo, a espetacular quantia de 260 bilhões de dólares anuais, dos quais o Brasil participa com apenas 70 milhões. Para se ter uma idéia do potencial de geração de riquezas dessa atividade, basta dizer que a Costa Rica, um país do tamanho do Estado do Espírito Santo, faturou, apenas em 1996, cerca de 600 milhões de dólares, firmando-se como a floresta tropical preferida pelos americanos, enquanto a Amazônia, quase cem vezes maior, faturou apenas 40 milhões de dólares no mesmo ano. E para dar apoio a esse ramo do turismo, que vem crescendo em níveis impressionantes no planeta, calcula-se que atualmente existem, na Amazônia, cerca de 30 hotéis de selva.

Sabe-se que entre os fatores que impedem uma intensificação dessa atividade estão a falta de infra-estrutura, o número reduzido de vôos internacionais diretos para os Estados Amazônicos, a falta de capacitação dos recursos humanos e a quase inexistente divulgação desses atrativos no exterior. Evidentemente, é um ramo que pode contribuir com uma parcela significativa para a geração de empregos e renda na região.

E que dizer do potencial mineralógico? Os olhos dos grandes grupos econômicos, se assim podemos dizer, crescem em direção à Amazônia. Muitas estimativas têm sido feitas sobre as reservas minerais, mas creio eu que essas reservas são incalculáveis e as mais variadas, podendo-se citar: metálicos: bauxita (alumínio), cobre, cassiterita (estanho), ferro, manganês, cromo, nióbio, níquel, ouro, prata, tungstênio, zinco, zircônio; e não-metálicos: argilas e argilas refratárias, bauxita refratária, calcário, caulim, cianita, dolomita, fluorita, gipsita, granito, mica, potássio, leucita, nefsienito, quartzito industrial.

Tomei a liberdade de nomear apenas alguns tipos mais conhecidos, Srªs e Srs. Parlamentares, para demonstrar o porquê da cobiça de que a Amazônia é objeto pelos estrangeiros.

Ainda podemos falar de outras atividades como a agricultura e a pecuária, que têm de ser realizadas respeitando-se as características do solo, que defensores da Amazônia afirmam ser muito pobre. Para esses, corre-se o risco de, com o tempo, transformar essa região num deserto. No entanto, respeitadas as

suas características, essas atividades poderiam fazer-se acompanhar da instalação de agroindústrias, aumentando a capacidade de geração de emprego e renda.

Quanto à indústria madeireira, há que se fazer respeitar as normas que regulamentam essa atividade e a razoabilidade, com o competente reflorestamento das áreas de extração, o que pode levá-la a se transformar em atividade perene.

E a pesca predatória sendo coibida, os rios também servirão de sustento permanente para as populações ribeirinhas, possibilitando, inclusive, que elas sobrevivam da atividade pesqueira.

Já me referi ao passado laboriosamente construído, do qual somos herdeiros. Já descrevi sucintamente o potencial da Região Amazônica. Quero falar, ainda, das conseqüências da Nova Ordem Mundial, do mundo unipolarizado, das notícias insistentes de internacionalização da Amazônia, dada a sua importância estratégica e econômica no novo século a iniciar-se.

Têm sido constantes as denúncias que falam da planetarização da Amazônia, da sua condição de detentora de incalculáveis riquezas minerais, da sua incomparável biodiversidade, da sua enorme disponibilidade de 1/5 da água potável do mundo, das valiosíssimas jazidas – de que tem 80% do total mundial – de nióbio, essencial na indústria astronáutica. Num mundo que caminha para atingir, em poucas décadas, 8 bilhões de criaturas humanas, a Amazônia é um patrimônio inestimável, que precisamos defender de qualquer cobiça estrangeira, não importa a origem.

Não acompanho os que, tomados de alarmismo, vêem ameaças imaginárias à Amazônia.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA) – Pois não, Senador Bernardo Cabral, com muita honra.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Luiz Otávio, evidentemente, interrompendo, nesta hora, o seu discurso denso de pesquisa e da seriedade necessária quando se trata da Amazônia, talvez eu quebre um pouco a linha que V. Exª vinha traçando. Entretanto, é bom fazê-lo para demonstrar a admiração que seus colegas nutrem pela sua atuação, pela defesa que faz da região – natural que é do Pará -, e sobretudo para demonstrar, primeiro, quando V. Exª anunciava a presença das Forças Armadas na nossa região, que poucas pessoas se dão conta, a não ser aqueles que ali vivem, sofrem, moram e produzem riquezas para o resto do País, que é muito difícil se conseguir alguma coisa. Veja V. Exª que o antigo projeto Calha Norte, hoje Programa Calha Norte, somente não foi extinto pela defesa que todos nós, da região, fizemos. Enquanto no sul do País, precisamente na área do Rio de Janeiro, existem 44 mil soldados, temos apenas 22 mil para guarnecer toda aquela área, e os tecnoburocratas retiram-lhe recursos orçamentários pensando que ali se faz brincadeira. Agora mesmo, na 4ª Reunião de Secretários de Defesa das Américas, ficou mais do que demonstrado que aquela área precisa, por esse rol de riquezas minerais que V. Exª apontou, sem esquecermos a água – repito sempre, o ouro do Século XXI –, que nos voltemos para ela. Se um Secretário de Defesa, como o Sr. William Cohen, chega de manhã à capital do Amazonas, Manaus, e sai à noite, é porque aquela reunião é muito importante para que fiquemos olhando de soslaio, em vez de mirarmos na direção certa. Quero cumprimentar V. Exª. Todas as vezes que nos unimos em torno do ideal da Amazônia ainda fazemos pouco, porque estamos tentando alertar aqueles que estão distantes da Amazônia de que ela é nossa e de que os problemas nacionais devem ter soluções nacionais. Neste particular, na Operação Colômbia, as Forças Armadas e também a nossa diplomacia declararam que não serão instrumentos para desrespeitar a autonomia e a autodeterminação dos povos – aquilo que temos defendido durante toda a nossa vida política. Cumprimento V. Exª, Senador Luiz Otávio. Volte sempre à tribuna, para que possamos levar a solidariedade ao discurso de V. Exª.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA) – Agradeço a participação de V. Exª e me sinto honrado em poder lhe conceder este aparte.

Algumas dessas denúncias só servem para desmoralizar a vigília que devemos manter. Assim foi quando se tratou da hiléia amazônica, um projeto internacional realmente inconveniente, mas que foi de iniciativa precisamente do embaixador brasileiro Berredo Carneiro, na UNESCO. Os Estados Unidos negaram-se, aliás, a comparecer à conferência de Iquitos. O projeto, que teve neste Senado firme condenação do Senador Augusto Meira, representante do Pará, e, na Câmara, do Deputado Arthur Bernardes, foi arquivado no Congresso.

Outra denúncia falsa, ainda volta e meia repetida, é a relacionada com o Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, que teria declarado a Amazônia patrimônio da humanidade, cuja posse pelo Brasil não seria reconhecida. O prestigioso jornal **O Estado de S. Paulo** publicou o suposto documento, dando-lhe crédito.

Imediatamente, foi constituída uma CPI mista, da qual foi relator o então Senador Ronan Tito. A CPI concluiu por unanimidade que se tratava de uma farsa, não sendo o documento verdadeiro. O grande jornal paulista, que acompanhou os trabalhos da CPI, aceitou ter sido vítima de uma falsidade.

É fora de dúvida que o então Presidente francês François Mitterrand, certa feita, em Tóquio, disse que "os países que detêm a posse de florestas equatoriais úmidas precisam compreender que sua soberania sobre elas é relativa". Seu Primeiro-Ministro Michel Rocard, pouco depois, na Conferência de Haia, em abril de 1989, repetia as mesmas palavras, provocando oportuna resposta do embaixador brasileiro Flecha de Lima. No livro **A Proposta**, volume II, de discursos de autoria de Mikhail Gorbachev, publicado no Brasil pela Editora Expressão e Cultura, há uma passagem em que ele diz, na ONU, tratando de proteção do meio ambiente: "Há uma tendência geral de os Estados delegarem parte dos seus direitos aos organismos internacionais competentes, os quais, agindo em nome deles, decretam normas racionais de aproveitamento dos recursos naturais."

Bem mais recentemente, o Secretário-Geral da ONU, o africano Kofi Annan, em sessão plenária da Comissão de Direitos Humanos, assim se expressou: "O mundo não mais vai permitir que as nações que praticam a violência contra o homem possam esconder-se atrás da soberania nacional." Juntando direitos humanos com proteção do meio ambiente, o então Secretário de Estado americano Warren Christopher, ainda na ONU, disse, curto e grosso: "Em matéria de direitos humanos violados e ecologia degradada não há soberania absoluta." É a tese do direito de ingerência, que torna inócua a soberania nacional. Tese que, felizmente, há poucos dias, o Itamaraty contrariou na OEA, na apreciação do caso peruano. Mas o mesmo Warren Christopher, no seu livro **O Curso da História**, editado em 1998 pela Universidade de Stanford, onde ele se graduou, ao falar sobre direitos humanos e ecologia, objetos da política externa americana, disse: "Para levar a cabo a política externa americana e assuntos ecológicos que ameaçam a nossa saúde e o nosso futuro, usaremos, sem dúvida, a nossa diplomacia, apoiada por fortes forças militares." Já não é mais ele o Secretário de Estado no segundo governo do Presidente Clinton, mas não consta que, ao dizer o que disse, não representasse o pensamento do seu presidente, e ainda recentemente, Al Gore, candidato a presidente dos EUA, afirmou que "ao contrário do que pensam os brasileiros, a Amazônia é de todos nós".

Estamos, pois, em face de um fato concreto na Nova Ordem Mundial: o enfraquecimento do conceito tradicional de soberania nacional. Já li, inclusive, de magistrados brasileiros insuspeitos quanto ao seu patriotismo, que de fato o conceito de soberania nacional está mudado. Claro que é nosso o interesse de preservar o meio ambiente. A conservação da floresta amazônica, queremos tê-la em desenvolvimento auto-sustentado, não por medo de ingerência estrangeira, mas para melhorar as condições de vida de nosso povo e cooperar com o esforço nacional pela retomada do crescimento. Combatemos, pois, a exploração predatória da floresta, um crime contra o nosso patrimônio comum. Quanto a direitos humanos, não temos conflitos étnicos como os dos Bálcãs e da África Negra. Nossos povos autóctones têm na Constituição um amparo que poucos países garantem aos seus.

Ainda agora, estamos diante de uma nova ameaça à paz e ao equilíbrio da região. Refiro-me ao Plano Colômbia, que prevê a participação dos Estados Unidos e de países europeus no combate ao tráfico de entorpecentes e às guerrilhas, responsáveis pela grave crise que acomete aquela nação sul-americana. Com o combate ao narcotráfico, pretende-se minar a base de sustentação dos guerrilheiros que dominam grandes parcelas do território colombiano.

Os Estados Unidos devem ajudar o governo colombiano com recursos financeiros e apoio logístico, e têm pressionado outras nações sul-americanas, entre elas o Brasil, a participar dessa ofensiva. Para isso, inclusive, está prevista para os próximos dias a vinda do Secretário de Defesa americano, William Cohen, que, além de manter contatos com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e com o Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, participará do encontro latino-americano de ministros da Defesa, a realizar-se precisamente em Manaus, nos dias 17 e 19.

O Brasil, na recente reunião dos presidentes dos países latino-americanos, já se manifestou contrariamente à participação nesse projeto que, seguramente, é fonte de preocupação para todos nós. O principal risco dessa ofensiva contra o tráfico, como admitem os próprios Estados Unidos, é a transposição dos conflitos, de vez que os narcotraficantes, se expulsos da Colômbia, devem procurar outros territórios para assentar suas bases.

No entanto, há outros riscos. O Plano Colômbia, entre outras ações – algumas menos questionáveis,

como a reforma do Judiciário colombiano –, prevê operações militares em grande escala nas proximidades de nossas fronteiras. Nessa ofensiva, não faltam aqueles que pretendem desencadear uma guerra biológica contra as plantações de coca, com a utilização de um fungo – o Fusarium Oxysporum – cujo impacto no meio ambiente ainda é desconhecido.

A ação militar, especialmente com a utilização de forças alienígenas, na tentativa de solução da crise colombiana, é altamente questionável. O Brasil deve participar, com empenho, de soluções diplomáticas que contribuam para pôr fim aos conflitos que vêm afetando a Colômbia. Mas as circunstâncias exigem, mais do que isso, o reforço da presença militar e a intensificação da vigilância em toda a região.

Sem fazer alarde descabido, temos, porém, de cumprir o destino da Amazônia, desde a sua colonização. O Projeto Calha Norte, infelizmente, ainda não se efetivou por falta de verbas, mas o pelotão do Exército em Surucucu é a prova maior de que a presença dos militares representa a garantia da conservação do meio ambiente e da proteção e assistência aos índios. O recado do Exército, aliás, das Forças Armadas, está na presença dos milhares de militares bem treinados, sediados em toda a fronteira, desde a Guiana Francesa até o Forte Príncipe da Beira, dizendo todos os dias, ao hastear e ao arriar a Bandeira brasileira, que esta terra tem dono. Todavia, a responsabilidade pela ocupação política e sobretudo econômica da Amazônia não é somente dos militares, mas, e principalmente, de nós, políticos, parlamentares e governantes, brasileiros do Norte, do Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que temos a obrigação de nos unir para, depois de séria e dedicada análise da realidade atual, debater e propor programas e projetos a serem executados a curto e médio prazos, voltados ao atingimento daquele desiderato.

Por essa razão, e para que façamos a nossa parte, estou saindo do discurso para a prática e apresentando um requerimento de instalação da Comissão Temporária da Amazônia, a ser formada por senadores representantes de todas as regiões do País, sem qualquer conotação política de apoio ou oposição ao Governo e muito menos dos conceitos de Amazônia Ocidental e Oriental, com o objetivo de ouvir e debater, com os governantes e técnicos da Amazônia Brasileira, os problemas e as soluções possíveis de serem encaminhadas ao Poder Executivo.

Ao apresentar tal requerimento, reafirmo minha convicção, que acredito ser também a de numerosos Pares, de que somente a efetiva ocupação econômica da Amazônia poderá manter a soberania brasileira sobre esta região.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ OTÁVIO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

PLANO COLÔMBIA JÁ AQUECE MERCADO DA GUERRA

Brasil investe em segurança na fronteira enquanto negociantes de armas farejam lucro

Roberto Godoy

O Brasil terá de investir até US$10 bilhões na modernização das Forças Armadas para enfrentar o desafio de garantir a integridade da Amazônia ameaçada pela provável internacionalização da guerra civil na Colômbia associada ao narcotráfico.

O Exército mantém 3 mil homens na divisa com a Colômbia e planeja aplicar US$1,2 bilhão em seis anos no desenvolvimento do Projeto Calha Norte, uma linha de quartéis, pistas de pouso e postos avançados. A Marinha quer recursos para melhorar a frota de navios-patrulha fluviais equipados com helicópteros e para completar o efetivo de fuzileiros.

As três armas convivem na região com dificuldades ainda mais básicas: falta energia elétrica em vários pontos estratégicos, os depósitos de combustíveis são de pequeno porte e apenas um armazém de estocagem de alimentos tem câmara fria, mesmo assim com capacidade limitada a pouco mais de uma tonelada.

A política dos ministérios das Relações Exteriores e da Defesa em relação ao conflito na Colômbia é a da limitação do impacto às medidas preventivas e uma rígida postura de não intervenção nos assuntos internos de outro país.

"O Brasil não vai fazer parte de nenhuma força multinacional e adotará uma atitude de tolerância zero quanto à inviolabilidade de seu território", explica um diplomata da equipe do chanceler Luiz Felipe Lampreia. A Operação Cobra, deflagrada há dez dias pela Polícia Federal, está custando R$10,4 milhões e é o primeiro resultado do programa de fiscalização da fronteira.

O mercado internacional da guerra já farejou as possibilidades de negócios de todos os tipos nesse conflito. Mercadores de armas, como Monzer al-Kassar, envolvido com o terror palestino, mercenários como o recrutador Paul Stein, fazendeiro em Mato Grosso, e guerrilheiros como Rafael Fontes, o comandante Franco, circulam com desenvoltura em Bogotá, São Paulo, Brasília, Lima e Buenos Aires.

Projeções – De acordo com projeções do governo federal a que a Agência Estado teve acesso, o Brasil, que divide 1.600 quilômetros de fronteira com a Colômbia na Amazônia, terá de gastar de US$7 bilhões a US$10 bilhões para modernizar as Forças Armadas do país de acordo com dois cronogramas: um relativamente curto, de cinco anos, e outro mais longo, que se estende até 2010.

Os primeiros US$3 bilhões estão sendo aplicados na renovação da aviação militar, cuja direção terá de decidir em 2001 a compra de um novo caça supersônico. Os favoritos até agora são o F-16 Falcon, dos Estados Unidos, o Mirage-2000 francês e o sueco Grippen.

O Ministério da Defesa também vai formalizar na Embraer a encomenda de 99 aviões turboélice ALX de ataque que atuarão de forma conjunta com 5 sofisticados jatos EMB-145 na versão de alerta antecipado e vigilância eletrônica, destinados especificamente ao apoio do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) – que entra em operação no ano que vem.

A um custo aproximado de US$1,4 bilhão, essa rede de radares vai monitorar o espaço aéreo da região norte-noroeste controlando o tráfego comercial e inibindo os vôos clandestinos dos traficantes de drogas.

O programa de reequipamento da Marinha, do Exército e da Aeronáutica contempla um quadro mais amplo do que o montado sobre o Plano Colômbia, articulado pelos Estados Unidos para dar combate ao narcotráfico e a seu braço armado, a guerrilha, a um custo de US$7,5 bilhões, dos quais US$2 bilhões correrão por conta dos EUA em recursos diretos e linhas especiais de crédito.

Em setembro, o presidente Bill Clinton entregou formalmente ao presidente colombiano, Andrés Pastrana, a primeira parcela de US$1,3 bilhão. Os militares temem expansão do cenário das operações decorrentes da eventual fuga dos rebeldes e dos narcotraficantes rumo ao Peru, Venezuela, Equador e Brasil.

GOVERNO PRETENDE CRIAR CIDADES PARA PODER VIGIAR FRONTEIRA NORTE

Da sucursal de Brasília

O Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, anunciou ontem que o governo pretende instalar quatro novos plotões na Amazônia, em regiões de fronteira, com o objetivo de criar novas cidades na região. Ou, na terminologia militar, "vivificar" as fronteiras.

A criação do quarto pelotões depende de uma suplementação orçamentária para o Projeto Calha Norte no valor de R$36 milhões. A aprovação dessa verba depende do Congresso.

O Calha Norte nasceu em 1985. Ficou abandonada e quase sem verbas durante vários anos. Agora, por causa do Plano Colômbia (de combater o narcotráfico no país vizinho), os militares brasileiros têm pressionado pela reativação do projeto.

Neste ano, o Orçamento prevê R$24 milhões para o Calha Norte. Se a suplementação solicitada for aprovada, o valor total para o ano sobe para R$60 milhões.

Os pelotões que serão instalados na Amazônia devem ter dois pavilhões; um militar e outro civil. No militar ficarão de 40 a 60 soldados. No civil estarão equipes de vários órgãos do governo, como Ibama, Funai e Ministério da Educação.

A idéia é de que os locais em que forem instalados os pelotões se transformem em vilas. E, posteriormente, em pequenas cidades.

Isso garantiria a ocupação perene da região amazônica do País, com cerca de 5.000km de extensão de fronteiras internacionais praticamente inabitadas.

O número de pessoal militar é relativamente pequeno em cada novo pelotão, pois os militares brasileiros não consideram que o problema da Amazônia seja a falta de efetivo. Hoje, há cerca de 22 mil soldados na região Norte.

A maior dificuldade na segurança da região é que há amplas áreas desocupadas. Por isso, um dos objetivos principais do Calha Norte é tentar encontrar meios de criar novas comunidades na região de fronteira da Amazônia.

Convênio com a FGV

Além de anunciar os novos pelotões que serão instalados na Amazônia, Quintão também assinou ontem convênio com a Fundação Getúlio Vargas. Pelo contrato, a FGV fará estudos de viabilidade econômica em pequenos municípios já existentes na fronteira norte do Brasil.

A FGV inicialmnete deve fazer estudos em cinco ou seis dos cerca de 70 municípios fronteiriços do Brasil na região Norte. Cada estudo custará R$30 mil ao Ministério da Defesa.

O objetivo é descobrir qual a vocação dessas cidades, as deficiências atuais e como o Governo poderá atuar para incentivar o desenvolvimento.

Fernando Rodrigues.

NÃO À INTERVENÇÃO

Da Agência Estado

O Governo brasileiro não vai tolerar intervenção multinacional de caráter militar na Amazônia brasileira, um dos possíveis efeitos do Plano Colômbia. A afirmação foi feita ontem pelo Contra-Almirante Hélcio Blacker Espozel, Subchefe de Inteligência do Ministério da Defesa, durante audiência pública sobre a repercussão militar ecológica do plano para combater o narcotráfico na Colômbia. Ele falou na Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional. Segundo Espozel, o Governo Federal considera a situação da Colômbia questão interna daquele país.

"Mas, se houver algum atentado à nossa fronteira, o Governo não vai titubear em enviar as Forças Armadas para realizar o que já fazem tradicionalmente, que é a guarda do nosso território", afirmou. Espozel ressaltou que há pouca possibilidade do emprego de tropa federal em operações militares. "O que há é uma intensa atividade no apoio aos órgãos governamentais na área de segurança pública, saúde, assistência social, meio ambiente e comunicação que necessitam de recursos financeiros", contou.

Pela primeira vez, oficialmente, Espozel relatou uma longa série de efeitos negativos que o Governo brasileiro considera possíveis decorrências do plano Colômbia sobre o País. Um desses reflexos graves seria uma imigração clandestina e desordenada na faixa da fronteira. Outra resposta nociva do plano seria a presença de grupos guerrilheiros no território nacional e violações da linha de fronteira por tropa armada de qualquer natureza.

O Contra-Almirante mencionou ainda outros efeitos: a absorção pela população local da cultura da violência e do narcotráfico, o deslocamento das unidades de produção e processamento da pasta base da coca para o território nacional e o aumento do fluxo de precursores químicos para a Colômbia. O aumento do tráfico de armas e drogas para as guerrilhas colombianas, os danos ao meio ambiente, o esvaziamento do interior, com a população migrando para os núcleos urbanos por causa do medo da violência e a possibilidade de uma maior pressão externa no sentido de que o Brasil se envolva militarmente no conflito foram outros efeitos danosos mencionados.

Os aspectos ambientais sobre algumas intenções do Plano Colômbia também foram objeto da audiência. De acordo com o Diretor do Programa Nacional de Conservação de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, Bráulio Ferreira de Souza Dias, tanto o controle químico como o biológico sobre as plantações de coca na Colômbia podem ser prejudiciais.

Segundo ele, o controle químico com o glifosado (usado na Colômbia em pequena escala) pode ter um impacto de disse-

minação na água e no solo amazônicos. Já com o uso de fungos, como o **fusarium oxysporum**, há possibilidade de mutação e de o organismo atacar outras espécies, além das plantas, como animais e seres humanos e também a água.

Durante o discurso do Sr. Luiz Otávio, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra, como Líder, por cinco minutos, ao Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Roberto Requião citou-me nominalmente na tribuna, há poucos minutos, cobrando-me esclarecimentos acerca de alguns assuntos.

É do meu dever, Sr. Presidente, trazer, ainda que de forma primária, as seguintes observações: primeiro, quanto à matéria publicada pela revista **IstoÉ**, em 1993, acerca de diferenças de valores de Imposto de Renda e de valores nominais de bens e de propriedade do então candidato a Presidente da República, quero dizer que na mesma semana foi enviada a resposta, publicada corretamente pela revista no seu número seguinte. Ocorre, Sr. Presidente, que vivíamos o País da inflação, o País da desvalorização galopante da nossa moeda. E é verdade que, em determinados instantes, em função da desvalorização da moeda frente ao dólar, determinados bens patrimoniais de todos os cidadãos brasileiros, inclusive os nossos, mostravam diferenças gritantes, se comparados após 12 meses. É muito fácil fazer essa conta. Tivemos inflação de 50%, 60% e até de 80% ao mês, e é claro que essas diferenças infelizmente aconteciam na declaração de bens de todos os cidadãos. Até admito que todos os governantes, incluo o Presidente Fernando Henrique, tenham defeitos, pois são seres humanos. Há os que concordam com os seus atos e os que discordam deles.

O fato de se ter que voltar a 1993, a uma matéria publicada pela revista **IstoÉ** que tratava de uma declaração de bens que teve diferença de valor já explicada várias vezes, depois de seis anos de Governo, se é essa a dúvida que se tem sobre a honra do Presidente, significa dizer que, sob esse aspecto, dúvida inexiste. De qualquer maneira, encaminharei oficialmente ao ilustre Senador essas explicações.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, quanto ao que aconteceu em Minas Gerais, penso que estão confundindo comunicação de Governo com o Ministério das Comunicações. O Ministério cuida de telefone, de rádio e de televisão, e a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, com **status** de Ministério, cuida da comunicação oficial, institucional do Governo. São duas coisas diferentes. O Ministro Pimenta da Veiga é, reconhecidamente, um homem honrado, digno, e não esteve presente na reunião citada aqui, e não autoriza que seu nome seja usado por ninguém em nenhum tipo de favor – que o Governo não faz e não vem fazendo nas eleições mineiras. O Ministério das Comunicações, ainda que o desejasse, não define a aplicação de verbas da Comunicação, já que isso é atinente à área do Ministro Andrea Matarazzo.

Mas, como se falou em Minas Gerais, vale a provocação. Afinal de contas, estão tentando colocar essa confusão na mídia porque o candidato apoiado pelo Ministro Pimenta da Veiga, o Deputado João Leite, acaba de empatar tecnicamente, na pesquisa, com o atual Prefeito, o candidato Célio de Castro, que ainda não explicou por que o Cabo Júlio, que tinha uma votação surpreendente no primeiro turno da eleição, e fazia ataques muito ferozes a S. Exª – não sei se embasados ou não –, do dia para a noite desistiu da disputa, como que por milagre. Em Minas Gerais, falam-se muitas coisas. Não vou cometer a leviandade de repeti-las desta tribuna, pois podem não ser verdadeiras. Mas falam-se coisas terríveis. Forças estranhas teriam tirado o Cabo Júlio da disputa, o qual, no dia seguinte, pasmem os senhores, passou a apoiar o candidato Célio de Castro. Não sei quais as explicações do Prefeito Célio de Castro sobre isso. Também não posso dizer se ele tem alguma ligação com o Cabo Júlio. Não tinha. O Cabo Júlio o atacava de forma muito feroz, muito veemente. Dizia até, pasme Sr. Presidente, que o Prefeito Célio de Castro tinha tirado o diabo para dançar. E, do dia para a noite, passou a apoiar o Prefeito Célio de Castro.

Mas essas são as eleições de Belo Horizonte. Confesso que torço, à distância, pelo sucesso do candidato João Leite, tendo em vista sua probidade, sua integridade, e não levantaria esse assunto da tribuna não fosse a provocação.

Uma terceira questão colocada, Sr. Presidente, diz respeito à descentralização das verbas oficiais do Governo na área de comunicação. Quero dizer ao Senador Roberto Requião que é verdade; essa é uma decisão de Governo. O Governo não pode ficar con-

denado a continuar incompetente na sua comunicação. E tem sido. E por que tem sido? O País é tão grande, as diferenças regionais são tantas que o Governo, ao fazer uma única comunicação para todos os Estados brasileiros, peca pela falta de clareza na linguagem, que deve ser diferenciada. Decidiu o Ministro Andrea Matarazzo – e eu o parabenizo por isso – modificar essa forma de, institucionalmente, dar publicidade aos atos de Governo. E essa regionalização significa, por exemplo, dizer aos Estados do Nordeste, na linguagem apropriada, o que está sendo feito no Nordeste; dizer aos Estados do Sul, ou aos Estados da Região Amazônica, ou aos do Centro-Oeste, na linguagem própria, o que está sendo feito na região. E que muitas vezes serviços, obras e ações feitas com recursos federais ficam atribuídas a Governos Estaduais e Municipais. E os srs. Prefeitos e os srs. Governadores muitas vezes esquecem-se de dizer que se trata de recursos federais. Portanto, é competência do Governo fazer que essa publicidade seja descentralizada. Confesso que louvo a coragem da Comunicação Social do Governo de descentralizar a questão da mídia.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Senador Pedro Simon, terei o maior prazer de conceder um aparte a V. Exª se o Presidente permitir, embora esteja em uma comunicação de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Pedro Simon, infelizmente, trata-se de uma comunicação de Liderança, na qual não são permitidos apartes. Além disso, há outra comunicação a ser feita.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Considero brilhante o fato de o Senador José Roberto Arruda, Líder do Governo, estar respondendo às indagações. Apenas perguntaria a S. Exª sua opinião sobre a compra de um Porsche feita pelo Ministro. O Brasil inteiro gostaria de saber se essa compra, no valor de trezentos milhões, foi boa ou ruim para o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador José Roberto Arruda, a Mesa encarece a V. Exª que não conceda apartes.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – É uma pena, Sr. Presidente. Gostaria tanto que pudéssemos responder! Mas, oportunamente, teremos a possibilidade de um debate profícuo, produtivo e substantivo sobre essas matérias.

Sr. Presidente, já que o Senador Pedro Simon gostaria de fazer um aparte, queria, pelo menos, dar-lhe uma resposta. Embora já saiba disso, por ser muito mais experiente do que eu, S. Exª aqui reclamava: "O grande problema é que os Parlamentares vêm ao Plenário, defendem os seus pontos de vistas, fazem críticas contundentes e não saem nos jornais." Senador Pedro Simon, V. Exª é campeão em sair nos jornais, e tem tido uma presença na mídia televisiva e impressa que causa orgulho em todos nós que respeitamos sua biografia e sua ação política.

Não tenho procuração, mas quero fazer uma defesa da imprensa brasileira: é uma imprensa livre, que costuma não publicar adjetivos. Com o avanço e o aprendizado do sistema democrático, a imprensa começa a dar mais ênfase às questões substantivas. Os discursos, quando são apenas políticos, adjetivos, efetivamente, costumam ter pouco espaço na imprensa. E, nesse caso, a culpa não é da cobertura da imprensa. Cada orador deve fazer uma autocrítica: o que o traz à tribuna são questões efetivamente substantivas, que terão guarida na imprensa nacional, ou são apenas adjetivos fluidos que são levados pelo vento e que, portanto, acabam não virando notícia?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, como Líder.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, o Conselho Monetário, por meio de resolução, instituiu isenção de CPMF para os investimentos estrangeiros nas bolsas de valores do Brasil.

Essa decisão revela toda a situação de pânico em que se encontra o setor de política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de uma decisão absurda, de um privilégio, de quebra do princípio de isonomia, favorecendo claramente o capital estrangeiro. Num momento em que investidores e empresários nacionais tanto reclamam da CPMF, o Governo isenta dessa contribuição os capitais estrangeiros investidos na bolsa.

Trata-se de uma isenção de imposto que só pode ser concedida por lei. A Constituição é clara neste sentido: não se pode isentar de imposto um investimento ou um contribuinte qualquer por decisão do Conselho Monetário ou por proposta do Banco Central. Trata-se de uma flagrante desobediência à Constituição Federal. Recorreremos ao Poder Judiciário contra essa decisão absurda do ponto de vista jurídico, econômico, social, legal. Isenção de imposto só pode ser concedida por lei com autorização do Congresso Nacional.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Exª tem a mais absoluta razão. Se se trata de isenção de imposto, não vamos entrar na discussão...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Pedro Simon, peço desculpas a V. Exª, mas o Senador Roberto Saturnino, por estar fazendo comunicação de liderança, por cinco minutos, não pode conceder apartes.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não há nada de pessoal comigo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Absolutamente. Se houvesse algo de pessoal, V. Exª não teria feito o aparte disfarçado que fez da vez anterior. Peço a V. Exª que compreenda a situação da Mesa neste momento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – De qualquer maneira, agradeço imensamente a manifestação do Senador Pedro Simon, que, em sua primeira frase, já concordou com o protesto que estou fazendo aqui e o anúncio do recurso ao Poder Judiciário contra essa medida absurda.

Essa medida é absurda também porque o Governo Federal fez muita questão, quando da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, de arrochar os governos estaduais, que estão lutando pela aprovação do projeto do Senador José Alencar, que vai minorar um pouco a situação em que se encontram tais governos. E o Governo Federal, rigoroso com os governos estaduais no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, na política dura e rigorosa de manutenção do equilíbrio fiscal, contrária a todo o tipo de renúncia fiscal, de repente abre as portas para o capital estrangeiro com essa isenção que contraria a Constituição, o princípio de justiça da isonomia e toda a sua política de esforço para alcançar a manutenção do equilíbrio fiscal.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa decisão prenuncia também uma tendência à dolarização que o Governo tenta negar por todos os meios. Mas, nesse caso, já abre um precedente, porque se trata de permissão para realização de operações de ingresso de capital na economia brasileira, de aplicação na bolsa de valores, sem a conversão para o real. Trata-se de aplicação feita em dólar, que, por essa razão, estaria isenta da CMPF, não se convertendo para o real. São aplicações feitas na economia nacional, o que significa que um setor da economia nacional, mesmo pequeno, já se dolarizou, apesar de o Governo sustentar, repetir, insistir que não haverá dolarização na economia brasileira. O continente sul-americano prenuncia o procedimento de dolarização de sua economia; o Equador já o fez oficialmente, e a Argentina, que se encontra em situação de extrema gravidade, também anuncia o mesmo.

No fundo, Srªs e Srs. Senadores, essa medida revela a situação de pânico em que se encontra a equipe econômica do Governo Federal com a situação da balança de pagamentos. O Governo previu saldos comerciais da ordem de US$5 bilhões, e o saldo comercial fechará em zero.

A verdade mostra que a avaliação do Governo Federal foi completamente irrealista, porque a economia brasileira está dentro de uma armadilha. Qualquer crescimento um pouco maior do Produto Interno Bruto brasileiro acarreta um crescimento mais do que proporcional das importações e estrangula a balança de pagamentos. O Brasil está nessa armadilha depois que realizou essa abertura indiscriminada sem nenhum tipo de defesa da economia nacional.

Então, o fato de a economia brasileira ter melhorado um pouquinho o seu desempenho no ano de 2000 foi o bastante para desequilibrar a balança de pagamentos, muito além da situação em que se encontrava em etapas anteriores. O balanço comercial vai fechar praticamente com saldo nulo, e o balanço de serviços vai fechar com um déficit muito próximo a US$30 bilhões, o que constitui um peso excessivo para todo o esforço da economia brasileira no sentido de fazer face aos compromissos internacionais assumidos em escala crescente.

Na verdade, essa decisão revela a necessidade premente de atrair capitais, chegando ao absurdo de dar isenção de impostos, que são pagos pelos empresários brasileiros, aos investidores estrangeiros. Nesse caso, revela-se o pânico. O Governo poderá conseguir atrair um pouco mais de dólares, mas o resultado será sempre o aumento da subserviência vergonhosa e da dependência da economia brasileira em relação ao capital estrangeiro, aos investimentos estrangeiros. Com isso, gradativamente, aprofundar-se-á a dependência da economia brasileira em relação aos capitais estrangeiros.

Dessa forma, eu não poderia deixar de manifestar aqui o repúdio mais completo e frontal a essa decisão, chamando a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores para o fato de que foi ferida a Constituição na medida em que o Congresso Nacional não se manifestou a respeito dessa isenção, que foi concedida

por meio de uma resolução do Conselho Monetário. Trata-se de uma medida inconstitucional, ilegal e absurda sob todos os pontos de vista, além de revelar o verdadeiro pânico em que se encontra a equipe econômica do Governo com relação à dependência crescente das entradas de capitais estrangeiros, para uma tentativa frustrada e frustrante de fechamento do equilíbrio do balanço de pagamentos.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Para uma comunicação de Liderança, por cinco minutos, concedo a palavra ao Senador José Alencar, voltando a lembrar à Casa que não há apartes durante essas comunicações.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PMDB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pedi a palavra, porque o eminente Líder do Governo, Senador José Roberto Arruda, trouxe ao Plenário informações falsas a respeito da eleição que se fere em Belo Horizonte, capital do meu Estado. S. Exª informou que a eleição está empatada entre o seu candidato e o Dr. Célio de Castro.

Pois bem, todas as pesquisas que têm sido realizadas nos últimos dias dão conta de um crescimento do Dr. Célio de Castro em relação ao outro candidato. Hoje, por exemplo, na primeira página do jornal **Folha de S.Paulo**, o Instituto DataFolha registra resultado de 49% para o Dr. Célio de Castro contra 38% para o outro candidato, o que significa 11 pontos percentuais a mais, e quase 60% para o Dr. Célio de Castro, se computados apenas os votos válidos. Além disso, dois terços da população de Belo Horizonte – mesmo aqueles que votam no outro candidato e que pertencem ao seu Partido – afirmam que a vitória será do Dr. Célio de Castro.

O Senador José Roberto Arruda poderia ser mais eficiente como Líder, se não fossem os gols que anda marcando contra o próprio Governo que representa nesta Casa.

Não podemos admitir que se aproveitem do sistema de comunicação do Congresso Nacional para levar informações falsas à capital do meu Estado, Belo Horizonte; por isso venho à tribuna. Gostaria que S. Exª se tivesse mantido na Casa para ouvir a minha reação contra aquelas declarações falsas que trouxe.

Não podemos concordar com isso. Aprendemos a respeitar e exigimos que também nos respeitem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o Seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2000

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999, que permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º É permitida às partes a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile, correio eletrônico ou outro similar, para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A medida legal que ora se propõe aos ilustres Pares visa estender as possibilidades de transmissão de dados processuais, com a inclusão do correio eletrônico.

Observa-se, ao fazê-lo, que o art. 1º da Lei nº 9.800, de 1999, autoriza às partes, no âmbito processual, a utilização de sistema de transmissão de dados para a formulação de petições escritas, por fac-símile ou sistema congênere. É o mesmo que dizer que a autorização legal contida no art. 1º dessa lei não limita o modo de pedir, mas também não enumera todos os modos e sistemas possíveis, deixando ao alvedrio dos tribunais, ou do legislador, ampliar tais meios.

A iniciativa é pertinente porque faculta às partes, sob sua responsabilidade, a utilização de sistemas alternativos para a transmissão de dados e imagens, sem prejudicar os formalismos processuais, inclusive os concernentes a prazos e à exibição dos originais, para que os processos mantenham a necessária segurança jurídica que deles se espera.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2000. – **Osmar Dias,** Senador.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

.....

LEI Nº 9.800, DE 26 DE MAIO DE 1999

Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É permitida às partes a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou outro similar, para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O projeto de lei do Senado, lido anteriormente, será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 538, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja retirado o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2000, de minha autoria.

Brasília, 19 de outubro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB – SE.

REQUERIMENTO Nº 539, de 2000

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do disposto no inciso I do Art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 00495/1999 de minha autoria, que por hora encontra-se em análise na Comissão de Assuntos Sociais.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2000. Senador **Sebastião Rocha**.

REQUERIMENTO Nº 540, DE 2000

Senhor Presidente,

Requero nos termos do disposto no inciso I do Art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada de tramitaçao do Projeto de Lei nº 00496/1999 de minha autoria, que por hora encontra-se em análise na Comissão de Assuntos Sociais.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2000. – Senador **Sebastião Rocha**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Os requerimentos lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno suplementar, do **Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2000** (nº 2.445/2000, na Casa de origem), que acrescenta parágrafos ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa, tendo

Parecer sob nº 969, de 2000, da Comissão Diretora, Relator: Senador Carlos Patrocínio, oferecendo a redação do vencido.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o substitutivo, em turno suplementar (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão, sem que tenham sido apresentadas emendas.

O substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2000

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 22 .....

....."

"§ 12. Para os fins desta lei não se considera como prestação de serviço e nem

constitui vínculo empregatício o trabalho religioso de ministro de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa e não se considera como remuneração os valores recebidos em razão dos serviços religiosos que prestar a fiei ou comunidade de fiéis da instituição que o congrega." (AC)

"§ 13. Não se considera como remuneração direta ou indireta, para os efeitos desta lei, os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa em face do seu mister religioso ou para sua subsistência desde que fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – **Item 2:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 1999** (nº 68/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 164, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Djalma Bessa, com abstenções dos Senadores Roberto Saturnino e Jefferson Peres.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com abstenção dos Senadores Lauro Campos e Tião Viana.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 1999 (nº 68, de 1999, na Câmara dos Deputados), que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1003, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 1999 (nº 68, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 1999 (nº 68, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de outubro de 2000.

Antonio Carlos Magalhães, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator – **Lúdio Coelho** – **Carlos Patrocínio** – **Geraldo Melo**.

ANEXO AO PARECER Nº 1003, DE 2000

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 1999 (nº 68, de 1999, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 1998, que renova por dez anos, a partir de 8 de maio de 1995, a concessão de "Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda.", para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, com abstenção dos Senadores Lauro Campos, Tião Viana e Geraldo Cândido.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – **Item 3**:

> Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 1999** (nº 146/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal Cidade Bauru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, tendo
>
> Parecer favorável, sob nº 150, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata, com abstenções dos Senadores Jefferson Peres e Geraldo Cândido e das Senadoras Marina Silva e Heloísa Helena.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com a abstenção dos Senadores Lauro Campos e Geraldo Cândido.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 1999 (nº 146, de 1999, na Câmara dos Deputados), que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.004, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 1999 (nº 146, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 1999 (nº 146, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal Cidade Bauru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de outubro de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator – **Lúdio Coelho** – **Carlos Patrocínio** – **Geraldo Melo**.

ANEXO AO PARECER Nº 1004, DE 2000

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 1999 (nº 146, de 1999, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal Cidade Bauru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.214, de 26 de setembro de 1996, que renova por dez anos, a partir de 3 de agosto de 1991, a permissão outorgada à Rádio Jornal Cidade Bauru Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

Art 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – **Item 4**:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2000** (nº 214/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Navegantes de Porto Lucena para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 857, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Fogaça.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com a abstenção dos Senadores Lauro Campos e Geraldo Cândido.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2000 (nº 214, de 1999, na Câmara dos Deputados), que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1005, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2000 (nº 214, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2000 (nº 214, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Navegantes de Porto Lucena para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala de Reuniões da Comissão, 14 de outubro de 20000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator – **Lúdio Coelho** – **Carlos Patrocínio** – **Geraldo Melo.**

ANEXO AO PARECER Nº 1005, DE 2000

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2000 (nº 214, de 1999, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, ————————, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão a Fundação Navegantes de Porto Lucena para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na localidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 253, de 4 de dezembro de 1998, que outorga permissão a "Fundação Navegantes de Porto Lucena" para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na localidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.006, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2000 (nº 477/2000 na Câmara dos Deputados), que "aprova o ato que outorga concessão à Fundação Municipal de Artes de Montenegro, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul".

Relator: Senadora **Emilia Fernandes**

I – Relatório

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.647, de 1999, o Presidente da República submete ao Con-

gresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223 da Constituição Federal, ato, constante do Decreto de 28 de outubro de 1999, que outorga concessão à Fundação Municipal de Artes de Montenegro para executar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

Nos termos do § 10 do art. 16 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, a outorga será concedida mediante autorização do Senhor Presidente da República e formalizada sob a forma de convênio, após a aprovação do Congresso Nacional, conforme disposto no § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

A documentação anexada à Mensagem Presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O presente projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, Deputado Salvador Zimbaldi, e aprovação daquela Comissão. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

É a seguinte a direção da entidade Fundação Municipal de Artes de Montenegro:

Presidente – Aúrea Marize dos Santos Noval
Vice-Presidente – Marcos Müller
Conselheiros – Ubirajara Brasil Dal Bello
Normelia Juliani Faller

II – Análise

Regulado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, o processo de outorga, pelo Poder Executivo, para execução de serviço de radiodifusão educativa condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

A legislação pertinente estabelece que a outorga para exploração deste tipo de serviço não depende de edital. Também não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39/92 que "dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens".

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que "institui o Código Brasileiro de Comunicações".

III – Voto

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2000, originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2000. – **Djalma Bessa**, Presidente Eventual – **Emilia Fernandes**, Relatora – **Bello Parga – Ney Suassuna – Geraldo Althoff – Ricardo Santos – Henrique Loyola – Geraldo Cândido – Heloísa Helena (Abstenção) – Freitas Neto – Alvaro Dias – Osmar Dias – Lúdio Coelho – José Fogaça – Roberto Saturnino – Gerson Camata.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao eminente Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senado da República, inclusive por ser a Casa da Federação, legisla sobre todos os assuntos pertinentes e pertencentes aos Estados que a compõem. A nossa Ordem do Dia, devido a isso, encontra-se habitualmente repleta de projetos relativos a créditos, operações bancárias, financiamentos oficiais e outras questões legislativas do mesmo jaez.

Todos nós, representantes dos Estados e do Distrito Federal, mesmo sem conhecimento direto e específico das peculiaridades de cada Unidade Federada, cumprimos nossa obrigação constitucional: dar provimento ou simplesmente analisar os pleitos que nos são submetidos. O inevitável desconhecimento das minúcias, caso a caso, é suprido pela brilhante equipe de consultores que nos assessora, além de informações aportadas pelos órgãos técnicos e políticos do Poder Executivo.

Nas últimas semanas, entretanto, vi meu nome envolvido, por duas vezes, em uma operação rotineira de interesse do glorioso e estimado Estado do Paraná. E, lastimavelmente, em ambas as oportunidades, a citação partiu do nobre Senador Roberto Requião, por quem nutro a mais sincera amizade e cuja consideração sempre foi, para mim, motivo de orgulho e satisfação.

Não permitirei que incompreensões eventuais venham destruir o respeito recíproco que nos aproxima, por mais legítimas que sejam as posições em debate. E quero deixar claro, mais uma vez, não ter eu a menor intenção de agravá-lo, com os esclarecimentos que ora me vejo obrigado a prestar, sobre uma afirmação que, como disse, foi feita e reiterada pelo nobre colega e companheiro paranaense.

Na sessão da última segunda-feira, S. Exª me atribuiu um voto decisivo, quase de Minerva, quando da votação, em dezembro de 1998, do Projeto de Resolução nº 109, daquele ano, que "autoriza o Estado do Paraná a contratar operação de crédito e compra e venda de ações sob condição, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R$3.850.000.000,00 (três bilhões, oitocentos e cinqüenta milhões de reais)".

Em aparte ao nobre Senador Osmar Dias, também paranaense, o Senador Roberto Requião afirmou, textualmente: "Perdemos no Plenário do Senado Federal a possibilidade de uma intervenção no Banco do Estado do Paraná, por causa do Senador Pedro Simon, que se absteve, e do Senador Nabor Júnior, que votou contra nossas pretensões e a favor das pretensões, do escândalo e do Governo do Estado, provavelmente desinformado".

Os fatos, entretanto, apontam outro rumo. E, em homenagem ao nobre companheiro Roberto Requião, aos demais Senadores e à opinião pública, permito-me esclarecê-los, para que não reste qualquer dúvida a respeito de minha conduta no episódio.

No dia 12 de novembro de 1998, o então Presidente do Banco Central, Sr. Gustavo Franco, enviou ao Senado Federal o Ofício S/83, dispondo sobre os mecanismos de saneamento do Banco do Estado do Paraná, para sua posterior privatização. A estrutura básica da proposta se insere no Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, importando num crédito global de R$3 bilhões e 850 milhões, compatível com o teto estabelecido pelo art. 5º da Resolução nº 78/98 do Senado Federal.

Na conclusão da mensagem, o Banco Central não deixa dúvidas de que considera oportuna a proposta e saudáveis seus objetivos, ao afirmar: "esta autarquia manifesta-se favoravelmente à sua realização."

Anexo ao ofício do Banco Central, documento da Secretaria do Tesouro Nacional dá o seu aval à matéria, acentuando que não existem outros débitos pendentes e em nome do Governo do Paraná, nem registro de compromissos honrados pelo Tesouro Nacional em nome do Estado – ou seja, a União não foi compelida a cobrir qualquer inadimplência paranaense. À vista disso, aquela repartição nada opôs à concessão do pleiteado crédito.

O próprio Ministro da Fazenda aprovou a minuta do contrato, elaborada pela sua Procuradoria-Geral, e determinou a adoção das providências para que se concretizasse a operação. E, assim, o assunto chegou ao Senado Federal, para apreciação decisiva.

Obediente às normas regimentais, o Ofício foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, onde recebeu como Relator o nobre Senador Gerson Camata, do PMDB do Espírito Santo, homem público que enobrece a Casa e de quem a competência, a dignidade e o talento jamais puderam ser questionados.

Após analisar todos os aspectos da questão, o Relator emitiu parecer favorável à sua aprovação, afirmando que a iniciativa atendia às normas regimentais, legais e constitucionais; além de não esbarrar em óbices jurídicos ou administrativos, contribuiria para o saneamento das finanças públicas do Estado do Paraná e do setor público em geral. Foi rejeitada uma emenda, de autoria do nobre Senador Roberto Requião.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a operação financeira para saneamento e posterior privatização do Banco do Estado do Paraná, o Banestado, não foi a única nem a primeira a ser apreciada pela Casa. Já discutimos e votamos outras, neste plenário, pertinentes a Estados como Minas Gerais, Acre, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Maranhão, Mato Grosso, Amapá e Roraima. O Banco do Estado de São Paulo, o Banespa, também está prestes a ser transferido para a iniciativa privada; e muitos outros deverão passar pelo mesmo processo.

Peço vênia, portanto, para afirmar ao Senador Roberto Requião que eu não estava "desinformado", como disse S. Exª. E o faço com o respeito e a consideração que ele sempre recebeu de minha parte, esperando que igualmente eu o mereça de sua pessoa. Mais ainda: ao entrar no plenário, vindo de outras obrigações parlamentares, agi como sempre procuro agir: busquei inteirar-me do que estava acontecendo,

inclusive quanto à pauta de discussões e votações da Ordem do Dia.

Minha preocupação crescia com o fato adicional de que eu estava respondendo pela Liderança do PMDB, por delegação do nosso Líder, Senador Jader Barbalho. E, portanto, só após colher as informações possíveis é que cumpri o dever de orientar minha bancada e, em seguida, proferir meu voto particular.

Todas as manifestações, desde a instrução primária do processo, no Banco Central, até o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, passando pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Ministério da Fazenda, apontavam a favor da proposta; existe, em curso, um programa de privatização de organismos estatais, o que inclui seus bancos; e medidas semelhantes foram adotadas em relação a estabelecimentos similares, inclusive no banco do meu Estado, o Banacre.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Nabor Júnior, V. Exª me concede um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Nabor Júnior, V. Exª coloca a verdade de todos os fatos que ocorreram. Primeiro, há um excelente programa do Governo brasileiro que visa à recuperação do Sistema Bancário Nacional, assim como houve o Proer, voltado aos bancos privados, que foram ajudados, vendidos, eliminados ou tiveram sua atuação cassada. V. Exª citou pelo menos bancos de dez Estados e, inclusive, o Banco do Estado do Espírito Santo, que ainda não foi privatizado, mas já foi socorrido e isso passou pela nossa Comissão. Quando recebi a relatoria do projeto, cerquei-me de todos os cuidados; fui ao Banco Central, apesar de todos os documentos estarem ali e mantive reunião com fiscais e com o Diretor de Fiscalização, responsável pela aplicação do programa no Banco Central. Não poderíamos deixar de lado um Estado. Todos os Estados poderiam privatizar e salvar seus bancos, menos o Estado do Paraná. Penso que até na Justiça o Governo do Paraná obteria direitos iguais aos dos demais Estados. Como Relator, fui além. Diante de colocações sábias e bem ponderadas de vários companheiros do Estado do Paraná, cheguei a manter um contato com o Governador pedindo que mudasse a diretoria do Banco, sem o que eu não faria o meu relatório. S. Exª prometeu e cumpriu a promessa assim que o socorro do Banco Central chegou para privatizar o referido banco. Cercamo-nos de cuidados, que, inclusive, não são da alçada de um Relator, mas que foram tomados por aconselhamento de alguns companheiros da Bancada do Estado do Paraná. Desse modo, tenho a consciência tranqüila como a têm os Relatores dos projetos referentes aos Estados do Acre, do Espírito Santo, de Pernambuco, de Alagoas e de São Paulo de que trabalhamos, primeiro, em um programa de recuperação dos bancos privados e, depois, na recuperação dos bancos estaduais. V. Exª conhece isso, e vimos nos trabalhos da CAE todas as mazelas que foram jogadas em cima daqueles bancos e o esforço que se está fazendo na recuperação dos mesmos, para que sejam privatizados. Cumprimento V. Exª e confirmo que foi isso que aconteceu. Agimos dentro de um programa lúcido e claro do Governo Federal, e todas as mazelas foram colocadas abertamente nas reuniões da Comissão, de modo que não poderíamos excepcionar um Estado, já que todos os Estados poderiam regularizar a situação de seus bancos estaduais e privatizá-los. Há necessidade de que todos sejam tratados como membros da Federação brasileira. Seria um atentado à Federação se retirássemos um Estado. Lembro que algumas dúvidas de V. Exª foram sanadas pelo relatório e que mostrei-lhe toda a documentação do Banco Central, com a qual V. Exª já tinha tido contato na Comissão de Assuntos Econômicos. Agimos como os demais Senadores, tendo sido a matéria aprovada pela maioria do Plenário. É nossa obrigação evitar seja dado tratamento diferenciado a qualquer unidade da Federação, e foi o que fizemos, pelo bem do Estado do Paraná, da Federação brasileira e do Sistema Financeiro Nacional. Muito obrigado.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB AC) – Agradeço seu oportuno aparte, Senador Gerson Camata. Como disse há pouco, V. Exª, por ter sido o relator do Projeto de Resolução na Comissão de Assuntos Econômicos, foi a pessoa que procurei ouvir sobre a orientação a ser dada à bancada do PMDB, cuja liderança eventual eu exercia, naquela oportunidade. Como detalhe importante, para situar melhor o contexto, acrescento que V. Exª estava justamente encerrando a leitura do seu parecer e dizia que a proposta se mostrava devidamente instruída, de maneira favorável, pelo Banco Central, Ministério da Fazenda e todos os órgãos que analisaram a operação.

Assim, eu não poderia deixar de recomendar, aos nossos companheiros do PMDB, que votassem pela aprovação do projeto.

Para que não persista qualquer dúvida, reproduzo, agora, o registro feito pela Taquigrafia da Casa,

publicado no **Diário do Senado Federal** do dia 11 de dezembro de 1998. Quando cheguei ao plenário, disse:

> Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou chegando agora, porque estava em reunião da Comissão Executiva do PMDB, não estou bem a par da matéria que está sendo objeto de votação neste momento. Vou-me inteirar com os companheiros para, depois, manifestar a minha posição.

Ainda segundo o **Diário do Senado**, recebi de V. Exª, Senador Camata, as devidas instruções – e, logo a seguir, atendendo a consulta da Presidência sobre como votaria a Bancada do PMDB, declarei:

> Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que o Relator dessa matéria foi o Senador Gerson Camata, que integra a Bancada do PMDB e merece todo o nosso apoio e a nossa consideração, recomendamos à Bancada do PMDB acompanhar o voto do Relator.

É uma praxe legislativa, como não poderia deixar de ser, ouvir a opinião do Relator, na votação de matérias incluídas na Ordem do Dia. Afinal, ele é o parlamentar incumbido de analisar em profundidade os projetos e, portanto, costuma orientar os colegas, principalmente os companheiros de Bancada. Hoje mesmo, por exemplo, votamos três ou quatro matérias, incluídas na Ordem do Dia, seguindo os votos dos respectivos Relatores. E naquela oportunidade não poderia ter sido diferente, sobretudo porque, em oportunidades anteriores, já havíamos concedido autorizações para vários outros Estados contraírem empréstimos destinados à reestruturação dos seus próprios bancos estaduais.

No entanto, o Senador Roberto Requião considerou o meu voto decisivo, por ter sido realmente apertado resultado da votação. Mas, embora o placar eletrônico apontasse 19 Senadores a favor da emenda do Senador Roberto Requião e 20 contrários, não há como tachar o meu voto de "decisivo".

Tenho aqui a relação dos Srs. Senadores que votaram a favor, publicada no **Diário do Senado Federal**, do dia 11 de dezembro. Os votos "não" foram contra a emenda, e os votos "sim", a favor da emenda: Senador Ademir Andrade, "sim"; Senador Arlindo Porto, "não"; Senador Artur da Távola, "não"; Senador Bello Parga, "não"; Senador Beni Veras, "não"; Senador Bernardo Cabral, "sim"; Senador Carlos Patrocínio, "não"; Senador Djalma Bessa, "não"; Senador Edison Lobão, "não"; Senador Eduardo Suplicy, "sim"; Senador Élcio Alvares, "não"; Senadora Emilia Fernandes, "sim'; Senador Esperidião Amin, "sim"; Senador Flaviano Melo, "não"; Senador Geraldo Althoff, "não"; Senador Geraldo Melo, "não"; Senador Gerson Camata, "não"; Senador Hugo Napoleão, "não"; Senador Íris Rezende, "sim"; Senador João França, "sim"; Senador Jonas Pinheiro, "não'; Senador José Eduardo Dutra, "sim"; Senador José Roberto Arruda, "não"; Senador José Saad, "sim"; Senador Júlio Campos, "não", Senador Juvêncio Dias, "sim"; Senador Leomar Quintanilha, "sim"; Senador Leonel Paiva, "não"; Senador Levy Dias, "sim"; Senador Nabor Júnior, "não"; Senador Ney Suassuna, "sim"; Senador Osmar Dias, "sim"; Senador Paulo Guerra, "sim"; Senador Pedro Simon, abstenção; Senador Roberto Freire, "não"; Senador Roberto Requião, "sim"; Senador Sebastião Rocha, "sim"; Senador Sérgio Machado, "sim"; Senador Teotônio Vilela Filho, "não"; Senador Wellington Roberto, "sim".

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa lista de votação demonstra claramente que meu encaminhamento, como Líder eventual da Bancada do PMDB, e o meu voto individual, como Senador, não foram decisivos. Se o resultado da votação foi 19 votos sim e 20 votos não, qualquer um dos 20 votos poderia ter sido decisivo, e não especificamente o meu.

O Senador Roberto Requião disse que eu estava desinformado. Na verdade, não estava, porque me instruí sobre a matéria com o Relator e S. Exª a tinha examinado exaustivamente, com toda a documentação acessória, na Comissão de Assuntos Econômicos; seu parecer foi acolhido, em primeiro plano, por quase a unanimidade dos Srs. Senadores.

O que suscitou maiores debates e a votação bastante equilibrada foi a emenda do Senador Roberto Requião, que propunha a federalização do banco. É uma solução que, a meu ver, não se mostra muito adequada, como podemos ver no caso do Banespa: o banco paulista foi federalizado pelo Governo Federal, que, agora, vai ter de privatizá-lo. Ora, se o Governo está procurando reestruturar os estabelecimentos de créditos oficiais dos Estados para que eles sejam, posteriormente, privatizados, não me parece justa a sua federalização.

O Sr. Osmar Dias (PSDB PR) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB AC) – Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PSDB PR) – Senador Nabor Júnior, eu estava ouvindo e não ia interferir no seu pronunciamento. No entanto, neste momento, não posso deixar de fazê-lo. Concordo com tudo o que V. Exª disse até agora, mas não com a opinião de que a federalização não seria um bom negócio para o Estado do Paraná. Nesse caso, posso falar com muito mais autoridade do que qualquer outro Senador, porque estudei o caso do Banco do Estado e, sobretudo, tomei conhecimento do relatório da auditoria do Banco Central e da ação do Ministério Público, que dão conta de que o Banco do Estado do Paraná sofreu um processo de corrupção que jamais se conheceu na história de qualquer outro banco. O Banco do Estado do Paraná, segundo Tereza Grossi, diretora do Banco Central, foi condenado a uma roubalheira por uma quadrilha que lá se instalou. Se a federalização tivesse ocorrido naquele momento, o dinheiro público não teria pagado a parte que foi roubada do Banco do Estado do Paraná. E, muito mais do que isso: o Banco Central, na auditoria que realizou, com o Banco federalizado, teria autoridade para perseguir a quadrilha apontada por Tereza Grossi e recuperar o dinheiro. O Banco Central poderia ter usado todos os instrumentos de que dispõe para punir os responsáveis e ter o dinheiro de volta, coisa que o Governo do Estado, que ficou como administrador do Banco, não teve autoridade moral para fazer – tinha sido o próprio Governo do Estado o responsável pela nomeação da quadrilha e ele havia participado da roubalheira que foi acusada pelo próprio Banco Central. Então, desculpe-me V. Exª, mas a privatização do Banco, da forma como foi feita, significou um crime contra o povo do Estado do Paraná. A federalização teria permitido que o Banco Central lançasse mão de todos os instrumentos que tem a sua disposição para punir a quadrilha e recuperar o dinheiro. Nesse ponto do pronunciamento de V. Exª eu tinha que interferir para repor a verdade.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMBD – AC) – Agradeço, Senador Osmar Dias, o aparte de V. Exª, mas peço vênia para reafirmar o ponto de vista que mereceu os seus reparos. O projeto do qual estamos falando foi aprovado na CAE, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, e seguiu tramitação normal. Todos os relatórios falavam a seu favor, inclusive o do Banco Central – tenho aqui todo o processado, onde constam as análises feitas pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda. Creio ser do senso comum esperar que, se houvesse irregularidades no Banco do Estado do Paraná, naquela oportunidade, caberia ao Banco Central fazer uma diligência, apontar seus responsáveis e puni-los com todo o rigor da lei.

Ficou claro, todavia, não haver qualquer obstáculo concreto à aprovação do projeto, porque ele atendia às normas pertinentes, obedecendo, inclusive, à Resolução nº 78 do Senado Federal – tudo dentro das regras e dos preceitos aplicáveis à situação. Já tínhamos aprovado, como citei aqui, dezenas de outros projetos a ele semelhantes, inclusive aquele destinado ao Banco do Estado do Acre, de R$101 milhões, para poder liquidá-lo regularmente e cobrir seus saques junto à Caixa Econômica Federal, junto ao Banco do Brasil e ao próprio Banco Central, bem como restituir os depósitos do seus clientes e indenizar os funcionários do banco.

O Governo do Estado do Acre teve de contrair esse empréstimo, de R$101 milhões, para poder atender a essas necessidades e depois, então, poder liquidar o banco.

Continuando, Sr. Presidente:

Assumi, portanto – como sempre – uma posição consciente e coerente. Foi errada? Ora, jamais me arroguei o dom da infalibilidade; não sou dono da verdade nem me deixo arrastar pelas tentações da soberba.

Se o nobre Senador Roberto Requião está em desacordo com aquela decisão do Plenário, se condena as informações prestadas pelo Banco Central, se contesta o Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, exerce, também, de maneira legítima e responsável, as suas funções de Senador da República. E, decerto, encontrará mecanismos para defender seus pontos de vista e proteger os interesses do nobre povo paranaense, que o vem consagrando em sucessivas e vitoriosas jornadas cívico-eleitorais.

Reitero o que afirmei no início deste pronunciamento: não quero ver minhas palavras tomadas como agravo ao nobre Senador Roberto Requião. Pretendo, apenas, esclarecer, de uma vez por todas, o papel que desempenhei nesse polêmico episódio, porque nele me fiz guiar, como de hábito, pelas normas democráticas e altaneiras que procuro imprimir a todos os meus atos, como cidadão e como parlamentar.

Jamais abdicarei do direito, jamais deixarei de cumprir o dever de dar transparência aos meus atos, votos e palavras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Nabor Júnior, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Pedro Simon, por permuta com o Senador Moreira Mendes.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, vim a esta tribuna na semana passada para chamar a atenção da Casa para uma reunião que, sob a responsabilidade do Banco Mundial, estava sendo realizada aqui em Brasília para debater o problema da pobreza. Chamou-me à época a atenção o fato de que o Senado não estaria presente nessa reunião – eu tinha tomado conhecimento de que várias entidades estariam ali representadas. Fiz uma proposta à Mesa para que o Senado se fizesse representar e o Senador Antonio Carlos Magalhães, que estava presente, disse que tinha um compromisso e pediu-me que representasse o Senado.

Fui à reunião, participei do seminário. Na abertura, dia 16, houve um debate entre ministros, a Primeira-Dama do Brasil, a nossa querida Senadora Marina Silva e o ex-Governador Cristovam Buarque. É muito importante o estudo que fizeram da questão da pobreza no mundo. Achei-o muito importante e os seus resultados foram objeto de um relatório em inglês e uma síntese em português.

Fiquei sabendo que se realizaria, ao final, uma reunião entre a direção do banco e várias entidades do Brasil. Fui até o Presidente Antonio Carlos e disse-lhe que achava interessante que o Senado também estivesse nessa reunião. Foi proposta, então, a ida de um grupo para representar o Senado.

Estivemos na reunião que ontem foi realizada com a presença de uma série de entidades brasileiras – entre elas, CUT e CGT – e a representação do banco. Apesar de a nossa delegação não ter autorização para falar em nome do Sr. Antonio Carlos ou em nome do Senado, fizemos uma proposta ao vice-presidente do banco. Assim fizemos porque tínhamos a convicção de que se nós que estávamos ali – o Senador Maguito, o ilustre Senador da Liderança do PFL da Bahia, o ilustre Senador do Partido Verde do Acre, Júlio Eduardo – fizéssemos uma proposta e ela fosse aceita, a direção do Senado a oficializaria.

Foi o que aconteceu. Eles aceitaram e vamos propor ao Presidente do Senado que se façam os entendimentos para haver uma reunião com base no relatório deles e no nosso – o Senador Maguito Vilela entregou uma cópia do relatório da nossa CPI da Pobreza aos representantes do banco; inclusive, alterei esse documento naquele momento, porque fui o intérprete da nossa Comissão.

Eu disse que estávamos entregando a cópia do relatório dos trabalhos da Comissão da Pobreza do Senado, que a entregávamos em português e, como eles haviam entregado a deles em inglês, teriam dificuldade semelhante à nossa para lê-lo.

O presidente do Banco Mundial disse que aceitaria e que considerava muito interessante discutir com o Senado os problemas da pobreza, as questões do Banco Mundial, desde que fosse um debate técnico, desde que aquele fosse um convite para um estudo técnico, porque se fosse para um estudo político eles ficariam em uma posição muito delicada. Respondi que também nós ficaríamos constrangidos, pois se eu estivesse ali convidando o Banco Mundial para um debate político, eu não saberia o que dizer a minha gente. Disse-lhe que o nosso convite era para a realização de um estudo técnico, porque se fosse para um debate político o Senado também ficaria em uma situação tremendamente desconfortável.

O Sr. Julio Eduardo (Bloco/PV – AC) – Senador Pedro Simon, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não. Ouço com muito prazer V. Exª, que esteve presente e acompanhou os acontecimentos.

O Sr. Julio Eduardo (Bloco/PV – AC) – Em primeiro lugar, gostaria de elogiar a indicação por parte do Presidente Antonio Carlos Magalhães da sua pessoa para coordenar essa comissão, porque a forma como V. Exª expôs ontem, para os presidentes do Banco Mundial, essa questão tão importante, que é o combate à pobreza, fez com que a Direção do Banco Mundial, em uma atitude inédita, aceitasse esse tipo de debate. E o considerou como um debate, e não um enfrentamento. Eles colocaram a questão do tom técnico que gostariam de dar ao encontro – o que ratificamos e consideramos perfeito. E tenho a certeza de que se V. Exª não tivesse sido tão enfático e consistente naquele momento, não teríamos conseguido isso. Gostaria de registrar aqui os meus parabéns a V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a gentileza de V. Exª, mas é claro que reconheço a sua modéstia, que, por estar nos honrando com o início dos seus trabalhos, ainda entende que deve prestar deferências a alguém que está há mais tempo.

Com a presença de todos nós, inclusive com a sua presença, representando o Partido Verde, com as entidades não-governamentais que estavam ali, muitas identificadas com o seu Partido, tudo isso foi muito importante para que a questão fosse aceita com a unanimidade com que o foi. Tenho certeza de que a

sua presença ali, o seu nome, o seu Partido e as entidades que estavam presentes, representantes das organizações não-governamentais, defensoras do meio ambiente, todos defendendo a mesma posição, levaram-nos à resposta final. Muito obrigado a V. Exª.

O que assistimos no Fórum do Banco Mundial? Primeiro, população mundial de seis bilhões, dizem eles. Dois bilhões e oitocentos mil vivendo com menos de US$2 por dia; um bilhão e duzentos mil, ou seja, um quinto da população da planeta vivendo com menos de US$1 por dia. Nos países pobres, 20 crianças em 100 não completam cinco anos de idade, enquanto que nos países ricos essa taxa é de menos de 1%. A desnutrição alcança 50% das crianças até cinco anos em países pobres. A renda média dos 20 países mais ricos é 37 vezes a média dos 20 países mais pobres. Em Botsuana e Zimbábue, um em cada quatro adultos está infectado com o vírus (HIV) da Aids.

E estou-me referindo a dados apresentados no seminário do Banco Mundial. Não estou apresentando nenhum dado da CUT, do PT ou do PMDB, mas citando dados debatidos e apresentados no relatório pelos conferencistas do Banco Mundial.

Em 2015, o mundo terá oito bilhões de pessoas. Deste aumento de 30% da população, 97% ocorrerá em países em desenvolvimento. O mundo passará de seis bilhões de habitantes para oito bilhões até o ano de 2015. Desses dois bilhões de novos habitantes no mundo, três por cento estarão nos países desenvolvidos e os demais nos países pobres e em desenvolvimento. Isso quer dizer que daqui a quinze anos aumentará o número de pobres no mundo, isto é, o número daqueles que ganham menos de US$2 por dia, aumentará para 4,1 bilhões, a continuar a média que estamos vivendo.

Metas de desenvolvimento internacional para 2015, sob a égide: "um mundo sem pobreza e sem a miséria criada pela pobreza". Quais são então as metas apresentadas?

1) reduzir pela metade, até o ano de 2015, a proporção de pessoas que vivem com menos de US$1 por dia. Hoje, 1,2 bilhão de pessoas vivem com menos de US$1 por dia. A meta é reduzir esse número para 600 milhões;

2) assegurar educação primária universal;

3) eliminar a desigualdade por sexo na educação primária e secundária (até 2005);

4) reduzir em 2/3 a mortalidade infantil;

5) reduzir em 3/4 a mortalidade materna;

6) assegurar acesso universal a serviço de saúde reprodutiva.

7) implementar estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável em todos os países até 2005, para reverter a perda de recursos ambientais até 2015.

A nova posição do Banco Mundial. A que conclusão cheguei com a reunião? Ou seja, qual a posição do Banco Mundial atualmente em relação às modificações anteriores? O Vice-Presidente do Banco Mundial, David de Ferranti, destacou cinco princípios que norteiam a nova posição da instituição frente a pobreza no mundo:

1º) Investimentos na educação

– mais recursos

– mais qualidade.

Obs.: o funcionário citou o problema da reforma agrária, defendendo a ajuda para o acesso à terra para que os pobres possam se manter e enviar seus filhos à escola. Está aí o Banco Mundial defendendo a reforma agrária.

2º) Dívida

– os 20 países mais pobres e endividados adotaram uma iniciativa internacional para reduzir a dívida e os países ricos se comprometeram a fornecer mais recursos.

Entrei nesse debate defendendo o que considerava importante. Na minha opinião, a dívida desses 20 países mais pobres já deveria ter sido eliminada. Lembrei o discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso na abertura da reunião da ONU, no ano passado, quando Sua Excelência chamava a atenção para que os países em desenvolvimento também precisavam ter uma redução no índice de suas dívidas, para não acontecer o que acontece com o Brasil, que este ano está gastando US$80 bilhões para o pagamento dos juros da sua dívida. Se pudesse haver uma diminuição dos juros do Banco Mundial e esses juros aplicados no combate à pobreza, não há dúvida nenhuma de que seria algo muito importante. Não falo em perdoar a dívida dos países em desenvolvimento, somente a dívida dos países mais pobres, absolutamente miseráveis. Mas no caso do Brasil, que se diminuam os juros da dívida, para que não precisemos gastar US$80 bilhões por ano. Com a redução dessa importância, poderíamos equacionar o problema da pobreza no Brasil.

3º) Barreiras comerciais

– é intolerável que os países ricos recomendem redução das barreiras nos países pobres e não procedam da mesma forma. As barreiras nos países ricos resultaram em redução no crescimento das nações mais pobres. São US$150 bilhões por ano em oportu-

nidades perdidas. Esse valor equivale a três vezes a ajuda aos países em desenvolvimento.

Considero essa questão fantástica e elogio a posição do Banco Mundial. Na verdade, os países desenvolvidos falam em mundo global, falam em mundo sem fronteiras, sem barreiras, mas na hora de botarem as garantias para se protegerem dos produtos do Terceiro Mundo, eles aplicam os US$150 bilhões. Por isso que os produtos agrícolas brasileiros não podem entrar na Europa, porque na França, por exemplo, é enorme o estímulo fiscal que eles aplicam. Não podemos entrar em vários países desenvolvidos porque eles, através dos estímulos, dos incentivos, garantem recursos para que os seus agricultores possam vender mais barato tanto lá como em países como o Brasil, colocando aqui arroz, milho, trigo e leite muito mais baratos, justamente por causa desses incentivos. O Banco Mundial está chamando a atenção para isto: US$150 bilhões é o que gastam os países ricos dando incentivos aos seus produtores primários na luta contra os países em desenvolvimento ou os países pobres que querem exportar, mas que não encontram condições de fazê-lo.

4 – Ajuda. A ajuda dos países ricos aos pobres vem se reduzindo nos últimos dez anos.

Não só não vem aumentando, não só não é mantida, mas vem se reduzindo nos últimos dez anos a ajuda dos países ricos aos países pobres. Estou falando do relatório do Banco Mundial.

5 – Estabilidade. Necessidade de manutenção da estabilidade internacional, tarefa de todos os países.

Essa foi a manifestação do Vice-Presidente do Banco Mundial, que, parece-nos, merece respeito.

Ontem, na reunião fechada, eu disse que vejo com simpatia essa manifestação do Banco Mundial. Parece até que o Espírito Santo chegou lá e disse: "Olha, vamos olhar para os pobres também. Vamos dar uma olhadinha na gente pobre, na gente humilde, que precisa disso." Eu penso que é importante.

Dom Jaime Chemello, Presidente da CNBB, falou no encontro. Ele destacou a entrevista do ex-presidente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, para quem "há 15 anos tínhamos a impressão de que o mundo não poderia conviver com a ética e que a eficiência e a ética não eram compatíveis; hoje vemos que isso não é verdade."

Fantástica essa declaração do Presidente do FMI, feita há 15 anos! Segundo ele, o mundo não poderia conviver com a ética e a eficiência, a ética e a eficiência não eram compatíveis. Hoje, essa mesma autoridade vem reconhecer que isso não é verdade, e que a ética pode conviver com o desenvolvimento, que não há necessidade de que todo desenvolvimento e toda eficiência sejam aéticos.

Diz Dom Jaime: "Para nós, a ética está acima da economia. No Brasil, os 50% mais pobres não tiveram crescimento, comparando com os mais ricos que foram beneficiados com a política econômica. Não penso em solução para o problema da pobreza mundial nos próximos dez anos. Mas tenho esperança de que nesse milênio isso seja alcançado".

Não está muito otimista Dom Chemello. Espero que não tenhamos que esperar 1.000 anos para equacionar o problema da justiça social. Penso que, assim como no século passado, nos últimos 50 anos aconteceram 95% de todos os avanços, nesse novo milênio, com o avanço da tecnologia, com o avanço do diálogo – o mundo inteiro está acompanhando tudo –, dentro de pelo menos 20 anos, não mais que esse tempo, vão ocorrer profundas modificações na organização da sociedade mundial.

Cristovam Buarque, da Missão Criança diz: "A preocupação do Bird era com o enriquecimento, com a tese de que o crescimento econômico resultaria automaticamente em eliminação da pobreza."

Isso é um assunto fantástico. Até o nosso querido Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República, chegou a falar nisso. Foi o ex-Presidente Collor quem primeiro falou na tese de que a globalização, o liberalismo, a morte do comunismo trariam o desenvolvimento, e o mundo inteiro se desenvolveria. E o Bird dizia isso. Então diz Cristovam Buarque: "A preocupação do Bird era com o enriquecimento, com a tese de que o crescimento econômico resultaria automaticamente em eliminação da pobreza. Hoje, essa tese está superada"; e o Banco Mundial reconhece isso. "Tem que investir em educação, saúde, transporte e infra-estrutura".

Tem que investir na pobreza para eliminá-la.

O ex-governador defende a criação de incentivos econômicos para que as famílias de baixa renda enviem seus filhos à escola. "Devemos pagar para que os pobres estudem, assim como pagamos para que os filhos dos ricos façam doutorados."

É verdade. O Brasil dá milhares de bolsas para que jovens com condições econômicas e que se formaram em universidade estudem.

Quando fui Ministro da Agricultura eram dadas 6.000 bolsas por ano, as quais duravam quatro anos, para formar gente que estava bem, porque geralmente para chegarem aonde chegaram tinham de ser de classe média. Pois se se faz isso para essa gente por

que não fazer o mesmo para os meninos de rua, para os filhos de pais que nada têm? Por que não dar a eles condição de completar os seus estudos?

Reparem: com 25% da dívida externa dos países pobres africanos cerca de 90 bilhões de crianças poderiam estar na escola. Essa é uma tese que o Banco Mundial deve analisar. Com 25% da dívida externa dos países pobres africanos cerca de 90 bilhões de crianças poderiam estar na escola, repito. Essa é uma tese que a ONU, que o governo americano, o japonês e o dos países europeus deveriam examinar. Vamos reduzir 25%, vamos baixar 25% da dívida dos países africanos, e, com isso, 90 bilhões de crianças vão sair da rua e entrar na escola.

No Brasil, segundo o relatório final da Comissão Sobre a Pobreza – chamou-me a atenção e quero fazer este destaque –, em 1990, a renda dos 10% mais pobres dava para atender apenas à metade de suas necessidades de alimentos; em 1998, foram distribuídas 28 milhões de cestas básicas, mas elas atenderam apenas a 20% dos 30 milhões de indigentes do Brasil. O Brasil possui um número de indigentes desproporcional à pujança de sua economia. Se seguisse os padrões mundiais de distribuição de renda, o Brasil deveria ter apenas 10% de sua população na pobreza, e não os 35%, como ocorre de fato.

Pelos índices normais, pela lógica dos fatos, pela economia e pela produção que há, se houvesse uma distribuição razoável, como há no resto do mundo, não teríamos 35% de pobres e miseráveis, mas apenas 10%. Temos 35% pelo exagero da injustiça da distribuição, porque os que têm ficam com muito, e os que não têm ficam sem nada. Essa é a conclusão do Banco Mundial com relação ao Brasil.

No Brasil, segundo apurou a nossa CPI, os 20% mais ricos possuem uma renda trinta e duas vezes maior do que a renda média dos 2% mais pobres. Na Índia, a diferença é de cinco vezes; na Rússia, quatorze vezes. Para estar entre os 10% mais ricos, basta ter a renda pessoal mensal igual a US$613. Quem tiver renda mensal pessoal de R$360,00 estará entre os 20% mais ricos. Isso é fantástico para verificarmos a ilha de fantasia em que vivemos. Isso é fantástico para analisarmos nossa situação. Aqui em Brasília, nós, Parlamentares – o grupo no qual vivemos –, representamos um percentual insignificante da população. No entanto, como convivemos só com essas pessoas, não nos damos conta da realidade, não olhamos o pobre que está do outro lado nem percebemos a situação de miserabilidade em que ele vive.

O Brasil é mais pobre do que outros países porque não deu a devida atenção à educação. Para reverter a miséria, a curto prazo, é preciso forçar a distribuição da renda; mas, a longo prazo é necessário investir em educação e em reforma agrária.

A abertura da economia brasileira – segundo especialistas – diminuiu a pobreza brasileira em 3%; a redução da inflação eliminou 8% da pobreza no Brasil. Se aumentarmos em 50% o salário mínimo, a redução da pobreza será de apenas 2% – atenção, Sr. Antonio Carlos Magalhães!

Ainda mais: se todos os brasileiros tivessem educação escolar de cinco anos, a pobreza cairia 6%; se todos os brasileiros tivessem educação escolar de oito anos, a queda da pobreza seria de 13%. Saliente-se que, no Brasil, existem ainda trabalhadores analfabetos; nos países mais ricos isso já não mais ocorre.

Dos R$130 bilhões que o Brasil destina anualmente à área social, apenas 10% chegam efetivamente aos mais pobres. No particular, creio, Sr. Antonio Carlos Magalhães, ser esse um dado que está a nos exigir que nos sentemos à mesa – o Legislativo e o Executivo – para debatermos, uma vez que reflete a questão mais grave, mais dolorosa, mais cruel que conheço, exatamente por sabê-la verdadeira.

Quando fui Ministro da Agricultura, dizia ao Presidente José Sarney: "O que mais me dói quando estou assinando algum projeto voltado para o social é saber que, da verba que estou assinando aqui, 10% chegarão ao pobre que precisa; os 90% ficam nos caminhos intermediários, ficam entre o meu gabinete e a intermediação". Dolorosa realidade! Dos R$130 bilhões que o Brasil destina anualmente à área social, 10% chegam efetivamente aos mais pobres.

Como a grande maioria desses investimentos sociais vai para os idosos e não para as creches, é previsível que o aumento da pobreza nas próximas gerações venha a acontecer.

O Governo deveria retirar dinheiro dos projetos sociais que não funcionam, a fim de transferi-lo para os outros projetos bem sucedidos.

O 1% mais rico da população brasileira detém 13% da renda nacional; os 50% mais pobres mantêm 13% da renda nacional – para 1%, de um lado, e 50% de outro, o mesmo dinheiro.

No Brasil, diz o Banco Mundial, existem dois tipos de pobre: primeiro, o pobre hereditário, que vem de família pobre e que não poderá galgar degrau na escala social porque não tem educação. Segundo, o

pobre novo, gerado pelo avanço do desemprego causado pelo implemento tecnológico.

A desnutrição infantil é a maior entre as grandes urgências brasileiras. Segundo Dom Mauro Morelli, em Minas Gerais, de 500 mil crianças da zona urbana examinadas 100 mil tinham o peso abaixo do recomendado.

O Brasil gasta R$130 bilhões – 20% do PIB – na área social, o que lhe dá o primeiro lugar na América Latina. Portanto, o problema não é a falta de dinheiro, mas sua destinação errônea.

Mais da metade dos recursos da área social, 40%, vão para os mais ricos. Exemplo: 91% dos recursos gastos nas universidades beneficiam os mais ricos; 82% dos gastos com aposentadoria, 85% do dinheiro gasto com as bolsas de estudo beneficiam os mais ricos. Segundo o Ministro Paulo Renato, as matrículas cresceram muito desde 1994. Na educação primária, hoje, 96% das crianças de 7 a 14 anos estão matriculadas; na educação média, as matrículas cresceram 27% – tanto no 2º grau quanto da 5ª a 8ª séries.

Segundo o Ministro Pedro Malan, o caminho para acabar com a miséria começa pelo redirecionamento dos gastos com a área social. Os gastos devem ser focados e destinados efetivamente aos pobres.

O problema da pobreza é mais grave em certos Estados. Exemplo disso: Alagoas, que tem 1,73% dos habitantes do Brasil, tem 3,06% dos pobres; Bahia, que tem 8,04% dos habitantes do Brasil, tem 13,90% dos pobres; Ceará, que tem 4,5% dos habitantes do Brasil, tem 7,87% dos pobres; Maranhão, que tem 3,44% dos habitantes do Brasil, tem 7,18% dos pobres; Paraíba, que tem 2,16% dos habitantes do Brasil, tem 3,52% dos pobres; Pernambuco, que tem 4,71% dos habitantes do Brasil, tem 8,11% dos pobres; Piauí, que tem 1,72% dos habitantes do Brasil, tem 3,43% dos pobres.

Mas ocorre que a nossa desigualdade não é semelhante à média internacional. O Brasil é semelhante a África do Sul. São os dois países com a pior distribuição de riqueza no mundo. Mas a África do Sul, devemos lembrar, está saindo de décadas de um regime de **apartheid** enquanto no Brasil isso não acontece.

Essa mesma idéia é de que a concentração de renda é o problema nº 1 do País. Essa tese foi expressa pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso numa frase já bastante conhecida: "O Brasil não é um país pobre; o Brasil é um país injusto" – com a qual concordo inteiramente. A principal causa da pobreza no Brasil, como se sabe, é a concentração da renda e do capital. Vejamos apenas dois exemplos: primeiro, as 2,5 milhões de propriedades agrícolas, com menos de 10ha, representam a metade dos estabelecimentos rurais do País, mas detêm apenas 2% das terras – e lembro ainda que o 1% mais rico da população brasileira detém 13% da renda nacional, enquanto 50% mais pobres ficam com apenas 13%.

A segunda causa, essa apontada pela nossa CPI da Pobreza, é o caráter regressivo do sistema tributário. Em outras palavras, em bom português: no Brasil, apenas o pobre e a classe média pagam imposto. Vejamos um exemplo dessa distorção: nos países mais ricos do mundo, a tributação sobre lucros e rendimentos é de 38%, enquanto a tributação sobre o consumo é em média de 30%. No Brasil, a tributação sobre o consumo é de 41%, enquanto a cobrança sobre o capital chega, no máximo, a 24%.

Todos os Srs. Senadores sabem muito bem disso, mas eu preciso repetir: no Brasil, só a classe média paga imposto. Rico não paga. Quando tentam cobrar imposto dos riscos, eles entram na Justiça e a cobrança fica para as calendas, se é que o Governo não lhes dá antes uma anistia. Banco não paga imposto, nem grande indústria.

O Brasil é mais pobre que os outros países também, porque não deu a devida atenção à educação. Para reverter a miséria a curto prazo basta forçar a distribuição de renda mediante mecanismo como a reforma tributária. Mas para um trabalho bem-feito, a longo prazo, é preciso um grande investimento em educação.

Em 15 de dezembro de 1999, no encerramento do milênio de tantas guerras e sofrimento, propus desta tribuna à Organização das Nações Unidas que convocasse uma assembléia geral extraordinária para discutir medidas urgentes relativa à extinção da pobreza e da miséria entre os homens.

A proposta vazava nesses termos, meio romântico, meio sonhador, meio estilo Teotônio louco, mas era sincera. A convocação dessa assembléia extraordinária da ONU se justifica pela indignação da humanidade com o fracasso das políticas públicas, concebida no sentido de erradicar o maior mal desse final de milênio o morticínio causado pela fome e pela miséria.

Propomos que a luta contra a desnutrição seja considerada a meta prioritária da humanidade e que o não engajamento nesse luta implique no boicote econômico e político dos demais países à nação infratora. Propomos também que, a partir desta data, o boi-

cote a essa luta prioritária seja a única justificativa para eventuais represálias internacionais. Assim, todas as restrições econômicas hoje a determinados países estão revogadas.

Acreditamos que será desnecessário apresentar diagnósticos particulares sobre o problema pela consciência de que ele assume hoje abrangência mundial, principalmente nos países menos desenvolvidos. Imagens de televisão, fontes jornalísticas mostram cotidianamente que a fome a miséria se estendem por todos os quadrantes da Terra.

Propomos, ainda, que a agricultura seja, de fato, encarada como prioridade em todos os países. A safra mundial deverá ter como meta mínima atender as necessidades diárias básicas de todos os seres humanos. Para que isso seja possível, serão extintas todas as barreiras tarifárias e não tarifárias que têm impedido o livre comércio internacional e acentuado os desníveis econômicos entre os países, apesar do discurso liberal dominante, e em escala mundial.

Pleiteamos que o comércio mundial de alimentos agrícolas seja livre, e a remuneração dos produtores seja justa e que a alimentação das populações miseráveis seja custeada pelos subsídios que até hoje têm servido muito mais para aprofundar as disparidades internacionais.

Um estudo feito, em 1992, pela própria Organização das Nações Unidas mostrou que o mundo desenvolvido concedeu a seus agricultores subsídios que alcançam U$352 bilhões e que países em desenvolvimento poderiam até triplicar a exportação de grãos se não existissem barreiras alfandegárias nos Estados Unidos, Japão e na Europa.

Proponho que não se admita mais qualquer hipótese de existência de terras ociosas e que cada país, segundo seus preceitos constitucionais, promova modificações na sua estrutura para que as populações sem terra e sem emprego possam contribuir para a consecução dos objetivos aqui definidos.

Para a realização dessa grande missão, talvez a mais nobre de toda a humanidade, existem recursos financeiros fartos mais desde que o país redefina suas prioridades em termos de investimento. No Brasil, por exemplo, nos últimos anos, o Governo Federal gastou quase R$40 bilhões para sanear instituições financeiras falidas.

Esse meu apelo não foi respondido. Hoje, a exemplo desse fórum promovido pelo Banco Mundial, miséria e pobreza tem intensificação, porém de forma esparsa. Propostas bem parecidas – tais como a PEC 67/99, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que ainda está tramitando em comissão especial na Câmara dos Deputados –, mesmo que sendo objeto de aprovação hoje, não assegurariam mais do que R$3 bilhões ou R$4 bilhões.

Por ocasião desse fórum promovido pelo Banco Mundial, propus ao Vice-Presidente do BIRD, David de Ferrantti, uma reunião técnica entre aquela instituição e o Senado Federal para discutir a pobreza no Brasil com base no relatório da comissão especial que discutiu o assunto nesta Casa. A intenção é debater mecanismos concretos e objetos de auxílio do Banco Mundial nessa questão, até mesmo incrementando o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no País, que está em discussão no Congresso Nacional. As soluções para combater a miséria e a pobreza existem, podem e devem ser encomendadas. Não nos podemos furtar à responsabilidade de sermos cidadãos brasileiros e cidadãos mundiais. Deus, o mundo e a nossa espécie exigem resposta imediata, porque o tempo urge.

Na reunião com o Banco Mundial, ontem, em nome do Senado, na comissão designada pelo Sr. Presidente, elogiei o trabalho "A voz do pobre", apresentado pelos técnicos da referida instituição. Foi impressionante a análise feita, na qual foram ouvidos os pobres, tendo sido dito que eles se ressentem e que não são escutados. Alegou-se que as políticas adotadas pelos Governos e até pelas entidades não-governamentais são realizadas à revelia dos pobres e que eles têm medo de procurar as autoridades. Isto é fantástico e deixou-me boquiaberto: o pobre tem medo da polícia, porque crê que o ladrão, o corrupto e o bandido têm mais proteção do que ele. Um pobre tem medo de denunciar à polícia um rico que cometeu contra ele qualquer violência ou arbítrio, porque tem medo de que sua ação termine revertendo-se contra ele, o pobre, e que ele próprio pague. Ele prefere ficar em silêncio. O pobre sofre tremendas restrições e raramente é procurado. Quando isso ocorre, dá-se de cima para baixo, com quase humilhação. O Governo, as entidades governamentais e até as não-governamentais tratam-no com desprezo. Ele sente-se mal, não como gente, mas como alguém que estivesse à mercê do cidadão.

Disse que o Brasil fez o dever de casa, isto é, arrochamos o salário. Os funcionários estão há cinco anos sem receber reajuste. Privatizaram-se empresas públicas, inclusive, na minha opinião, de forma profundamente errada. Ainda vamos debater algum dia como foram feitas essas privatizações. Falei que a privatização, por exemplo, da Vale do Rio Doce foi um

absurdo, já que foi a preço vil. No entanto, depois de todas essas privatizações, o Brasil deve hoje duas, três ou quatro vezes mais endividado do que quando o Sr. Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência. Ele dizia que o dinheiro das privatizações seria utilizado no pagamento da dívida. Privatizamos e a dívida aumentou várias vezes.

Afirmei isso a ele e entendi importante, Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, destacar a minha revolta e a dos brasileiros quando, no terceiro debate entre os candidatos americanos, o Sr. Bush teve a cara-de-pau de propor trocar as dívidas dos países em desenvolvimento por terra, trocar a dívida do Brasil pela Amazônia, pelas florestas da Amazônia. Disse, com a maior cara-de-pau, com a maior frieza, ali, no debate em que está em jogo a eleição americana, com toda a tranqüilidade, que os Estados Unidos deveriam propor a troca da Floresta Amazônica, a troca das terras pela dívida que os países hoje detêm.

Analisei com eles e fiz uma crítica à privatização das hidrelétricas brasileiras. Lembrei que lá nos Estados Unidos hidrelétrica não é privatizável. Hidrelétrica depende de rio, e rio é uma fonte natural, é propriedade de toda a nação. Como privatizar uma hidrelétrica? Vai privatizar, conseqüentemente, um rio? E o proprietário pode fazer o que quer desse rio. Nos Estados Unidos eles privatizam usinas nucleares, usinas termelétricas. Mas as hidrelétricas todas estão nas mãos do Estado.

Critiquei, na reunião de ontem, o protecionismo dos Estados Unidos. Falam em liberalismo, em respeito à liberdade de economia de mercado. No entanto, quando chove demais na região dos laranjais nos Estados Unidos, quando a produção fica prejudicada, o brasileiro se alegra. Vamos vender mais! Vamos ganhar mais! Chuva na Flórida ou tufão na Flórida ou diminuição na produção dos laranjais da Flórida aumentam a venda do Brasil para os Estados Unidos, até dobram. Mas o dinheiro não vem aplicado. Criam uma sobretaxa. Vendemos a laranja pelo mesmo preço. Vendemos o dobro de suco de laranja, mas ganhamos a mesma importância. Da sobretaxa, eles tiram os recursos para dar ao trabalhador americano que perdeu. Isso é um absurdo! É um protecionismo que não se pode compreender. Repito que fiz a proposta entre o Senado brasileiro e o Banco Mundial e que ela foi aceita. Fica para o Presidente e a Mesa fazer o entendimento e o diálogo com aquela instituição.

Fiz um apelo ao Banco Mundial sobre os juros, que é o grande problema da humanidade. E é um grande problema que eles podiam debater. Essa loucura dessa taxa de juros que está na estratosfera, embora nem sempre dependa do Banco Mundial, muitas vezes depende dele. Eles poderiam estabelecer como tese tentar baixar os juros.

Eu disse que existe um excesso de capital disponível no mundo e, em função disso, há a possibilidade concreta da redução dos juros, pelo que a dívida dos países pobres deveria ser revisada.

Eu disse ontem na reunião que, à época da guerra fria, todo mundo dizia que 20% dos gastos dos Estados Unidos e da Rússia para manter a guerra fria eram suficientes para reduzir a fome no mundo. Terminou a guerra fria. Não existe mais União Soviética. Hoje há uma hegemonia. Um único país no mundo praticamente tem o domínio da humanidade: os Estados Unidos. E a redução de armamentos não diminui a fome, não reduziu a miséria, não reduziu as injustiças sociais.

Ontem foi um dia muito importante. E quero agradecer aos Senadores Maguito Vilela, Júlio Eduardo, que nos honra presidindo a nossa sessão, e Paulo Souto por terem estado lá conosco e participado da reunião e do debate. Creio que valeu a pena. Foi um seminário do Banco Mundial para o qual nós não tínhamos sido convidados, de cuja existência nós nem sabíamos. Terminamos comparecendo, assistindo a todo o seminário e comparecendo à reunião final, entregando o nosso relatório, recebendo o relatório deles e propondo a reunião que vai ser feita entre nós e o Banco Mundial.

Minha querida Líder do PT tem grandes restrições, com muita razão. Ela diz que, quando passam os relatórios – e salientamos exatamente isso ontem na reunião – de assuntos assinados entre o Brasil e o Banco Mundial pelo Senado, nós não tomamos nem conhecimento. Praticamente passam por passar. Eu disse ao vice-presidente: o documento tem a assinatura do Senado, mas não houve debate, não houve discussão, não tivemos chance de conhecer o assunto, não tivemos oportunidade de saber a realidade dos acontecimentos. Por isso, minha querida amiga Heloísa tem razão quando diz que não há resposta. Mesmo assim, a proposta de nos reunirmos, o Senado Federal e o Banco Mundial, e debatermos com profundidade o relatório deles e o nosso, com alguma proposta concreta, objetiva de terminar com a miséria, é uma grande saída. Poderemos fazer um grande trabalho.

Sr. Presidente, agradeço-lhe mais uma vez, dizendo eu – um dos Senadores mais antigos desta Casa – da honra de ter na Presidência neste momento V. Exª, que é o Senador mais jovem da Casa. V. Exª representa um grande Estado e está no lugar de uma grande Senadora. Temos muito carinho por aquela

que consideramos a "nossa santinha", a Marina, pela pureza de suas intenções, pela dignidade de seu falar, pela profundidade e sinceridade da sua alma e seus sentimentos.

E nós recebemos V. Exª com muito carinho e respeito. V. Exª representa um Partido de certa forma idealista, o Partido do sonho, o Partido daqueles que têm a visão lá adiante. Não vamos olhar o hoje! Não vamos olhar o lixo que está aqui! Não vamos olhar os resultados da eleição de amanhã! Vamos olhar o futuro de nosso País!

O Partido Verde e a batalha ecológica que vocês fazem merecem todo nosso carinho, todo nosso respeito e toda nossa admiração. E V. Exª, conforme referências que recebemos de todos que o conhecem, vem honrar o Parlamento, vem dignificar o Parlamento. Para mim é uma alegria muito grande, é uma emoção muito grande fazer meu pronunciamento tendo-o na Presidência dos trabalhos, numa hora em que abordamos um ponto tão importante e tão significativo e que sei que vai de perto ao seu pensamento.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Julio Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Julio Eduardo) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu faria um pronunciamento neste momento. No entanto, vou falar apenas alguns minutos, porque precisamos encerrar esta sessão para realizarmos a sessão do Congresso que vai votar créditos suplementares muito importantes para a agricultura familiar e para atender à questão do seguro da Cosesp. Vou dispensar parte do tempo que o Regimento me concede.

Gostaria de fazer um registro. Terminado o primeiro turno das eleições em Curitiba e em todo o Estado, afastei-me da campanha eleitoral. Eu não estava participando da campanha na Capital, embora o meu Partido, o PSDB, tivesse definido que apoiaria o candidato Angelo Vanhoni, do PT, na capital do Paraná. Não havia participado, embora tivesse recebido convites para gravar no programa eleitoral do PT. No entanto, nesta semana, o candidato do PFL, Prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi, acusou os Senadores do Paraná, de forma caluniosa e mentirosa, quando afirmou que o programa de saneamento de Curitiba só não andou mais rápido porque os Senadores do Paraná foram responsáveis por segurar aqui um empréstimo por mais de 500 dias. Em vez de ter dito isso, o Prefeito de Curitiba deveria ter dito no debate que o Estado do Paraná não podia receber aqueles empréstimos, que eu era Relator na época, porque estava com a sua capacidade de endividamento esgotada. Ele deveria saber isso porque era o Secretário do Planejamento no início do Governo Lerner e um dos responsáveis por ter levado o Estado do Paraná à beira da falência, como está agora. O Prefeito de Curitiba deveria ter dito, naquele momento, que, como Secretário de Planejamento, ajudou a afundar o Paraná em dívidas, como ajudou a afundar o Banco do Estado do Paraná, que quebrou graças à onda de corrupção que varreu o Banco do Estado do Paraná. O Prefeito de Curitiba deveria ter sido honesto e ter afirmado no debate que, como Secretário do Planejamento, conhecia a situação que o Governo Lerner assumiu o Estado, uma situação invejável e elogiada em todo o país como um Estado equilibrado financeiramente e a situação em que se encontra o Estado do Paraná hoje, com uma dívida de quase R$15 bilhões, em que só o Banco do Estado do Paraná já deve mais de R$5 bilhões transferidos para o Tesouro do Estado e para a conta do povo do Paraná.

Até agora, não havia participado dos acontecimentos, mas, daqui para frente, participarei para repor a verdade em Curitiba. Se lá estão dizendo que o saneamento não andou, isso ocorreu porque o Governador Jaime Lerner afundou o Estado em dívidas, tendo sido ajudado pelo seu Secretário de Planejamento do início do Governo, hoje Prefeito de Curitiba, pensando que o povo tem memória curta.

Vamos recolocar a verdade. O Banco do Estado quebrou porque o Governo nomeou uma quadrilha para dirigi-lo, e até agora ninguém dessa quadrilha foi punido e nem um centavo, desviado do Banco do Estado do Paraná, foi devolvido ao povo do Estado.

O Governador não pode continuar fazendo cara de paisagem, como se nada tivesse acontecido. E o Prefeito de Curitiba não pode agora dizer que à cidade de Curitiba não interessa o que aconteceu no Banco do Estado. Interessa, sim, porque os curitibanos também pagarão a conta da corrupção que afundou o Banco do Estado do Paraná e que foi agora a causa da venda do Banco do Estado do Paraná ao Banco Itaú por um valor muito baixo, porque só os créditos tributários que existem dentro do Banco do Estado do Paraná e as ações da Copel dão muito mais do que o valor arrecadado com a venda. Estão comemorando

cinicamente, em desrespeito ao povo, a venda do Banco do Estado do Paraná, como cinicamente querem colocar a culpa nos outros pela incompetência em administrar o Estado do Paraná.

Sr. Presidente, a verdade será recolocada.

O SR. PRESIDENTE (Julio Eduardo) – Os Srs. Senadores Iris Rezende, Lúcio Alcântara, Geraldo Cândido e Carlos Patrocínio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno. S. Exªs serão atendidos.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a comemoração do Dia da Juventude, a 15 de outubro, oferece-nos o ensejo de refletir sobre o significado de ser jovem nos dias atuais, uma vez que essa condição não é imune às contradições do nosso tempo, ao contrário, é por elas fortemente atingida e transformada.

Houve uma época em que a juventude representava a contestação. Nessa época, na qual a regra era não confiar em ninguém com mais de trinta anos, o mundo ocidental foi sacudido pelos estudantes universitários franceses, que clamavam pelo socialismo e pela reforma universitária, e pelos jovens americanos, que buscavam estratégias para escapar ao serviço militar no Vietnã.

Essa geração era mobilizada por uma utopia com dimensões mais ou menos claras: o socialismo, o pacifismo, a liberdade, a igualdade, etc.; exibia disposição para a ação coletiva; e, em conseqüência, em maior ou menor escala, dispunha de recursos de poder capazes de fazer com que suas demandas fossem incluídas na agenda governamental ou com que fossem tratados como uma ameaça a ser combatida.

Os jovens dos anos sessenta e setenta geraram filhos que compõe a juventude dos anos noventa. Essa última parece ser, ao contrário de seus pais, uma juventude carente de utopias e de organização coletiva, dotada de parcos recursos de poder. Além disso, percebe o poder como não sendo poder dos jovens, já que a cultura do poder institucionalizado privilegia os mais velhos.

No caso brasileiro, após os anos sessenta e setenta, os jovens só vieram a se mostrar presentes, de forma diluída, em dois momentos, ambos dirigidos pela elites adultas do País: o movimento das Diretas Já e o movimento do *impeachment* do Presidente Collor. A sua freqüência ao noticiário dos jornais, fora desses momentos, se concentra nas ocorrências policiais, seja pelo envolvimento com o tráfico de drogas, com acidentes de trânsito, com gangues ou em episódios de criminalidade como a incineração do índio pataxó em Brasília.

Entretanto, esse enorme contingente de 32 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos, não pode ser tratado de maneira uniforme. Como ocorre com os demais grupos etários, a juventude exibe diferenças internas a partir de agudas assimetrias nas suas condições de vida. De fato, é preciso distinguir, pelo menos, duas juventudes, que se diferenciam pelas oportunidades de vida e por uma certa segurança quanto ao futuro: o jovem que vive no mundo das escolas particulares e das universidades, do curso de línguas estrangeiras e dos recursos da microinformática é, certamente, muito diverso daquele que enfrenta as dificuldades do ensino público ou abandona os estudos devido à maternidade precoce ou frente ao imperativo de lutar prematuramente pelo seu sustento e de enfrentar a vida nas ruas.

Nesse mundo atribulado, sobrevém o paradoxo. A sociedade toma como modelo a juventude, que passa a ser referência para o consumo, para os costumes, exemplo de alegria, descompromisso e certeza quanto ao futuro. Só que os estudos recentes mostram que os jovens sofrem muito neste mundo onde a puberdade se antecipou dos 17 para os 13 anos. Eles se tornam adultos mais cedo. Mas não conseguem emprego. E têm de ficar, em média, até os 25 anos na casa dos pais.

O resultado é um mundo de ansiedade e depressões. O jovem de hoje é diferente de todas as outras gerações de jovens, porque tem uma cabeça "digital". Ao mesmo tempo, não tem o que fazer com toda essa informação provida pela tecnologia e tem muito medo do futuro, pois esse conhecimento não lhe garante entrada no mercado de trabalho.

O que esperar de um futuro em que os jovens gênios dos computadores sonham tornar-se fantásticos *hackers*, para serem contratados pelas grandes corporações para ensiná-las a se defender de outros *hackers*?

Parece certo, ainda, que o fato de ser jovem por si só não constitui uma base de identidade social que oriente a ação política: em geral, o jovem se mobiliza a partir das agregações estabelecidas por instituições pré-existentes. Portanto, na ausência de instituições novas e adequadas, capazes de mobilizar a ação solidária dos jovens, é bastante possível que eles continuem, na melhor das hipóteses, a serem objetos de políticas, sem capacidade de influir sobre as mesmas.

Nesse sentido, é particularmente desafiador o cumprimento de uma das recomendações do Progra-

ma de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas, do qual o Brasil foi signatário, que estabelece "o envolvimento ativo da juventude no planejamento, na implementação e avaliação das atividades que tenham impacto direito sobre suas vidas."

Srªs e Srs. Senadores, o tom reticente deste pronunciamento não tem por finalidade empanar a alegria de uma efeméride – o dia da juventude – mas pretende funcionar como uma advertência sobre a necessidade de a sociedade repensar a atual crise civilizatória e formular novas utopias. Afinal, os jovens estão de volta às ruas – em Seattle, em Londres, na América Latina – em busca de um sonho coletivo.

Muito obrigado!

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB — CE) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho acusar o recebimento do Relatório Anual de 1999 de uma empresa pública federal de caráter financeiro que tem sido, ao longo de seus 48 anos de existência, um dos pilares do desenvolvimento nacional. Refiro-me ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o nosso querido BNDES.

A história do BNDES tem sido um longo relato de desafios e de vitórias sobre esses desafios. A excelência de seu corpo técnico e a propriedade de sua atuação têm feito desse banco de fomento um recurso dos mais relevantes com que conta a Nação quando necessita de operar as mais complexas políticas públicas.

Dou dois exemplos recentes. O Programa Nacional de Desestatização, gerenciado pelo Banco; e o estudo no qual se baseou o último Plano Plurianual, coordenado e contratado pelo Banco em parceria com o Ministério de Planejamento e Orçamento. Por isso, o papel do BNDES no desenvolvimento brasileiro em muito supera a já importantíssima função de fornecer recursos de longo prazo para a economia, em especial para projetos de infra-estrutura, além do apoio que presta, também financeiro, às exportações. A presença do BNDES tem sido garantia de qualidade no planejamento estatal de nossa economia.

O Relatório do BNDES, para o ano de 1999, está dividido em três partes: a primeira apresenta descrição concisa da economia brasileira no ano passado; a segunda expõe o desempenho operacional do Banco; e a terceira dá conta de seu desempenho econômico-financeiro. Vale a pena comentar, com brevidade, cada um dos capítulos.

Quanto ao comportamento da economia brasileira no ano passado, o Relatório enfatiza, com propriedade, que foi marcado pela desvalorização cambial de janeiro de 99, com a posterior mudança do regime cambial para flutuante; pela alteração também do regime monetário, com a introdução do sistema de metas inflacionárias; e pelo cumprimento das metas fiscais acordadas com o FMI.

Ora, antes de tudo, seria bom destacar quanto tanto a evolução da inflação quanto o crescimento do PIB, verificados no ano passado, contraditaram as previsões profundamente pessimistas, que se fazia então. Esse episódio, aliás, serve para ilustrar dois fenômenos, no que diz respeito a essas tais "previsões". Em primeiro lugar, que os jornais tendem a dar exagerada ênfase a previsões pessimistas, pelo simples fato de que produzem manchetes mais chamativas, vendendo, assim, maior número de cópias. Em segundo lugar, que muitos economistas deixam sua militância política e oposição ao Governo contaminarem a análise dos fatos, que deveria ser fria e isenta, o que demonstra falta de profissionalismo, quando não simplesmente incompetência. Portanto, muitos analistas, muitos economistas brasileiros fazem papel de falsas Cassandras, às quais Apolo não concedeu poder profético nenhum. São um embuste.

Pois vejamos. O PIB, que deveria ter caído de 4 a 6% em 99, segundo as "previsões", fechou o ano com um pequeníssimo crescimento de 0,82%. Destarte, manteve-se estabilizado. A inflação, que deveria ter disparado, saído do controle e enterrado definitivamente o Plano Real, acabou por atingir apenas 9%, medida pelo IPCA. Assim, o Governo pôde cumprir a meta inflacionária proposta de antemão.

Outra característica do desempenho econômico no ano passado foi o superávit primário alcançado pelo setor público consolidado, de 3,1% do PIB, que, ao permitir o cumprimento do acordo com o FMI, restaurou a confiança na solvência da dívida pública e, por via de conseqüência, em nossa economia.

O valor das exportações não aumentou tanto quanto seria esperado após a desvalorização da moeda, pois foi prejudicado pela retração de mercados externos, pela queda de preço das *commodities*, e pela drástica redução, no primeiro semestre de 99, das linhas de financiamento às exportações. Apesar das dificuldades, o déficit da Balança Comercial caiu para 1 bilhão e 200 milhões de dólares, quando, em 1998, havia sido de 6 bilhões e 800 milhões de dólares. Merece ser ressaltado o volume recorde de investimentos externos no Brasil, que atingiu nada menos do que 30 bilhões de dólares em 1999!

Ressaltando o importante papel que cabe ao Estado cumprir no planejamento da economia, para o qual o BNDES é nosso principal instrumento, — isso, apesar do redimensionamento do tamanho do Estado, — o Relatório afirma, de modo correto, que cumpre agora seguir no rumo do desenvolvimento com estabilização monetária, que é o objetivo maior de todo o esforço que se empreendeu no Brasil a partir do Plano Real.

Quanto ao desempenho operacional, o BNDES e suas subsidiárias, o BNDESPAR e o FINAME, desembolsaram, em 1999, um total de 19 bilhões e 970 milhões de reais, correspondendo a 60 mil 178 operações. Assim, entre muitos outros, alguns setores importantes puderam dar continuidade a seus planos de modernização e expansão, como telecomunicações, indústria automobilística, indústria aeronáutica, metalurgia básica, e alimentos e bebidas. Em decorrência dos empréstimos do Banco, foram mantidos ou gerados 2 milhões 806 mil empregos diretos e indiretos. Destacam-se as linhas de empréstimo do BNDES-exim, que financia as exportações; do BNDES automático, destinadas a projetos de investimento cujo valor não ultrapasse 7 milhões de dólares; as operações do FINAME, para aquisição de máquinas e equipamentos de fabricação nacional; e o FINAME Agrícola, voltado à aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

Os desembolsos do sistema BNDES, de cinco anos para cá, aumentaram consideravelmente. Em 1995, o valor total dos desembolsos atingiu pouco mais de 7 bilhões de reais; em 1996, pouco menos de 10 bilhões; em 1997, pouco mais de 19 bilhões; em 1998, o recorde histórico do Banco, pouco mais de 21 bilhões. E, no ano passado, quase 20 bilhões. Ou seja, de 95 para 99, houve aumento de 185%!

Vale ressaltar que a atuação do BNDES tem sido cada vez mais efetiva no apoio a pequenas e microempresas e a projetos sociais. A preocupação com o desequilíbrio regional no País também tem crescido, como atesta a criação, no ano passado, da Secretaria de Desenvolvimento Regional.

Finalmente, no que diz respeito ao desempenho econômico-financeiro em 1999, o BNDES registrou 9,7% de crescimento no ativo total consolidado, que passou a valer 88 bilhões e 600 milhões de reais. O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 6,3%, correspondente a 11 bilhões e 100 milhões de reais. O patrimônio líquido, por sua vez, aumentou 7,3%.

Do total de 19 bilhões e 970 milhões de reais desembolsados pelo Banco, 74,3% foram provenientes do retorno de aplicações anteriores; 12,1% de novos recursos alocados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); 7,9% de empréstimos obtidos junto a instituições multilaterais de crédito; e 2% de captações externas por meio de eurobônus.

Ainda em 1999, o Banco pagou à União, sua controladora, 745 milhões de reais, a título de dividendos e juros sobre capital, relativos ao exercício de 1998. Além do mais, recolheu 559 milhões de reais em impostos diretos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, finalizo aqui o discurso de hoje. Devo, entretanto, aproveitar essa oportunidade em que discorri sobre o BNDES, para rebater os críticos do Governo que o acusam de neoliberal e os que afirmam que o País não tem política industrial.

Primeiro há uma tremenda confusão conceitual. Pois o termo *neoliberalismo* tem acepção muito clara na ciência política, acepção que muitos do que o utilizam, no Brasil, parecem desconhecer. *Neoliberalismo* refere-se ao pensamento e à prática econômica adotados por Margaret Thatcher, na Inglaterra, e por Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Nesse credo político e econômico, o mercado auto-regulável é tomado como valor absoluto, sendo vista qualquer intervenção do Estado na economia como espúria e deletéria. Não é o que ocorre com o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, — e está aí a prová-lo a expansão da atuação do BNDES nos últimos anos, que, como vimos, em cinco anos, contou com um aumento de 185% nos recursos disponíveis!

E o que faz o BNDES a não ser política industrial? Pois, empregando recursos públicos e semipúblicos, ele elege, por meio de estudos, setores fundamentais para o desenvolvimento econômico brasileiro e concede-lhes financiamento a taxas de juro subsidiadas, ou seja, inferiores às vigentes no mercado. Um governo neoliberal jamais faria isso, ou decidiria aumentar esse tipo de atuação. Para o atual Governo, o Estado cumpre papel fundamental no desenvolvimento econômico e não tem renunciado a esse papel.

Como disse, há grande confusão conceitual no Brasil. O fato de que o atual Governo, em consonância com as transformações que o mundo vem sofrendo, passa a atribuir maior papel para os mecanismos puros de mercado, a concorrer para a redução do tamanho do Estado, – que, entre nós, era excessiva, – e reformula o ideário da socialdemocracia, a exemplo do que ocorre no mundo todo, não quer dizer que reze pela cartilha neoliberal. Está muito longe disso!

Prova cabal é a atuação crescente do BNDES, nosso maior banco de fomento. Sempre competente e zeloso de suas atribuições!

Era o que tinha a dizer.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, "notáveis anônimos", "Valiosos heróis do espaço que não saem da terra", "Anjos da guarda de milhares de vidas e equipamentos caríssimos e sofisticadíssimos que ocupam os céus do Brasil", "Eles comandam o trânsito de aviões do porte de um jumbo, um MD-11 ou um DC 10, que chegam a transportar mais de quinhentas pessoas, ou minúsculos aviões executivos (particulares) que freqüentemente se envolvem em condições meteorológicas adversas ou simplesmente se perdem e, nesta hora são salvos pela atuação do controlador de tráfego aéreo". Assim os escritores têm tentado retratar a difícil e nobre missão do controlador de tráfego aéreo.

O desenvolvimento tecnológico desse setor tem sido espetacular, com a implantação de sistema de radares, computadores, rede de telecomunicações e toda a sorte de equipamentos sofisticados que permitam aos Centros de Controle de Tráfego Aéreo uma eficaz e confiável coordenação de vôo.

Entretanto, a operacionalidade do sistema só é possível mediante a atuação do elemento humano, a inteligência que percebe, analisa, decide e determina os procedimentos a serem observados pelas tripulações de vôo. É o controlador de tráfego aéreo.

Este homem, como profissional, não é bem conhecido, a não ser nos meios aeronáuticos que estejam diretamente ligados ao tráfego aéreo. Ele trabalha em ambiente isolado, resguardado de interferências estranhas ao serviço e comunica-se exclusivamente com as tripulações de aeronaves e nunca permanece aos olhos do público que voa.

O Controlador de Tráfego Aéreo é um técnico altamente especializado, possuidor de raciocínio lógico e ágil, visão e audição perfeitas, ótima dicção, capaz de falar sem erros de pronúncias o português, e, principalmente, o inglês. Sua formação profissional compreende três ciclos de estudos em matérias específicas, tais como: técnicas de voz, direito aeronáutico, navegação aérea, busca e salvamento, aerodinâmica, eletrônica, telecomunicações, fraseologia padrão internacional, operação radar, reconhecimento de aeronaves, meteorologia, informações aeronáuticas, regras e regulamentos do ar. Somam-se, ainda, estágios de adaptação e tempos de familiarização no serviço nunca inferior a um ano.

Os serviços de sua especialidade são permanentes e ininterruptos, exigem atenção constante e não podem ser adiados, transferidos ou cancelados. São executados vinte e quatro horas por dia, nos trezentos e sessenta e cinco dias do ano, com o mesmo grau de eficiência operacional, tanto no horário do **rush** como às três horas da madrugada de um domingo, por exemplo.

Durante certos períodos, o serviço do controle de tráfego aéreo é difícil e complexo: na medida em que o volume de tráfego de aeronaves se aproxima da capacidade do espaço aéreo controlado, com diferentes velocidades horizontais e verticais, chegando e saindo de um ou mais aeroportos, em dias de má visibilidade ou mau tempo, o Controlador de Vôo tem de avaliar esses dados em face das normas existentes e orientar cada uma das aeronaves, de modo a evitar colisões, aliviar o congestionamento e permitir o deslocamento para os diferentes destinos.

As aeronaves não param no ar para esperar. O Controlador de Vôo toma iniciativa de propor aos pilotos os procedimentos necessários. Decide e age em segundos, desenvolvendo um esforço mental intenso e assumindo uma responsabilidade imensurável.

A aeronave no ar é sempre um problema para o Controlador de Vôo. Servir é a sua preocupação maior, o seu corpo e a sua mente estão alertas para a segurança e a proteção maior do vôo; as aeronaves estão no ar e esperam a sua orientação segura e eficiente.

Nesse dia, 20 de outubro, temos que parabenizá-los, pois apesar de tantas adversidades nas condições de trabalho, conseguem completar mais um período sem serem responsáveis por nenhum acidente aéreo.

TENSÃO EM TERRA PARA A PAZ NO CÉU

(Matéria publicada no Caderno Fim de Semana – Página 17 – Sérgio Vilas Boas São Paulo, 6 de outubro de 2000)

Consultorias internacionais prevêem a duplicação do tráfego aéreo mundial a cada dez anos.

Nos céus da região metropolitana de São Paulo, a mais movimentada do País, que abrange os aeroportos Campo de Marte, Congonhas, Guarulhos e Viracopos, essa duplicação já ocorreu entre 1994 e 1999 (veja quadro). Hoje, cerca de 1,8 mil aeronaves (entre jatos, turboélices, helicópteros, táxis aéreos, aviões particulares e teco-tecos) se deslocam diariamente num raio de 100 quilômetros. No pico, esse número pode ultrapassar 2 mil vôos/dia, sem contar as

aeronaves e passagem. "Já podemos dizer que no Brasil, como um todo, há congestionamento do espaço aéreo, que se reflete nos aeroportos", afirma o Cel. Ricardo Nogueira da Silva, Chefe do Serviço Regional de Proteção ao Vôo. "Mas o movimento de São Paulo, principalmente o de Congonhas, é comparável com o de alguns terminais da Europa".

Esse ritmo de ocupação do céu tem preocupado os institutos internacionais de prevenção de acidentes. Primeiro porque o aumento do número de vôos e de aeronaves em operação tem deixado inseguros os controladores de tráfego em torres de controle e bases de radares. Segundo que ocorrências de estresse nessa atividade atingem em cheio a segurança. Em que consiste o trabalho dos controladores de tráfego? Eles coordenam os movimentos das aeronaves para mantê-las a uma distância segura uma da outra; direcionam os aviões para minimizar os atrasos; controlam o trânsito na área de um (ou mais de um) aeroporto; monitoram as aerovias, "estradas" por onde os aviões viajam de um lugar a outro em altitudes que às vezes ultrapassam 12 mil metros; fornecem informações sobre instabilidades atmosféricas que afetem o funcionamento das aeronaves; e regulam, nas torres dos aeroportos, o fluxo de pousos e decolagens.

Em qualquer dessas funções há desgastes gerados pela impossibilidade absoluta de errar. Um das piores coisas que podem acontecer no turno de trabalho de um controlador de tráfego é visualizar na tela do radar a fusão de dois pontos em níveis de altitude próximos um do outro. Equivale às paradas cardíacas em cirurgias ou à falta de oxigênio no tanque de um mergulhador. Os pontos no radar representam aeronaves que podem estar voando, no caso dos jatos, a mais de 800 quilômetros por hora. Suores frios, palpitações, assombros são comuns no dia-a-dia desta profissão antiga porém ainda não regulamentada pelo Ministério do Trabalho. E se não houver tempo para corrigir posições? E se a comunicação com a tripulação falhar? As 'quase-colisões' do jargão técnico da aviação, que significam cruzamentos de aviões a uma distância inferior à regulamentada pela ICAO (International Civil Aviation Organization), ocorrem mundo afora com mais freqüência do que imaginam os mais audazes entusiastas das tecnologias de aeronavegação.

Por mais aterrorizantes e relativamente raros, tais incidentes realçam a importância do suporte em terra para a segurança de milhões de passageiros e tripulantes lá em cima. Quanto maior o número de vôos, maior a necessidade de um tipo de vigilância e agilidade das quais os computadores por si só ainda não são capazes. Alice Itani, professora do Instituto de Biociências da UNESP, coordenou um grupo de sete pesquisadores (dois médicos, dois psicólogos, um pedagogo, um engenheiro de ruído e um mestrando em saúde pública) que está concluindo três anos de estudos sobre as condições de trabalho dos controladores de vôos em São Paulo. Financiada pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), a pesquisa foi feita com a UNESP, o Ministério do Trabalho e o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Estado de São Paulo.

"Trata-se de uma atividade tensa, que exige extrema concentração. Ao mesmo tempo, é apaixonante, e isso ajuda a suportar as piores condições físicas, ambientais e salariais", afirma Alice. Vários fatores afetam a vigilância dos controladores, segundo os pesquisadores. Como trabalham em turnos mais ou menos rígidos, tudo deve – ou deveria – ser programado para que os controladores estejam sempre alertas. No Brasil, suas jornadas são de seis ou oito horas diárias, variando conforme o empregador (Infraero ou Ministério da Aeronáutica, respectivamente). Os descansos ao fim de um ciclo são de menos de 48 horas a cada quatro ou três dias de trabalho.

Estudos da FAA (Federal Aviation Association) já comprovaram que o organismo leva alguns dias para se adaptar a um determinado horário de trabalho. "Se fosse um trabalho em que o indivíduo tivesse o direito de errar e isto não acarretasse maiores conseqüências, tudo bem. Mas não é o caso do controle de tráfego", frisa Alice.

Outra pesquisa, do instituto americano Cami (Civil Aeromedical Institute), comprovou que a capacidade cognitiva e motora dos controladores entre 23h e 6h varia conforme o tempo de descanso para cada duas horas de trabalho ininterrupto. Em São Paulo, os operadores deixam o posto de duas em duas horas para relaxar por 30 minutos, mas ninguém está autorizado a sair da sala de radares durante o descanso. "Eles estão permanentemente à disposição", constata Alice. "Alternam-se em funções de maior ou menor responsabilidade".

Na aproximação dos aeroportos as aeronaves se deslocam a cerca de 500 quilômetros por hora, refletindo variações de posição na tela do radar a cada quatro segundos. São aviões de capacidades diferentes, destinos e rotas diferentes. "No sistema de controle de tráfego do metrô, há computadores que corrigem eventuais falhas humanas. No tráfego aéreo,

não", compara Alice. "Em São Paulo, um mesmo indivíduo às vezes tem de controlar, em dias de pico, 12 aviões simultaneamente. As organizações internacionais determinam seis aviões, no máximo".

Na base de Athis Mons, região metropolitana de Paris, por onde passam 6 mil vôos diários em média, trabalham 480 controladores em 12 equipes de 40, que iniciam o trabalho em horários e intervalos diversos. Eles têm plano de carreira e aposentadoria especial, como na Inglaterra, onde os controladores de vôos podem se aposentar aos 60 anos. Mas são raros os que ultrapassam na ativa a idade média de 47. Ou se desligam por motivo de saúde ou procuram outra atividade. Na sala de radares de Congonhas, há 75 (cinco equipes de 15) pessoas diretamente envolvidas com o tráfego. "Mas muita gente está afastada por motivos de saúde", diz Alice. "Isso ocorre também no Rio, onde trabalham 46 pessoas do total de 80".

No meio do caminho, muitos desistem da profissão devido, principalmente, a salários "incompatíveis com a responsabilidade". Os salários no Brasil são muito inferiores aos piores pagos em países da Europa e da América do Norte, cujos pisos salariais para controladores de vôos giram em torno de US$ 2,8 mil mensais, podendo chegar a US$ 6 mil no topo da carreira.

"Aqui, no topo da carreira – nível 3, classe A –, um controlador de tráfego não recebe mais que R$ 1,5 mil bruto, incluídos os adicionais de insalubridade, 160% de gratificação de atividade executiva e 147% de gratificação de proteção ao vôo", afirma L.C.F., 41 anos, 17 como controlador de vôo, que pediu para não ser identificado.

Por causa dos baixos salários, muitos acabam tendo de fazer "bicos" para conseguir pagar as contas. E dois ou mais empregos podem significar menos tempo de descanso e maiores riscos de incidentes numa operação que é pura adrenalina. Em Paris ou Tóquio, por exemplo, há mais equipes fazendo revezamento durante a mesma jornada, turnos flexíveis e monitoramento da saúde.

Os controladores de tráfego brasileiros são, direta ou indiretamente, funcionários públicos federais. Os civis subordinados ao Comando da Aeronáutica pertencem aos quadros da União, portanto estatutários e sem perspectivas de carreira. Os militares recebem seus soldos conforme a patente, e os civis acabam submetidos ao mesmo sistema. Os funcionários civis da Infraero, empresa que administra os aeroportos brasileiros, recebem salário pouco maior, obedecem ao regime da CLT e podem se filiar ao Sindicato dos Aeroviários. Mas são igualmente comandados por militares da ativa ou da reserva.

Para exercer uma atividade cheia de códigos e jargões, os controladores aprovados em concursos (só a Infraero tem realizado concursos regulares nos últimos anos) são formados no Instituto de Proteção ao Vôo (IPV), no Centro Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos. Durante um ano, os aprovados nos concursos passam por treinamento intensivo em sala de aula e simuladores. Depois, fazem estágio supervisionado cerca de ano e meio. "Muitos desistem ou são postos para trabalhar antes de completar o estágio, por falta de pessoal", diz P.N.A., 47 anos, operador há 20.

No dia-a-dia, problemas de saúde, conjugais ou financeiros não podem ficar martelando a cabeça dos controladores em nenhuma hipótese. Que falhas podem causar acidentes? "Descer aviões a um mesmo nível de altitude; indicar uma curva convergente com a da aeronave que voa em sentido contrário mandar um avião baixar sobre outro; inverter por engano palavras cruciais como esquerda-direita e vertical-horizontal durante a comunicação com os pilotos", explica J.B.O., que se queixa de estresse.

Os aviões mais sofisticados são equipados com TCAS (Traffic Colision Avoidment System), que detecta qualquer movimento de jatos próximos e faz soar um alarme na cabine em caso de uma aproximação perigosa. Todas as aeronaves de rotas internacionais têm TCAS, como a maior parte das mais modernas operando vôos domésticos. Nem por isso evitam-se incidentes de arrepiar, como o "quase-choque" em pleno ar em dezembro do ano passado entre um Boeing da Rio-Sul, que decolou de Congonhas, e um da Varig, que havia partido de Guarulhos, ambos rumo a Florianópolis.

"Os supervisores, militares ou civis, acabam sendo compreensivos com nossa condição porque sabem que, se o barco afundar, todo mundo afunda. Precisamos de pelo menos 20 operadores para compor uma equipe de turno e assim reduzir o tempo que ficamos ininterruptamente diante da tela do radar", afirma H.D., que já atuou em diversas funções. "Somos como cirurgiões em sala de cirurgia. A rigor, não devíamos nem piscar", reconhece.

Equipes de controle em aeroportos de diversas partes do mundo, não apenas no Brasil, estão despreparadas para acompanhar as evoluções do mercado e da indústria aeroespacial. O espaço aéreo é finito, a aviação, uma atividade necessariamente de risco, embora cada vez mais segura, segundo apon-

tam as estatísticas. A chance de alguém morrer em um acidente de avião de grande porte no Brasil é hoje de 0,6 por 1 milhão de decolagens, índice acima da média européia.

Mas nenhuma evidência de que voar é seguro convence aqueles que precisam de uns drinques para suportar 35 minutos de viagem entre Rio e São Paulo. A maioria dos passageiros pouco ou nada sabe sobre o que acontece nos bastidores de um vôo aparentemente tranqüilo.

Para os passageiros, céus congestionados incomodam porque significam atrasos nos aeroportos. Para as administrações aeroportuárias, o crescimento do mercado de transporte aéreo de passageiros significa mais demanda por equipamentos e mão-de-obra qualificada em terra. Os custos operacionais no solo e as restrições ambientais são parte de um conjunto de limitações à expansão dos aeroportos e melhoria das condições de trabalho dos controladores de vôos.

A situação dos aeroportos piora na medida em que são firmados acordos para diminuir a separação existente entre aeronaves, proibir pousos e/ou decolagens simultâneos em pistas paralelas e agilizar as manobras nas "taxiways". Tudo isso gera demandas por mais exatidão ainda no controle do tráfego. As separações entre aeronaves, por exemplo, foram diminuindo primeiramente graças às tecnologias. No mundo todo a navegação por satélite (sistema GPS – Global Position System) está sendo regulamentada. Vinte e um satélites espalhados pelo planeta foram liberados para uso em aviação civil. "Por enquanto o sistema não está regulamentado no Brasil. Serve apenas como auxílio à navegação, tanto que as seguradoras não cobrem acidentes envolvendo aeronaves operando com GPS. O aparelho pode ser adquirido no mercado até por US$ 150", explica o Coronel-aviador João Luiz da Costa Guimarães, Chefe da Divisão de Investigação e prevenção de acidentes do DAC (Departamento de Aviação Civil).

Até 2011, o Brasil terá de cumprir regulamentação internacional que determina a implantação do ATM (Air Traffic Management), sistema digital de busca, navegação e comunicação, em que os próprios equipamentos fornecerão as informações de vôo, diminuindo os contatos bilaterais entre controladores de tráfego e pilotos. Se dependesse do total de aeronaves registradas, a implantação deveria ser efetivada bem antes de 2011. O Brasil já tem a segunda maior frota de aeronaves do mundo (11,5 mil), menos de 10% do total de aeronaves voando nos Estados Unidos (215 mil), mas com vantagem sobre Canadá e Austrália, terceiro e quarto colocados, com cerca de 10,5 mil aeronaves cada. Só no primeiro semestre deste ano, o DAC autorizou mais vôos charter internacionais que o total autorizado no ano passado inteiro.

Paradoxalmente, a sofisticação da aviação civil, o aumento da velocidade e da quantidade de passageiros por aeronave, as tecnologias de automação, entre outros avanços, potencializaram tanto a segurança quanto os riscos. Aeronaves de última geração já trabalham com hipóteses de falhas técnicas em torno de 0,00000001. Os acidentes também diminuíram muito. Nos últimos 15 anos, passaram de 54 para nove em cada mil vôos.

Por outro lado, aumentou o grau de fatalidade dos acidentes. Um acidente hoje é sete vezes mais fatal do que era em 1982. Em relação ao total de movimentos (pousos e decolagens), pode parecer irrisório. Mas, quando ocorrem, se tornam visíveis e jogam por terra todas as evoluções percebidas ou despercebidas pela maioria dos usuários. Por temor ou autodefesa, os piores desastres é que ficam gravados na memória, não as estatísticas favoráveis: na explosão do Boeing 747 da TWA em 1996 morreram 230 pessoas; na queda do Fokker 100 da TAM, mesmo ano, morreram 99; no ano passado, um Boeing 767-300 da Egypt Air mergulhou de ponta no mar: 217 mortos; em julho último, o primeiro acidente com o Concorde da Air France, que matou 114 pessoas; em agosto, um Airbus A-320 da Gulf Air caiu nas águas do Golfo Pérsico: 143.

Concluir que estas e outras tragédias "foram causadas por falhas mecânicas, eletrônicas ou operacionais" soa como consolo para companhias aéreas, a indústrias aérea e autoridades aeronáuticas. De 60% a 80 % dos acidentes são atribuídos a erros dos pilotos. Em grandes tragédias, nunca se soube de um piloto ou comandante que sobreviveu para dar sua versão sobre o que realmente aconteceu.

Pelos critérios do DAC, acidente é toda ocorrência com uma aeronave que tenha "intenção de embarcar e desembarcar passageiros". Não é acidente um mecânico bater contra uma parede durante um teste de motores, portanto. Um acidente só é registrado como tal se houver vítimas com lesões graves, defeitos estruturais que impeçam a aeronave de voar e danos a terceiros. Uma "quase-colisão", como a que ocorreu em dezembro do ano passado nos céus de São Paulo, é classificada como incidente.

Tecnicamente, os jatos estão cada vez mais parecidos entre si. Performance, comprimento de pista

para decolagem e pouso, velocidade de cruzeiro, etc., são idênticas. A ordem das companhias aéreas, então, é reduzir custos sem prejudicar o atendimento. "O espaço aéreo não está ficando apertado. O problema é que todas as companhias aéreas querem voar em altitude que permita às aeronaves alcançar maior velocidade como menor consumo de combustível. Na travessia do Atlântico, por exemplo, elas só querem voar em 37 mil pés (cerca de 12 mil metros). Daí a saturação", explica o Cel. Nogueira. Os controladores de tráfego que segurem as pontas.

"20 de Outubro"

Dia Internacional do Controlador do Tráfego Aéreo.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, são notórias as dificuldades que tem a população brasileira para comprar os medicamentos de que necessita. Comprar remédio tornou-se uma aflição para o brasileiro médio. Já o brasileiro pobre sequer tem acesso a eles. Os remédios são caros, e o mercado de medicamentos é imperfeito: não funciona sob um regime saudável de concorrência, que levaria a preços baixos. Ao contrário, é um mercado distorcido, no qual os agentes mais fortes manipulam os preços contra os consumidores, que não podem deixar de comprar, sob pena de comprometer sua saúde e, até mesmo, sua vida.

É verdade que este ano Governo e Congresso têm atuado para corrigir tal situação. Na Câmara dos Deputados tivemos a CPI dos Medicamentos. De parte do Poder Executivo, o Ministro da Saúde, Senador José Serra, tem se revelado muito ativo, introduzindo, com sucesso, os remédios genéricos, combatendo cartéis e impondo controles contra os abusivos aumentos de preço. De fato, nos últimos anos, os remédios tiveram aumentos bem superiores à inflação. Para uma inflação de 95%, no período que vai de julho de 94 a dezembro de 99, tivemos um aumento médio de 145% nos 100 medicamentos mais vendidos. Em parte, isso se explica pela desvalorização do real, no início de 99, que afetou os insumos importados pela indústria farmacêutica. Mas creio que a maior parte dos aumentos se deve a abusos mesmo, à exploração do mais fraco pelo mais forte.

Um dos fatores que contribuem para o alto custo dos medicamentos é a forte incidência de tributos sobre eles. O Congresso, que atualmente discute a reforma tributária, deveria dedicar especial atenção a essa injusta carga de impostos que encarece os remédios que o povo precisa comprar.

O percentual total de tributos que recai sobre os medicamentos não é fácil de calcular, devido ao emaranhado de nossa estrutura tributária. O Vice-Presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos de São Paulo, em entrevista à **Gazeta Mercantil**, em 19 de julho deste ano, estima que a carga tributária sobre os remédios chega a 40% do preço final. Já a revista **Pharma Business**, no recente número de junho, fala em 27,7%.

O Ministro José Serra, pronunciando-se sobre o assunto, em 25 de abril deste ano, declarou que essa carga é de 22% e que ela coloca o Brasil como o país que tem a maior carga tributária do mundo sobre medicamentos. O Ministro anunciou, então, uma campanha nacional destinada a reduzir esses impostos, taxas e contribuições, que tornam os preços dos remédios mais salgados ainda do que já são.

Efetivamente, é necessária tal campanha abrangente, já que esses tributos têm origem múltipla e complexa: são federais, estaduais e municipais. Como já afirmei, a oportunidade da reforma tributária é um bom ensejo para se decidir essa questão aqui, no Congresso. Que o Brasil taxa exageradamente os medicamentos, não há dúvida. Só o ICMS é de 18%, enquanto o imposto a ele equivalente, em alguns outros países, apresenta o seguinte quadro: Venezuela, Portugal e Irlanda, 0% de imposto sobre valor agregado; França, 2%, Grécia, Bélgica e Itália, 6%; Paraguai, 10%; Alemanha, 14%. Todos com menos do que os nossos altíssimos 18%! Só Argentina e Dinamarca apresentam valores maiores: 21% e 22% respectivamente.

Esses dados figuram no número da revista **Pharma Business** a que já me referi. De qualquer forma, uma redução de tributos tem que ser conduzida com toda a precaução, para que a vantagem fique com o consumidor, e não sirva apenas para aumentar os lucros. Além do mais, há dificuldade de se chegar a uma diminuição, no ICMS, por exemplo, fora de uma reforma tributária geral. Isso porque uma redução de ICMS teria que ter a concordância de todos os Estados, por meio do Confaz, o que é de difícil obtenção. Sabe-se, por exemplo, que o Confaz não se comoveu com uma proposta similar de isenção de ICMS para produtos da cesta básica.

A distorção na tributação dos medicamentos é tal que, no Brasil, remédio de bicho é menos taxado que remédio de gente. Sim, Sr. Presidente, é a realidade. A Novalgina para uso humano acaba saindo, por isso, mais cara que o mesmo medicamento, quando destinado a animais. O mesmo ocorre com a pomada Calminex, também bem mais barata para bicho do que para gente.

Outra distorção está no Imposto sobre Importação, que incide mais fortemente sobre medicamentos do que sobre produtos de luxo. A Ampicilina, antibiótico, sofre Imposto de Importação de 17%, bem como a insulina. Cadeiras de rodas são taxadas em 15%. Lentes de contato, em 21%. Já pérolas e diamantes são taxados, na importação, em apenas 13%. Alimentos compostos completos para cães e gatos, em apenas 11%.

Veja, Sr. Presidente, insulina paga 17%; comida para cachorro e gato, 11%!

Sr. Presidente, o setor de medicamentos é muito complexo. São cerca de 50.000 farmácias em todo o País. Delas, 30.000 definidas como muito pequenas, microempresas; 18.000 definidas como pequenas; 1.724, como médias; e 862, como grandes. Há um grande número de empresas distribuidoras e mais de 300 laboratórios de fabricação. Em 1999, os consumidores brasileiros compraram, nas farmácias, cerca de 12 bilhões de reais em remédios. Mais uns 2 bilhões de reais devem ter sido vendidos diretamente a hospitais e ambulatórios, privados e públicos.

É um enorme mercado. Mas um mercado imperfeito, desequilibrado contra o consumidor. Principalmente, contra o consumidor pobre, que, freqüentemente, não consegue tratar de sua saúde, por falta de recursos, frente aos altos preços dos remédios. Vemos que uma parte desses preços exagerados é feita de impostos, excessivos e injustos. Que punem as empresas do setor, mas que punem, principalmente, o consumidor.

Sr. Presidente, esta Casa precisa estar atenta a essa questão. Remédio não é um produto qualquer. Tem a ver com assistência à saúde, com recuperação da saúde. Como eu já disse, Congresso e Governo estão ativos, este ano, nos temas que se referem aos medicamentos. Agora, precisamos voltar nossos esforços à injusta incidência de tributos sobre esses produtos, tão básicos para o bem-estar da população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Eduardo) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Srªs e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 24, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Dia 24.10.2000, terça-feira, às 14h 30min: Sessão deliberativa ordinária

Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1 Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 1999 (nº 673/98, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Parecer nº 160/2000-CE, Relator: Senador Djalma Bessa, favorável, com adendo, e abstenções dos Senadores Roberto Saturnino e Jefferson Peres.	Discussão, em turno único.
2 Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2000 (nº 477/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Municipal de artes de Montenegro, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul. Parecer nº 1006/2000-CE, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, favorável.	Discussão, em turno único.
3 Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2000 (nº 452/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Brasiléia, Estado do Acre. Parecer nº 999/2000-CE, Relator: Senador Tião Viana, favorável, com abstenções do Senador Geraldo Cândido e da Senadora Heloísa Helena.	Discussão, em turno único.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2000 (nº 454/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre. Parecer nº 1000/2000-CE, Relator: Senador Tião Viana, favorável, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Heloísa Helena.	Discussão, em turno único.
5 Requerimento nº 522, de 2000 Senador Osmar Dias	Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 182 e 196, de 2000, por regularem a mesma matéria.	Votação, em turno único.

O SR. PRESIDENTE (Julio Eduardo) Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 45 minutos.)

(OS 18663/00)

ATA DA 133ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2000

(Publicada no DSF de 12 de outubro de 2000)

RETIFICAÇÃO

Nas página nº 20332, 1ª coluna, na leitura do Parecer nº 965, de 2000, na autoria do mesmo,

Onde se lê:

PARECER Nº 965, DE 2000

Da Secretaria-Geral da Mesa sobre o Requerimento nº 473, de 2000,...

Leia-se:

PARECER Nº 965, DE 2000

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 473, de 2000,..

.....

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

19-10-2000
Quinta-feira

10h – Reunião com o Presidente da Câmara e os Presidentes das Centrais Sindicais

11h – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PUBLIQUE-SE
EM 19/10/00
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.065, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.° 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n° 013363/00-0,

RESOLVE dispensar o servidor OSMAR HENRIQUES DA SILVA, matrícula 2446, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Henrique Loyola, com efeitos financeiros a partir de 10 de outubro de 2000.

Senado Federal, 19 de outubro de 2000

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 19/10/00
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.066, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 013582/00-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CARLOS JOSÉ CAMPBELL BRISOLLA,** matrícula 31512, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 19 de outubro de 2000

AGACIEL DA SILVA MAIA

PUBLIQUE-SE
EM 19/10/00
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.067, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 016839/99-4,

RESOLVE:

Art. 1º - São designadas as servidoras MARIA DO SOCORRO DE S. BRÍGIDA, matrícula nº 3663, e ZILÁ MARIA BARRETO ROCHA, matrícula nº 3470, como gestora titular e substituta, respectivamente, do contrato credenciamento nº 026/99, celebrado entre o Senado Federal e a LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 29/10/1999.

Senado Federal, 19 de outubro de 2000.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 19/10/00
Diretor da SSAPE

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.068, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 016836/99-5,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ZILÁ MARIA BARRETO ROCHA, matrícula nº 3470, e SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4462, como gestora titular e substituto, respectivamente, do contrato credenciamento nº 021/99, celebrado entre o Senado Federal e a HOSPITAL PRONTONORTE S/C LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 29/10/1999.

Senado Federal, 19 de outubro de 2000.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 19/10/00
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.069, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 017892/99-6,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MARCOS AURÉLIO CORREA, matrícula nº 4772 e MÁRCIO SAMPAIO LEÃO MARQUES, matrícula nº 2928, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Contrato Credenciamento nº 031/99, celebrado entre o Senado Federal e a NEPHRON BRASÍLIA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 29/10/1999.

Senado Federal, 19 de outubro de 2000.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 19/10/00
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.070, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 016837/99-1,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ZILÁ MARIA BARRETO ROCHA, matrícula nº 3470, e MÁRCIO SAMPAIO LEÃO MARQUES, matrícula nº 2928, como gestora titular e substituto, respectivamente, do contrato credenciamento nº 028/99, celebrado entre o Senado Federal e a ECOLAB - CLÍNICA DE CARDIOLOGIA E EXAMES COMPLEMENTARES EM CARDIOLOGIA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 29/10/1999.

Senado Federal, 19 de outubro de 2000.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 19/10/00
Diretor da CAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.071, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 016838/99-8,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ZILÁ MARIA BARRETO ROCHA, matrícula nº 3470, e SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4462, como gestora titular e substituto, respectivamente, do contrato credenciamento nº 027/99, celebrado entre o Senado Federal e a CLINECO - CENTRO CLÍNICO ECOCARDIOGRÁFICO DE BRASÍLIA LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 29/10/1999.

Senado Federal, 19 de outubro de 2000.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)
Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares	UF/Ramal	Suplentes	UF/Ramal
PMDB			
1. Casildo Maldaner (1)	SC/2141	1. Marluce Pinto	RR/1301
2. Ramez Tebet	MS/2221	2. Gerson Camata	ES/3203
3. Nabor Júnior	AC/1478	3. Jader Barbalho	PA/2441
4. Ney Suassuna	PB/4345	4. Renan Calheiros	AL/2261
5. Amir Lando	RO/3130	5. Carlos Bezerra	MT/2291
PFL			
1. Geraldo Althoff	SC/2041	1. José Agripino	RN/2361
2. Francelino Pereira	MG/2411	2. Carlos Patrocínio	TO/4058
3. Paulo Souto	BA/3173	3. Djalma Bessa	BA/2211
4. Juvêncio da Fonseca	MS/1128	4. Freitas Neto	PI/2131
PSDB			
1. Lúcio Alcântara	CE/2301	1. Antero Paes de Barros	MT/1246
2. Osmar Dias	PR/2124	2. Ricardo Santos	ES/2022
3. José Roberto Arruda	DF/2014	3. Romero Jucá	RR/2111
Bloco de Oposição			
1. Lauro Campos	DF/2341 (PT)	1. José Eduardo Dutra	SE/2391 (PT)
2. Heloísa Helena	AL/3197 (PT)	2. Marina Silva (2)	AC/2183 (PT)
3. Jefferson Peres	AM/2061 (PDT)	3. Roberto Saturnino	RJ/4229 (PSB)

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor do Senado) – SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.
(1) Licenciado no período de 18/08 a 16/12/2000.
(2) Licenciada no período de 10/10/2000 a 07/02/2001.

Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3265

SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1.	GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2.	PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3.	ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
RENAN CALHEIROS	AL	5151/	4.	ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5.	MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6.	MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7.	WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8.	AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9.	JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2.	JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3.	ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4.	BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5.	MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2.	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3.	LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4.	LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5.	OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PV)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3213/3215	1.	ANTONIO C. VALADARES –PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2.	SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3.	PAULO HARTUNG–PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4.	JÚLIO EDUARDO – PV	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	5.	HELOISA HELENA – PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1.ERNANDES AMORIM (4)	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

(4) Licenciado, a partir de 27/07/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizado em : 16/10/2000.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/97	1.	RENAN CALHEIROS	AL	2261/67
GILVAM BORGES	AP	2151/57	2.	JOSÉ SARNEY	AP	3430/31
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3.	ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/47	4.	JADER BARBALHO	PA	2441/47
MAGUITO VILELA	GO	3149/50	5.	JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/74
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6.	AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7.	GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/06
VAGO			8.	JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9.	VALMIR AMARAL	DF	4064/65

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/77	1.	EDISON LOBÃO	MA	2311/17
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2.	FREITAS NETO	PI	2131/37
DJALMA BESSA	BA	2211/17	3.	BERNARDO CABRAL	AM	2081/87
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/47	4.	PAULO SOUTO	BA	3173/75
MOREIRA MENDES	RO	2231/37	5.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/67
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/57	6.	JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
RIBAMAR FIQUENE (3)	MA		7.	VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8.	VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1.	ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/37
LUIZ PONTES	CE	3242/43	2.	RICARDO SANTOS	ES	2022/24
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/07	3.	PEDRO PIVA	SP	2351/53
OSMAR DIAS	PR	2121/25	4.	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/17
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/85	5.	TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/96
ROMERO JUCÁ	RR	2111/17	6.	ÁLVARO DIAS	PR	3206/07

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2171/77	1.	EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/37
JÚLIO EDUARDO - PV	AC	2181/87	2.	LAURO CAMPOS – PT	DF	2341//47
SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/47	3.	ROBERTO FREIRE–PPS (1)	PE	2161/64
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/99	4.	JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/97
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	5.	JEFERSON PERES – PDT	AM	2061/67

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/77	ERNANDES AMORIM (2)	RO	2251/57

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Licenciado, a partir de 27/07/2000.
(3) Deixou o exercício do mandato, em 6/10/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)
Secretário: José Roberto A. Cruz
Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3359
Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Atualizada em 16/10/2000

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
VAGO (2)	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
OSMAR DIAS	PR-2121/25
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP-2241/47
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

PRESIDENTE: VAGO (2)
VICE-PRESIDENTE:

VAGO (2)	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
MAURO MIRANDA (1)	GO-2091/97
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-4073/74
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/63
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
TIÃO VIANA(PT)	AC-3038/3493

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

(1) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 26/04/00

ATUALIZADA EM: 06/10/2000

2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

MAURO MIRANDA (1)	GO-2091/97
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
PEDRO SIMON	RS-3230/32
DJALMA BESSA	BA-2211/17
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
ROMERO JUCÁ	RR-2111/19
SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
GERALDO CÂNDIDO(PT)	RJ-2171/77

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

(1) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 01/06/2000

ATUALIZADA EM: 22/08/2000

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1.	CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2.	AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3.	GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4.	HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5.	NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6.	WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7.	JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1.	MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2.	DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3.	BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4.	JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5.	JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)	TO	2071/2077	6.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1.	VAGO		
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	2.	PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3.	LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4.	ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5.	TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PV)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES–PSB (1)	SE	2201/2204	1.	SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2.	JÚLIO EDUARDO – PV	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3.	HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4.	EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)
Secretário: Altair Gonçalves Soares
Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas

Atualizada em :16/10/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB - 3	
PFL - 2	
PSDB - 1	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT) - 1	

SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311- 4315
E.MAIL- altairgs@senado.gov.br

Criada **Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF. Aprovado em 15/12/1999.**

- ***Retirada as indicações pelas Lideranças***
- ***em 6 e 13.9.2000.***

Atualizada em 19/9/2000

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1.	MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2.	NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3.	RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4.	ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5.	JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6.	VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7.	JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8.	ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2092
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	9.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2.	FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212//2213	3.	JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5.	ROMEU TUMA	SP	2051/2057
RIBAMAR FIQUENE (3)	MA		6.	EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7.	MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1.	CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2.	OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3.	VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4.	LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5.	ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PV)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1.	GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2.	ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3.	LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4.	TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
JÚLIO EDUARDO – PV	AC	2181/2187	6.	JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais		SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL)	TO	4070/4071	1.	LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.
(3) Deixou o exercício do mandato, em 6/10/2000.

Reuniões: Terças–feiras às 17:00 horas (*)
Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Atualizada em : 16/10/2000.

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

AMIR LANDO	**RO-3130/32**
GERSON CAMATA	**ES-3203/04**
PEDRO SIMON	**RS-3230/32**
DJALMA BESSA	**BA-2211/17**
ROMEU TUMA	**SP-2051/57**
ÁLVARO DIAS	**PR-3206/07**
ARTUR DA TÁVOLA	**RJ-2431/37**
GERALDO CÂNDIDO - PT	**RJ-2171/77**
EMILIA FERNANDES - PDT	**RS-2331/37**

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604 **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br **ATUALIZADA EM: 27/03/2000**

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)

TITULARES

JOSÉ FOGAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
ROBERTO SATURNINO--PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
ATUALIZADA EM: 27/03/2000

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1.	AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2.	GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3.	HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4.	MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5.	MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6.	JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7.	PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1.	HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3.	DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5.	PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1.	LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2.	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3.	ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1.	SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217	2.	ROBERTO SATURNINO–PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3.	EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)
Secretário: Marcos Santos Parente Filho
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Atualizada em :06/10/2000

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1.	CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2.	IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3.	JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097	4.	RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5.	ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	6.	GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7.	VAGO		
VAGO			8.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1.	JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2.	JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3.	HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4.	MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5.	RIBAMAR FIQUENE (2)		
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6.	FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1.	ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2.	ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3.	LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4.	VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5.	VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PV)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES–PSB (1)	SE	2201/2207	1.	EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2.	TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3.	JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2164	4.	ROBERTO SATURNINO–PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Deixou o exercício do mandato, em 6/10/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)
Secretário: Celso Parente
Telefone da Secretaria: 311-4354/4607
(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3292
Fax: 311-3286

Atualizada em :20/10/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ

Vice-Presidente: ROMEU TUMA

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1.	GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2.	IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3.	RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062				
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346				
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195				

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1.	BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2.	FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057				
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237				
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255				

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1.	PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117				

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3216	1.	GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	2.	ROBERTO SATURNINO–PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES – PDT	AM	2061/2067				

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.
(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)
Secretário: José Francisco B. Carvalho
Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Atualizada em 06/10/2000

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TITULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	"07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES — MEMBROS SUPLENTES

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	"07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234196	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 6099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3246	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	"13	311 2022	323 5625
PTI/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	#59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 6326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 6219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	821	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 288	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
# GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7166 - 318 6232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e_mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 31/05/2000

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 31,00
Porte de Correio	R$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 127,60
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 62,00
Porte de Correio	R$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 255,20
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo **Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8**, ou **recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450**, a favor do **FUNSEEP**, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

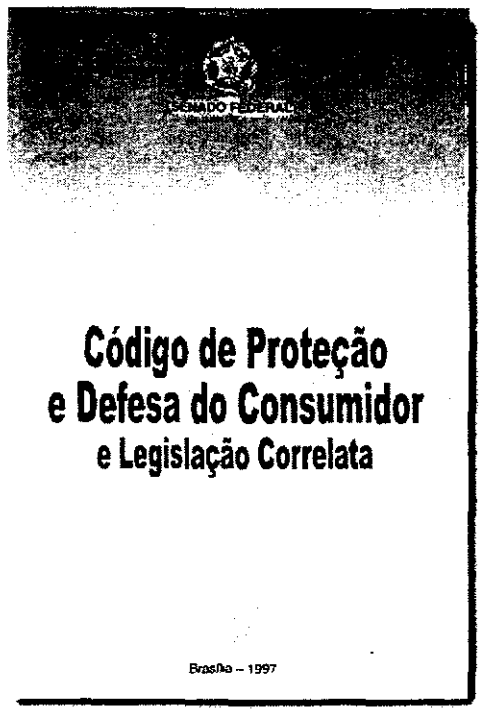
Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

e Legislação Correlata



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Com 115 páginas, traz índice temático remissivo, elaborado por Alcides Kronenberger e Maria Celeste J. Ribeiro.

Preço por exemplar: R$ 5,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:		UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R$)	Preço Total (R$)

EDIÇÃO DE HOJE: 86 PÁGINAS